



# Resenha Municipal

ÓRGÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGUÁ

ANO XIX

19 DE OUTUBRO DE 2018

Distribuição Gratuita | Nº 442



Lei Nº 035 de 18/08/1997  
Institui a criação do Brasão e Bandeira  
do Município de Tanguá

Lei Nº 090 de 15/10/1997  
Adota o Brasão e Bandeira  
Autor: Grierson Santos de Oliveira

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

*Leis – Decretos - Portarias – Homologações - Editais – Contratos*

## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGUÁ

*Resenha Municipal - Órgão destinado à publicação de Atos Oficiais  
Lei Nº 84 de 08 de Setembro de 1998 - Decreto Nº 223 de 21 de Outubro de 1998*



**Prefeitura Municipal  
de Tanguá**

**ÓRGÃO OFICIAL**

CNPJ - 01.612.089/0001-00

**VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal

**SUELY Mª FIGUEIREDO DO N. COSTA**  
Secretária Municipal de Governo

**Resenha Municipal**

Órgão destinado à publicação de Atos Oficiais da Prefeitura Municipal de Tanguá, conforme a Lei nº 084, de 8 de setembro de 1998, e o Decreto nº 223, de 21 de outubro de 1998.

**ATENÇÃO:**

O CONTEÚDO DOS TEXTOS DOS ATOS OFICIAIS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS RESPECTIVOS ÓRGÃOS.

**PRODUZIDO E EDITADO PELA  
ALA EDITORA E PROMOÇÕES  
Ltda - ME  
CNPJ: 39.540.554/0001-17**

**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE,  
PRAÇAS, PARQUES E JARDINS**

**2 ° TERMO DE RENOVAÇÃO  
AO CONTRATO Nº 006/2018**

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
JC da Silva Comércio e Serviços ME  
OBJETO: Locação de Equipamentos.  
NATUREZA: 2º Termo de renovação ao Contrato nº 006/2018.  
DATA DA CELEBRAÇÃO: 20/09/2018.  
FUNDAMENTAÇÃO: Lei 8.666/93, de 21.06.1993.  
Nº DO PROCESSO: 1832/16  
**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO**

As partes resolvem de comum acordo aditar o prazo do objeto contratado, pelo período de 04 (quatro) meses, a partir de 22 de setembro de 2018 com base no dispõe o Art. 57, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, tendo em vista a solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Praça, Parque e Jardins.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

As partes resolve de comum acordo aditar a Clausula Sétima do Contrato nº 006/2018 pela Locação de Equipamentos, a contratante pagara a Contratada a importância de R\$ 275.996,16 (Duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos), em que os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados através do PT: 12.001.001.17.512.0032.2.126 ED: 33.90.39.99.00, Fonte: 160, Ficha 699 e empenho 688/2018

**BRENO DE LIMA CAPUTO**  
Secretário Municipal de Meio Ambiente,  
Praças, Parques e Jardins

**SECRETARIA DE SAÚDE**

**RESUMO DE CONTRATO**

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
House Med Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda  
NATUREZA: Contrato Nº 160/2018.  
OBJETO: Aquisição de Medicamentos.  
DATA DA CELEBRAÇÃO: 27/09/2018.  
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.  
VALOR R\$: 70.941,55 (Setenta mil, novecentos e quarenta e um reais e cinquenta e cinco centavos)  
PRAZO CONTRATUAL: 08 (oito) meses  
Nº DO PROCESSO: 1815/2016 V:01

**MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL**  
Secretário Municipal de Saúde

**RESUMO DE CONTRATO**

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
House Med Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda  
NATUREZA: Contrato Nº 161/2018.  
OBJETO: Aquisição de Materiais e Insumos para Rede Municipal.  
DATA DA CELEBRAÇÃO: 27/09/2018.  
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.  
VALOR R\$: 75.415,52 (Setenta e cinco mil, quatrocentos e quinze reais e cinquenta e dois centavos)  
PRAZO CONTRATUAL: 08 (oito) meses  
Nº DO PROCESSO: 1816/2016 V:01

**MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL**  
Secretário Municipal de Saúde

**RESUMO DE CONTRATO**

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
Ultrafarma Produtos Médicos Ltda ME  
NATUREZA: Contrato Nº 162/2018.  
OBJETO: Aquisição de Materiais e Insumos para Rede Municipal.  
DATA DA CELEBRAÇÃO: 27/09/2018.  
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.  
VALOR R\$: 112.095,88 (Cento e doze mil, noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos)  
PRAZO CONTRATUAL: 08 (oito) meses  
Nº DO PROCESSO: 1816/2016 V:02

**MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL**  
Secretário Municipal de Saúde

**RESUMO DE CONTRATO**

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.  
Ultrafarma Produtos Médicos Ltda ME  
NATUREZA: Contrato Nº 163/2018.  
OBJETO: Aquisição de Medicamentos.  
DATA DA CELEBRAÇÃO: 27/09/2018.  
FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.  
VALOR R\$: 97.693,47 (Noventa e sete mil, seiscentos e noventa e três reais e quarenta e sete centavos)  
PRAZO CONTRATUAL: 08 (oito) meses  
Nº DO PROCESSO: 1815/2016 V:02

**MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL**  
Secretário Municipal de Saúde

**RESUMO DE CONTRATO**

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.



Invictos Distribuidora Eireli EPP

NATUREZA: Contrato Nº 164/2018.

OBJETO: Aquisição de Medicamentos.

DATA DA CELEBRAÇÃO: 27/09/2018.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.

VALOR R\$: 41.256,88 (Quarenta e um mil, duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos)

PRAZO CONTRATUAL: 08 (oito) meses

Nº DO PROCESSO: 1815/2016 V:03

**MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL**

**Secretário Municipal de Saúde**

## RESUMO DE CONTRATO

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.

Invictos Distribuidora Eireli EPP

NATUREZA: Contrato Nº 165/2018.

OBJETO: Aquisição de Materiais e Insumos para rede Municipal.

DATA DA CELEBRAÇÃO: 27/09/2018.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.

VALOR R\$: 32.958,72 (Trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos)

PRAZO CONTRATUAL: 08 (oito) meses

Nº DO PROCESSO: 1816/2016 V:03

**MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL**

**Secretário Municipal de Saúde**

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

### RESUMO DO CONVÊNIO Nº 02/2018

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.

Associação Pestalozzi

OBJETO: Cooperação financeira entre os convenientes, visando assegurar o atendimento educacional especializado multidisciplinar a educação formal a crianças e adolescentes com deficiência.

NATUREZA: Convênio nº 002/2018.

DATA DA CELEBRAÇÃO: 26/03/2018.

PRAZO CONTRATUAL: 09 (nove) meses.

Nº DO PROCESSO: 433/2018

**WALKÍRIA DE MELO MOREIRA**

**Secretário de Educação, Esporte e Lazer**

## SECRETARIA DE GOVERNO

### 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2017

PARTES: Prefeitura do Município de Tanguá.

Ala Editora e Promoções Ltda.

NATUREZA: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2017.

OBJETO: Empresa Especializada para Confeção de Resenha Municipal.

DATA DA CELEBRAÇÃO: 27/09/2018.

FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 8.666/93.

Nº DO PROCESSO: 1881/2016 V:02

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR

Fica o Contrato nº 005/2017, em sua Cláusula Terceira (Valor) aditivado no valor de R\$ 22.542,50 (Vinte e dois mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), correspondente à 11,55% do valor total do Contrato, de acordo com o disposto no Art. 65§ 1º da Lei 8.666/93.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários correrão à conta do PT: 02.001.001.04.131.0002.2.006, ED: 33.90.39.33.00, Ficha: 031 e Fonte 160.

**SUELY Mª FIGUEIREDO DO N. COSTA**

**Secretária Municipal de Governo**

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### TERMO DE RECONHECIMENTO DE CONTAS E RECONHECIMENTO DE DÍVIDA.

Contratante: Prefeitura do Município de Tanguá

CNPJ: 01.612.089/0001-00

END: Rua Vereador Manoel Macedo, 680 Centro Tanguá/RJ

Contratada: Tecnologia Global Ltda

CNPJ: 07.775.217/0001-12

END: Avenida Augusto de Lima 479, sala 1513 centro Belo Horizonte

OBJETO:

O presente Termo de Ajuste de contas e reconhecimento de dívida tem por objeto a liquidação do valor devido pelo Município, bem como o reconhecimento de dívida, referente a R\$ 15.368,85, no período de 28/07/2018 a 13/08/2018 caracterizado através da nota fiscal nº 473/2018, conforme consta a fls 178.

### DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O valor do presente Termo de Ajuste de contas e reconhecimento de dívida é de R\$ 15.368,85, com os recursos alocados conforme documento de fls.178, Programa de Trabalho: 03.001.001.04.122.0002.2.011, Elemento de Despesa: 33.90.39.08.00

### LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Termo de Ajuste de contas e reconhecimento de dívida tem seu fundamento jurídico nos artigos

37 e 58 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964

Cumprida a obrigação mediante o pagamento da dívida, a credora nada mais reclamará referente o valor confessado ou seus acréscimos, sendo que qualquer ato de tolerância somente poderá ser interpretado como mera liberalidade das partes, não impondo qualquer inovação contratual.

Tanguá, 03 de outubro de 2018.

**BERNARDO GUIMARÃES**

**Secretário Municipal de Administração**

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

### ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na Resenha Municipal de 01/10/2018, nº 441, pág. 03, Contrato nº 155/2018, Cláusula Terceira

ONDE SE LÊ:

VALOR: 117.199,30 (Cento e dezessete mil, cento e noventa e nove reais e trinta centavos)

LEIA-SE:

VALOR: 11.148,00 (Onze mil, cento e quarenta e oito reais)

## SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

### PORTARIA SEMGOV Nº. 011 DE 27 DE SETEMBRO DE 2018.

DESIGNA FISCAL DO CONTRATO Nº 168/2018.

A Secretária Municipal de Governo, no uso de suas atribuições constitucionais e legais conferidas pela Portaria nº 133/2018 de 04 de junho de 2018 e pelo art. 102 I c/c 106, I e II da Lei Orgânica do Município de Tanguá, promulgada em 15 de novembro de 1997.

CONSIDERANDO a necessidade de fiscalizar os atos relativos ao Contrato Nº 168/2018, referente à fornecimento de passagens aéreas;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora NORMA SOLANGE S. O. MAGDALENA, mat. 4170-0, para exercer a função de fiscal acompanhando o Processo Administrativo nº 1715/17, referente a fornecimento de passagem aérea.

Art. 2º - Cabe ao fiscal designado emitir parecer ratificando a execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, ou em caso de irregularidades cientificar ao gestor.

Parágrafo Único – Caso o servidor esteja impossibilitado de fiscalizar os serviços por motivo de pecúnia ou afastamento do Setor, caberá ao gestor designar substituto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua



publicação, revogadas as disposições em contrário.

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Tanguá, 27 de setembro de 2018.

Suely Mª Figueiredo do N. Costa  
Secretária de Governo

LEI Nº 1129 DE 18 DE SETEMBRO DE 2018.

ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º E 11 E INCLUI INCISO AO ARTIGO 2º DA LEI 0743 DE 07 DE JULHO DE 2010.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelo art. 94, I e III da Lei Orgânica do Município de Tanguá, promulgada em 15 de novembro de 1997, faz saber que propôs a presente Lei, a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º - Dá nova redação ao parágrafo 1º e inclui os parágrafos 3º e 4º do art. 1º da Lei 0743/10 de 07 de julho de 2010, que passa a ser:

(...)

§ 1º - O número de veículos de aluguel destinados à prestação de serviço de taxi no Município fica fixado em, no máximo, 20 (vinte) automóveis de passeio com 04 (quatro) portas ou utilitários compatíveis com a prestação dos serviços.

(...)

§ 3º - Será feita a reserva de vagas para pessoas com deficiência, conforme preconizado pela Lei nº 13.146/2015.

§ 4º - As autonomias serão concedidas após apreciação do Poder Legislativo.

Art. 2º - Inclui o inciso III no art. 2º, que passa a ser:

“Art. 2º...

I. ....

II. ....

III. Fica vedada a concessão de permissões aos servidores municipais de Tanguá, incluindo os comissionados, contratados, além dos servidores do Poder Legislativo. “

Art. 3º - Dá nova redação art. 11 Alíneas a, b e e da Lei 0743/10 de 07 de julho de 2010, que passa a ser:

- a) Que possuir 04 (quatro) portas laterais;
- b) Cuja série não ultrapasse 07 (sete) anos do ano de fabricação. O período de vida útil do veículo, fica estabelecido, em 10 (dez) anos;
- e) De acordo com o disposto no art. 259, parágrafo 2º da Lei Orgânica do Município, promulgada em 15/11/1997, que seja pintado na cor branca, com faixas laterais em toda a sua extensão na cor azul escuro, adesivado com brasão oficial do Município no capô, identificado pelo número de ordem pintados nas portas laterais dianteiras (acima das faixas laterais), tampas traseira e superior dianteira, na cor azul escuro, com inscrição “TAXI” em luminoso no teto do veículo.

Art. 4º - Fica revogado o parágrafo 1º do art. 11 da Lei 0743/10 de 07 de julho de 2010.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tanguá, 18 de setembro de 2018.

Valber Luiz Marcelo de Carvalho  
Prefeito Municipal

Suely Mª Figueiredo do N. Costa, Secretária Municipal de Governo, no uso das suas atribuições legais torna pública a ERRATA promovida nas Portarias publicadas em 01 de outubro de 2018, edição nº 441, página 25 da Resenha Municipal, Órgão Oficial da Prefeitura de Tanguá.

- PORTARIA SEGOV Nº. 008  
ONDE SE LÊ, 15 de agosto de 2018, LEIA –SE 14 de agosto de 2018.
- PORTARIA SEGOV Nº. 009  
ONDE SE LÊ, 15 de agosto de 2018, LEIA –SE 14 de agosto de 2018.

DESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº 1181/2016

HOMOLOGO A DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma prevista no Art. 25 Caput e Art. 24, inciso II, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada pelo artigo 1º da Lei nº 9.648 de 27/05/98.

AUTORIZO O EMPENHO em favor da IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, referente empenho complementar para publicação de matérias e avisos de abertura de licitação nas modalidades de Concorrência, Tomada de preço, Concurso e Leilão, nos termos do Art. 21 II da Lei 8.666/93 para um período de 03 (três) meses, conforme detalhamento abaixo:

02.001.001.04.131.0002.2.006 – DIVULGAÇÃO OFICIAL E INSTITUCIONAL				
E. DESPESA	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTES	VALOR
33.90.39.33	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	31	160	R\$ 488,00

Tanguá, 16 de outubro de 2018.

Suely Mª Figueiredo do N. Costa  
Secretária de Governo

DECRETO Nº 049 DE 01 DE OUTUBRO DE 2018.

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 0807, DE 05 DE JULHO DE 2011, NA FORMA ABAIXO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelo Inciso VII do Art. 94 da Lei Orgânica do Município promulgada em 15 de novembro de 1997.

- DECRETA:
- Art.1º – O Conselho Municipal de Trânsito, criado pela Lei Nº 0807 de 05 de julho de 2011, terá a seguinte composição:
- I - Representante da Subsecretaria Municipal de Transporte  
Thiago Pereira Pacheco (Vice Presidente)
  - II – Representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo  
Juliano de Oliveira
  - III – Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Praças, Parques e Jardins  
Lana Cristina da Silva Vieira
  - IV – Representante do Departamento Municipal de Trânsito  
Willian Abreu da Costa – Presidente





V – Representante do Poder Legislativo  
Paulo Roberto F. Peixoto Sobrinho

VI – Representante de Entidades ligadas ao Meio Ambiente  
EMATER  
Jadir Eustáquio Pinheiro

VII – Representante das Associações de Moradores de Tanguá  
Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Vila Cortes  
Sinara Moura Pereira dos Santos

VIII – Representante das Empresas Permissionárias e/ou Concessionárias do Serviço de Transportes Coletivos de Tanguá  
Empresa Rio Ita

\* Sem representação por não existir empresa Permissionária e/ou Concessionária do Serviço de Transportes Coletivos em Tanguá

IX – Representante dos prestadores de serviços de Táxi

\* Sem representação por terem sido canceladas as licenças expedidas para o serviço de transporte por táxi.

X – Representante dos prestadores de serviços de moto-táxi

\* Sem representação por ainda não estar regulamentado os serviços de moto-táxi no Município.

Art.2º – As funções de Conselheiro são de relevante interesse público, vedada a concessão de qualquer forma de remuneração.

Art.3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Tanguá, 01 de outubro de 2018.

Valber Luiz Marcelo de Carvalho  
Prefeito

LEI Nº 1.130 DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Autoriza o Poder Executivo abrir crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$1.983.000,15, em favor da Secretaria Municipal de Governo, da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

O Prefeito do Município de Tanguá faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado abrir crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$1.983.000,15 (um milhão, novecentos e oitenta e três mil reais e quinze centavos), em favor da Secretaria Municipal de Governo, da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Os recursos deste crédito adicional suplementar são provenientes da tendência do excesso de arrecadação apurada na fonte 160 (Royalties - União Lei 7990/89), conforme memória de cálculo e relatórios anexos.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Tanguá - RJ, 18 de setembro de 2018

VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO  
PREFEITO

ANEXO 1 - LEI Nº 1.130 DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Governo				
02.001.001-04.122.0002.2.004 Manutenção Operacional e Administrativa - Semgov				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
771	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0160	760.000,00
SUBTOTAL				760.000,00
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				760.000,00

ANEXO 2 - LEI Nº 1.130 DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento				
06.001.001-28.846.0003.0.002 Recolhimento de Pasep				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
280	3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0160	17.000,00
SUBTOTAL				17.000,00
06.001.001-04.122.0002.1.073 Revisão da Planta Genérica de Valores				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
262	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0160	200.000,00
SUBTOTAL				200.000,00
06.001.001-04.129.0002.2.157 Modernização e Aparelhamento da Administração Tributária				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
274	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0160	159.698,96
SUBTOTAL				159.698,96
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				376.698,96

ANEXO 3 - LEI Nº 1.130 DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Meio Ambiente				
12.001.001-15.452.0033.2.127 Coleta de Resíduos Sólidos, Varrição e Capina				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
686	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0160	200.000,00
SUBTOTAL				200.000,00
12.001.001-17.512.0032.2.126 Ampliação da Cobertura do Sistema de Drenagem Urbana				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
698	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0160	105.000,00
699	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0160	280.000,00
SUBTOTAL				385.000,00
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				585.000,00

ANEXO 4 - LEI Nº 1.130 DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos				
04.001.001-04.122.0002.2.013 Manutenção Operacional e Administrativa - Semosp				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - 25/2018. PROCESSO: 1759/2017

Aos 14 (catorze) dias do mês de setembro de 2018, A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, situada na Rua Vereador Manoel Macedo; nº 1040, doravante designada CONTRATANTE, neste ato representada por sua Secretária Municipal De Educação, Esporte e Lazer, a senhora, Walkiria de Mello Moreira, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 07.502.419-0 – IFP - RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 989.733.637-00, no uso das suas atribuições, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no Pregão nº 046/2018, consubstanciado na Ata da Sessão realizada no dia 29 de junho de 2018, oriunda do processo administrativo nº 1759/2017, devidamente homologado pela Secretária de Educação, Esporte e Lazer, RESOLVE, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, dos Decretos nº 3.555/2000, 3.931/2001, e das demais normas legais aplicáveis, REGISTRAR OS PREÇOS, para Manutenção de Veículos Oficiais da SEME, da empresa cujo fornecimento foi adjudicado na licitação, doravante designada FORNECEDORA, em conformidade com o Edital do Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORNECEDORA

TREVO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI - ME, com sede na Rodovia BR 493, Lote 05, Quadra 06, Santo Antônio – Itaboraí - RJ, inscrita no CNPJ: 15.729.140/0001-72, neste ato, representada pelo Sr. Álvaro Ricardo Lino Macabu, portador da carteira de identidade nº 12.037.778-3 – IFP/RJ.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DA SEME, conforme Termo de Referência e estimativa de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura da mesma.

3.2. A vigência da presente ata não obriga a CONTRATANTE, a firmar contratações.

CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Secretaria de Educação, Esporte e Lazer será o Órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados.

4.2. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados por esta Secretaria e a(s) empresa(s) detentora(s) desta Ata estejam de acordo.

CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

5.1.1. Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

5.1.2. Observar, durante a vigência da presente ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

5.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

76	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0160	261.301,19
SUBTOTAL				261.301,19
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				261.301,19

MEMÓRIA DE CALCULO

LEI Nº 1.130 DE 18 DE SETEMBRO DE 2018

Unidade Gestora:	Consolidado
Contas Vinculadas:	Diversas
Fonte de Recurso:	160 - Royalties - União Lei 7990/89

Metodologia de cálculo estatístico para apuração da tendência de excesso de arrecadação na Fonte 160:	
(1) Arrecadação de janeiro a agosto de 2017	4.578.056,09
(2) Arrecadação de setembro a dezembro de 2017	2.667.750,22
(3) Arrecadação de janeiro a agosto de 2018	6.401.294,40
(4) Receita prevista na LOA para 2018	8.148.492,00

I - CÁLCULO DA TAXA DE INCREMENTO:			
Taxa de Incremento:	<div>Arrecadação de janeiro a agosto de 2018</div> <div>Arrecadação de janeiro a agosto de 2017</div>	<div>x 100 =</div> <div>6.401.294,40</div> <div>4.578.056,09</div>	<div>x 100 =</div> <div>139,83%</div>
Taxa de Incremento:	139,83%	- 100,00%	= 39,83%
Arrecadação de setembro a dezembro de 2017 x Taxa de Incremento:	2.667.750,22	x 39,83%	= 1.062.447,53
Previsão da arrecadação de setembro a dezembro 2018 atualizada:	2.667.750,22	+ 1.062.447,53	= 3.730.197,75

II - CÁLCULO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:	
(A) Receita prevista na LOA para 2018	8.148.492,00
Arrecadação de janeiro a agosto de 2018	6.401.294,40
Previsão da arrecadação de setembro a dezembro 2018 atualizada:	3.730.197,75
(B) Receita prevista para 2018 autalizada:	10.131.492,15
Excesso de Arrecadação Esperado (B - A):	1.983.000,15

HOMOLOGO DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº 1185/2018

TOMEI CIÊNCIA da Ata do Pregão Presencial nº 078/2018 e dou o seguinte parecer: HOMOLOGO a decisão da Comissão.

Autorizo empenho em favor da Empresa:

ALA EDITORA E PROMOÇÕES EIRELI ME no valor de R\$ 275.280,00 (duzentos e setenta e cinco mil duzentos e oitenta reais)

Referente contratação de empresa para confecção do Jornal Resenha Municipal.

Tanguá, 16 de outubro de 2018.

Suely Mª Figueiredo do N. Costa

Secretária de Governo



5.1.4. Consultar a empresa registrada quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir o presente Ata;

5.1.5. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO**

6.1. Para a contratação será emitida Nota de Empenho em favor da empresa CONTRATADA, que deverá especificar a quantidade de cada serviço executado, respeitado o pedido mínimo estabelecido no Termo de Referência.

6.2. Será exigido da EMPRESA CONTRATADA o cumprimento de todas as exigências relativas a prestação de serviços estabelecidas no Edital do Pregão nº 46/2018, no seu Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, que integrarão a Nota de Empenho independentemente de transcrição.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1 Cumprir fielmente as cláusulas desta Ata;

7.1.2 Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto desta Ata;

7.1.3. Zelar pelo bom andamento da presente Ata, dirimindo dúvidas porventura existentes, através do servidor que vier a ser designado Fiscal da Ata;

7.1.4. Relacionar-se com a FORNECEDORA/CONTRATADA através de servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, o(s) qual(is) acompanhará(arão) e fiscalizará(arão) a execução do objeto contratado, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à FORNECEDORA/CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da FORNECEDORA/CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas;

7.1.5. Efetuar o pagamento à FORNECEDORA/CONTRATADA na forma e no prazo estabelecidos na Ata.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA/CONTRATADA**

8.1. A FORNECEDORA/CONTRATADA obriga-se a:

8.1.1. Executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital do Pregão Presencial nº. 46/2018 e em seus anexos;

8.1.2. Manter todas as condições de habilitação duran-

te o prazo de vigência da Ata;

8.1.3. Responder, independentemente da fiscalização e do acompanhamento pela CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados, direta ou indiretamente, à Prefeitura do Município de Tanguá, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto desta Ata;

8.1.4. Responsabilizar-se, integralmente, pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, prestando-os de acordo com as especificações e os prazos constantes do Edital do Pregão Presencial nº. 46/2018;

8.1.5. Responsabilizar-se pela imediata substituição, quando constatadas quaisquer problema no material fornecido;

8.1.6. Responsabilizar-se, integralmente, pelos seus empregados envolvidos na execução do objeto do contrato, arcando com todos os custos, salários, transporte, refeição, verbas legais, trabalhistas, fundiárias ou de qualquer natureza, nos termos da legislação vigente, prestando-lhe imediato socorro em caso de mal estar ou assemelhado;

8.1.7. Fornecer seus empregados envolvidos na execução do objeto da contratação todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) que se fizerem necessários, FISCALIZANDO-LHES o uso;

8.1.8. Designar preposto dentre os funcionários destacados para o fornecimento, apto a representar a FORNECEDORA/CONTRATADA e com poderes suficientes para prestar e receber esclarecimentos;

8.1.9. É vedado à FORNECEDORA/CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, as obrigações da presente Ata, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

## **CLÁUSULA NONA – PRAZO DA EXECUÇÃO.**

9.1 - Os itens descritos no “Detalhamento Específico do Projeto” deverão ser executados em até 07 (sete) dias após a emissão de cada Nota de Empenho.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO**

10.1 A nota fiscal correspondente do fornecimento do material deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

10.1.1 A nota fiscal deverá ser emitida em nome da Prefeitura do Município de Tanguá, CNPJ nº01.612.089/0001, devidamente discriminada, sem emendas ou rasuras, contendo todos os dados da Nota de Empenho, fazendo menção expressa ao número desta. Após a entrega, a nota fiscal será conferida e atestada por funcionários do Almoarifado e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

10.1.2. Todos os tributos e contribuições incidentes sobre a aquisição dos materiais deverão estar incluídos no valor total do documento de cobrança, observada a legis-

lação tributária aplicável à espécie, principalmente aquela pertinente aos órgãos públicos federais.

10.2 O pagamento será efetuado à FORNECEDORA/CONTRATADA em até 30 (trinta) dias contados da execução do objeto contratado, mediante o ateste da Nota Fiscal por servidor designado, comprovando que as informações nela contidas estão corretas, bem como de que objeto contratado foi executado de acordo com as especificações do edital e seus anexos. No caso de qualquer falta ou incorreção, tal prazo será interrompido.

10.3 A emissão da Nota de Empenho e o pagamento ocorrerão desde que comprovada a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), bem como comprovação de quitação dos tributos Municipais, por meio das respectivas certidões;

10.4 A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero e o respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

10.5. No caso de empresa optante pelo “Simples Nacional”, deverá essa, ainda, providenciar declaração na forma do art. 4o, da IN 480 da Receita Federal, em duas vias originais, devidamente assinadas por seu representante legal, em papel timbrado da empresa, com carimbo da mesma e com seu CNPJ, bem como o extrato do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS relativo ao mês imediatamente anterior à emissão da nota fiscal, como condição para liberação do pagamento;

10.6. Serão retidos pela Contratante os impostos e contribuições conforme disposto na Lei nº 9.430/96, regulamentada pela IN/SRF/STN/SFC Nº 480, de 15/12/2004, atualizada, salvo se a licitante vencedora estiver dentre as exceções apontadas nos referidos atos normativos.

10.7 O valor a ser depositado pela Contratante será líquido, ou seja, após as retenções tributárias previstas na legislação pertinente.

10.8 A FORNECEDORA/CONTRATADA enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 3º, bem como amparada por medida judicial constante do art. 30, ambos da Instrução Normativa SRF nº 480/2004, deverão apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

10.9 No caso de incorreção nos documentos apresen-



tados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à FORNECEDORA/CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura do Município de Tanguá por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

10.10 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.11 Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, a Contratante poderá deduzi-la do valor a ser pago à Contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO**

11.1. O registro da CONTRATADA poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa e mediante despacho da autoridade competente.

11.1.1. A pedido quando:

a) comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

11.1.2. Por iniciativa desta secretaria, quando:

a) a contratada não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) a contratada perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) houver razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

d) a contratada não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) a contratada não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

11.1.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, esta Secretaria fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais participantes a nova ordem de registro.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará as consequências dos artigos 77 a 80 da lei 8.666/93, bem como do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e do artigo 14 do Anexo I do Decreto 3.555/2000.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

13.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Em-

penho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

13.2. De acordo com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à FORNECEDORA/CONTRATADA:

a) advertência formal, na ocorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total atualizado da Ata, a critério da CONTRATANTE, na ocorrência de atraso injustificado na execução de quaisquer obrigações, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado até a data da efetiva execução, limitado a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado, conforme o caso, descumprimento parcial ou total da obrigação;

c) multa penal de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a FORNECEDORA/CONTRATADA der causa à inexecução parcial da contratação;

d) multa penal de 30% (trinta por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a FORNECEDORA/CONTRATADA der causa à inexecução total da contratação;

e) multa compensatória do valor integral e atualizado, comprovado, incluindo-se custos diretos e indiretos, do prejuízo causado pela FORNECEDORA/CONTRATADA à Prefeitura do Município de Tanguá ou a terceiros;

f) impedimento de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo que a CONTRATANTE fixar, obedecidos os limites previstos no artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 ou, quando for o caso, no artigo 7º da Lei 10.520/2002, que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a habilitação e/ou contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato,

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata, e demais cominações legais;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. As multas estabelecidas nos itens “b” e “c” serão majoradas em 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de reincidência da FORNECEDORA/CONTRATADA.

13.4. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à FORNECEDORA/CONTRATADA ou serão pagas mediante recolhimento de DAM, cujo comprovante deverá ser apresentado à CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, serão cobradas judicialmente. Sobre as multas incidirão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, em caso de atraso no recolhimento.

13.4.1. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima enumeradas, e aplicadas com base no valor total atualizado do contrato;

13.4.2. Considera-se, para fins de aplicação da penalidade de multa, como valor total atualizado do contrato aquele total inicial atualizado pelo IGP-DI (FGV), ou, na sua ausência, por aquele que vier a substituí-lo, no período compreendido entre o mês da apresentação da proposta até o mês anterior ao fato que ensejou a penalidade.

13.5. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão nº 46/2018 e seus anexos, bem como a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

14.2. Fica eleito foro da Comarca de Itaboraí para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

14.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 3.931/01, atualizados, e demais normas aplicáveis.

Tanguá, 14 de Setembro de 2018.

**Walkiria de Mello Moreira**  
**Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer.**

**Álvaro Ricardo Lino Macabu**  
**Representante:** \_\_\_\_\_

TESTEMUNHAS:  
1ª) \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_

2ª) \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_

**ANEXO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2018.**

Tanguá, 14 de Setembro de 2018.

**PROCESSO Nº 1759/2017 – Vol. 02**

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2018**  
**EMPRESA: TREVO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI**



Item	Descrição do Item	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
01	Prestação de serviço para manutenção corretiva e preventiva de veículos de grande porte por hora homem trabalhada	-	HORA	575,01	R\$ 150,00	R\$ 86.251,50

TOTAL POR EXTENSO: oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS -  
26/2018. PROCESSO: 1450/2017**

Aos 03 (três) dias do mês de outubro de 2018, A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, situada na Rua Vereador Manoel Macedo; nº 1040, doravante designada CONTRATANTE, neste ato, representada por sua Secretária Municipal De Educação, Esporte e Lazer, a senhora, Walkiria de Mello Moreira, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 07.502.419-0 – IFP - RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 989.733.637-00, no uso das suas atribuições, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no Pregão nº 061/2018, consubstanciado na Ata da Sessão realizada no dia 20 de julho de 2018, oriunda do processo administrativo nº 1450/2017, devidamente homologado pela Secretária de Educação, Esporte e Lazer, RESOLVE, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, dos Decretos nº 3.555/2000, 3.931/2001, e das demais normas legais aplicáveis, REGISTRAR OS PREÇOS, para aquisição de material de papelaria, da empresa cujo fornecimento foi adjudicado na licitação, doravante designada FORNECEDORA, em conformidade com o Edital do Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORNECEDORA**

GRAFIPEL ITABORAÍ GRÁFICA E PAPELARIA LTDA EPP, com sede na Rua Raimundo de Farias, nº. 55, Centro – Itaboraí - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 08.385.772/0001-09, neste ato, representada pelo Sr. Luciano Cabral Sales, portador da carteira de identidade nº. 10.487.479-7 – IFP E CPF/MF sob o nº. 072.561.107-31.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de material de papelaria, conforme Termo de Referência e estimativa de preços.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação de seu extrato.

3.2. A vigência da presente ata não obriga a CONTRATANTE, a firmar contratações.

**CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Secretaria de Educação, Esporte e Lazer será o Órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados.

4.2. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados por esta Secretaria e a(s) empresa(s) detentora(s) desta Ata estejam de acordo.

**CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

5.1.1. Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

5.1.2. Observar, durante a vigência da presente ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como

a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

5.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

5.1.4. Consultar a empresa registrada quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir o presente Ata;

5.1.5. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

**CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO**

6.1. Para a contratação será emitida Nota de Empenho em favor da empresa CONTRATADA, que deverá especificar a quantidade de cada serviço executado, respeitado o pedido mínimo estabelecido no Termo de Referência.

6.2. Será exigido da EMPRESA CONTRATADA o cumprimento de todas as exigências relativas a prestação de serviços estabelecidas no Edital do Pregão nº 061/2018, no seu Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, que integrarão a Nota de Empenho independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1 Cumprir fielmente as cláusulas desta Ata;

7.1.2 Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto desta Ata;

7.1.3. Zelar pelo bom andamento da presente Ata, dirimindo dúvidas porventura existentes, através do servidor que vier a ser designado Fiscal da Ata;

7.1.4. Relacionar-se com a FORNECEDORA/CONTRATADA através de servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, o(s) qual(is) acompanhará(arão) e fiscalizará(arão) a execução do objeto contratado, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à FORNECEDORA/CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da FORNECEDORA/CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas;

7.1.5. Efetuar o pagamento à FORNECEDORA/CONTRATADA na forma e no prazo estabelecidos na Ata.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA/CONTRATADA**

8.1. A FORNECEDORA/CONTRATADA obriga-se a:

8.1.1. Executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital do Pregão Presencial nº. 061/2018 e em seus anexos;

8.1.2. Manter todas as condições de habilitação durante o prazo de vigência da Ata;

8.1.3. Responder, independentemente da fiscalização e do acompanhamento pela CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados, direta ou indiretamente, à Prefeitura do Município de Tanguá, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto desta Ata;

8.1.4. Responsabilizar-se, integralmente, pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, prestando-os de acordo com as especificações e os prazos constantes do Edital do Pregão Presencial nº. 061/2018;

8.1.5. Responsabilizar-se pela imediata substituição, quando constatadas quaisquer problema no material fornecido;

8.1.6. Responsabilizar-se, integralmente, pelos seus empregados envolvidos na execução do objeto do contrato, arcando com todos os custos, salários, transporte, refeição



ção, verbas legais, trabalhistas, fundiárias ou de qualquer natureza, nos termos da legislação vigente, prestando-lhe imediato socorro em caso de mal estar ou assemelhado;

8.1.7. Fornecer seus empregados envolvidos na execução do objeto da contratação todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) que se fizerem necessários, FISCALIZANDO-LHES o uso;

8.1.8. Designar preposto dentre os funcionários destacados para o fornecimento, apto a representar a FORNECEDORA/CONTRATADA e com poderes suficientes para prestar e receber esclarecimentos;

8.1.9. É vedado à FORNECEDORA/CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, as obrigações da presente Ata, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

#### **CLÁUSULA NONA – PRAZO DA EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA.**

9.1. O material deverá ser entregue no Departamento de Almoxarifado, situado à Rua Demerval Garcia de Freitas, 88 – Centro – Tanguá – RJ, das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 de segunda a sexta, em dia de expediente normal.

9.2 - Os itens descritos no “Detalhamento Específico do Projeto” deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias após a emissão de cada Nota de Empenho.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO**

10.1 A nota fiscal correspondente do fornecimento do material deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

10.1.1 A nota fiscal deverá ser emitida em nome da Prefeitura do Município de Tanguá, CNPJ nº 01.612.089/0001, devidamente discriminado, sem emendas ou rasuras, contendo todos os dados da Nota de Empenho, fazendo menção expressa ao número desta. Após a entrega, a nota fiscal será conferida e atestada por funcionários do Almoxarifado e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

10.1.2. Todos os tributos e contribuições incidentes sobre a aquisição dos materiais deverão estar incluídos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente aquela pertinente aos órgãos públicos federais.

10.2 O pagamento será efetuado à FORNECEDORA/CONTRATADA em até 30 (trinta) dias contados da execução do objeto contratado, mediante o ateste da Nota Fiscal por servidor designado, comprovando que as informações nela contidas estão corretas, bem como de que objeto contratado foi executado de acordo com as especificações do edital e seus anexos. No caso de qualquer falta ou incorreção, tal prazo será interrompido.

10.3 A emissão da Nota de Empenho e o pagamento ocorrerão desde que comprovada a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), bem como comprovação de quitação dos tributos Municipais, por meio das respectivas certidões;

10.4 A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero e o respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

10.5. No caso de empresa optante pelo “Simples Nacional”, deverá essa, ainda, providenciar declaração na forma do art. 4o, da IN 480 da Receita Federal, em duas vias originais, devidamente assinadas por seu representante legal, em papel timbrado da empresa, com carimbo da mesma e com seu CNPJ, bem como o extrato do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS relativo ao mês imediatamente anterior à emissão da nota fiscal, como condição para liberação do pagamento;

10.6. Serão retidos pela Contratante os impostos e contribuições conforme disposto na Lei nº 9.430/96, regulamentada pela IN/SRF/STN/SFC Nº 480, de 15/12/2004, atualizada, salvo se a licitante vencedora estiver dentre as exceções apontadas nos referidos atos normativos.

10.7 O valor a ser depositado pela Contratante será líquido, ou seja, após as retenções tributárias previstas na legislação pertinente.

10.8 A FORNECEDORA/CONTRATADA enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 3º, bem como amparada por medida judicial constante do art. 30, ambos da Instrução Normativa SRF nº 480/2004, deverão apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

10.9 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à FORNECEDORA/CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura do Município de Tanguá por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

10.10 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.11 Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, a Contratante poderá deduzi-la do valor a ser pago à Contratada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO**

11.1. O registro da FORNECEDORA poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa e mediante despacho da autoridade competente.

11.1.1. A pedido quando:

a) comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

11.1.2. Por iniciativa desta secretaria, quando:

a) a contratada não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) a contratada perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) houver razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

d) a contratada não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) a contratada não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

11.1.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, esta Secretaria fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais participantes a nova ordem de registro.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará as consequências dos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, bem como do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e do artigo 14 do Anexo I do Decreto 3.555/2000.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

13.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

13.2. De acordo com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE poderá, garanti-



da a prévia defesa, aplicar à FORNECEDORA/CONTRATADA:

a) advertência formal, na ocorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total atualizado da Ata, a critério da CONTRATANTE, na ocorrência de atraso injustificado na execução de quaisquer obrigações, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado até a data da efetiva execução, limitado a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado, conforme o caso, descumprimento parcial ou total da obrigação;

c) multa penal de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a FORNECEDORA/CONTRATADA der causa à inexecução parcial da contratação;

d) multa penal de 30% (trinta por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a FORNECEDORA/CONTRATADA der causa à inexecução total da contratação;

e) multa compensatória do valor integral e atualizado, comprovado, incluindo-se custos diretos e indiretos, do prejuízo causado pela FORNECEDORA/CONTRATADA à Pre-feitura do Município de Tanguá ou a terceiros;

f) impedimento de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo que a CONTRATANTE fixar, obedecidos os limites previstos no artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 ou, quando for o caso, no artigo 7º da Lei 10.520/2002, que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a habilitação e/ou contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata, e demais cominações legais;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. As multas estabelecidas nos itens “b” e “c” serão majoradas em 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de reincidência da FORNECEDORA/CONTRATADA.

13.4. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à FORNECEDORA/CONTRATADA ou serão pagas mediante recolhimento de DAM, cujo comprovante deverá ser apresentado à CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, serão cobradas judicialmente. Sobre as multas incidirão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, em caso de atraso no recolhimento.

13.4.1. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima enumeradas, e aplicadas com base no valor total atualizado do contrato;

13.4.2. Considera-se, para fins de aplicação da penalidade de multa, como valor total atualizado do contrato aquele total inicial atualizado pelo IGP-DI (FGV), ou, na sua ausência, por aquele que vier a substituí-lo, no período compreendido entre o mês da apresentação da proposta até o mês anterior ao fato que ensejou a penalidade.

13.5. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão nº 061/2018 e seus anexos, bem como a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

14.2. Fica eleito foro da Comarca de Itaboraí para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

14.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 3.931/01, atualizados, e demais normas aplicáveis.

Tanguá, 03 de outubro de 2018.

**Walkiria de Mello Moreira**  
**Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer.**

**GRAFIPEL ITABORAÍ GRÁFICA E PAPELARIA LTDA EPP**  
**Representante**\_\_\_\_\_

TESTEMUNHAS:

1ª) \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

2ª) \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

**ANEXO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2018**

REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2018  
PROCESSO Nº 1450/2017  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2018  
EMPRESA: GRAFIPEL ITABORAÍ GRÁFICA E PAPELARIA LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	PR. UNIT	PR. TOTAL
1	Apagador para quadro branco base plástica medindo 15cmx5,5cm com feltro macio.	UN	620	R\$ 5,68	R\$ 3.521,60
3	Barbante 100% algodão (cru), nº 6, com 8 fios, medindo 100 metros enrolado em suporte de plástico cilíndrico.	RL	70	R\$ 6,51	R\$ 455,70
11	Cartolina, tipo colorset, cor amarela, 180gr medindo aproximadamente 50 x 66 cm, gm2, umidade tolerável 4,5%, altura 90,0%. Pacote com 20 unid.	PT	112	R\$ 22,00	R\$ 2.464,00
12	Cartolina, tipo colorset, cor azul, 180gr medindo aproximadamente 50 x 66 cm, gm2, umidade tolerável 4,5%, altura 90,0%. Pacote com 20 unid.	PT	112	R\$ 22,00	R\$ 2.464,00
13	Cartolina, tipo colorset, cor rosa, 180gr medindo aproximadamente 50 x 66 cm, gm2, umidade tolerável 4,5%, altura 90,0%. Pacote com 20 unid.	PT	112	R\$ 22,00	R\$ 2.464,00
14	Cartolina, tipo colorset, cor verde, 180gr medindo aproximadamente 50 x 66 cm, gm2, umidade tolerável 4,5%, altura 90,0%. Pacote com 20 unid.	PT	112	R\$ 22,00	R\$ 2.464,00
15	Clips, niquelado, nº 2 metal cromado, paralelo, caixa c/100 unidades	CX	132	R\$ 2,59	R\$ 341,88
16	Clips, niquelado, nº 4 metal cromado, paralelo, caixa c/50 unidades	CX	132	R\$ 1,83	R\$ 241,56
17	Clips, niquelado, nº 6 metal, cromado, paralelo, caixa c/50 unidades	CX	132	R\$ 2,93	R\$ 386,76
19	Cola quente bastão 11,2mm x 30cm	UN	200	R\$ 1,08	R\$ 216,00
20	Cola quente bastão, 7,5mm x 30cm	UN	200	R\$ 0,52	R\$ 104,00
21	E.V.A. (Ethil Vinil Acetat), na cor amarela medindo aproximadamente 40cm x 60cm, gramatura 2 mm.	UN	112	R\$ 1,85	R\$ 207,20
22	E.V.A. (Ethil Vinil Acetat), na cor azul claro folha medindo aproximadamente 40cm x 60cm, gramatura 2 mm.	UN	112	R\$ 1,85	R\$ 207,20
23	E.V.A. (Ethil Vinil Acetat), na cor azul escuro folha medindo aproximadamente 40cm x 60cm, gramatura 2 mm.	UN	112	R\$ 1,85	R\$ 207,20
24	E.V.A. (Ethil Vinil Acetat), na cor branca folha medindo aproximadamente 40cm x 60cm, gramatura 2 mm.	UN	112	R\$ 1,85	R\$ 207,20
25	E.V.A. (Ethil Vinil Acetat), na cor laranja folha medindo aproximadamente 40cm x 60cm, gramatura 2 mm.	UN	112	R\$ 1,85	R\$ 207,20
26	E.V.A. (Ethil Vinil Acetat), na cor marrom folha medindo aproximadamente 40cm x 60cm, gramatura 2 mm.	UN	117	R\$ 1,85	R\$ 216,45



27	E.V.A. (Ethil Vinil Acetat), na cor preta folha medindo aproximadamente 40cm x 60cm, gramatura 2 mm.	UN	162	R\$ 1,85	R\$ 299,70
28	E.V.A. (Ethil Vinil Acetat), na cor rosa folha medindo aproximadamente 40cm x 60cm, gramatura 2 mm.	UN	112	R\$ 1,85	R\$ 207,20
29	E.V.A. (Ethil Vinil Acetat), na cor verde claro folha medindo aproximadamente 40cm x 60cm, gramatura 2 mm.	UN	112	R\$ 1,85	R\$ 207,20
30	E.V.A. (Ethil Vinil Acetat), na cor verde escuro folha medindo aproximadamente 40cm x 60cm, gramatura 2 mm.	UN	112	R\$ 1,85	R\$ 207,20
31	E.V.A. (Ethil Vinil Acetat), na cor vermelha folha medindo aproximadamente 40cm x 60cm, gramatura 2 mm.	UN	162	R\$ 1,85	R\$ 299,70
32	Elástico 100% látex, cor amarela, número 18, espessura 1,5mm embalagem de 500gr, com dados de identificação do produto, marca do fabricante.	PT	20	R\$ 13,35	R\$ 267,00
33	Envelope confeccionado em plástico transparente, tamanho 240 x 340mm acondicionado em pacote com 50 unidades.	CX	100	R\$ 10,25	R\$ 1.025,00
34	Envelope ofício tamanho 240 x 340mm, na cor branca CX C/ 250 UN gramatura 80g/m², acondicionado em caixa contendo 250 unidades.	CX	32	R\$ 74,20	R\$ 2.374,40
35	Envelope tamanho (216mm X 330mm), na cor branca. gramatura 80g/m².	UN	3.680	R\$ 0,32	R\$ 1.177,60
36	Fita adesiva transparente 12mm x 10m com adesivo acrílico (embalagem com 10 unidades).	PT	70	R\$ 3,99	R\$ 279,30
37	Fita adesiva, transparente, fabricada em celulose, adesivo em resina de borracha natural, rolo com dimensões 50mm x 50m acondicionada em embalagem original contendo 10 unidades.	RL	36	R\$ 3,22	R\$ 115,92
38	Fita cetim, nº 09, cor amarela rolo contendo 50 metros de comprimento.	RL	16	R\$ 28,98	R\$ 463,68
39	Fita cetim, nº 09, cor azul rolo contendo 50 metros de comprimento.	RL	16	R\$ 28,98	R\$ 463,68
40	Fita cetim, nº 09, cor verde rolo contendo 50 metros de comprimento.	RL	16	R\$ 28,98	R\$ 463,68
41	Fita cetim, nº 09, cor vermelha rolo contendo 50 metros de comprimento.	RL	16	R\$ 28,98	R\$ 463,68
42	Fita metaloide, na cor amarela, 100% poliéster metalizado 25mm – rolo com 50m.	RL	32	R\$ 11,05	R\$ 353,60
43	Fita metaloide, na cor azul, 100% poliéster metalizado 25mm – rolo com 50m.	RL	32	R\$ 11,05	R\$ 353,60
44	Fita metaloide, na cor verde, 100% poliéster metalizado 25mm – rolo com 50m.	RL	16	R\$ 11,05	R\$ 176,80
45	Fita metaloide, na cor vermelha, 100% poliéster metalizado 25mm – rolo com 50m.	RL	16	R\$ 11,05	R\$ 176,80
46	Giz de cera - caixa com 12 unidades , peso líquido 48g	CX	400	R\$ 4,10	R\$ 1.640,00
47	Grampeador "tipo rocama" para fixação de materiais em madeira, com capacidade do carregador de grampos de no mínimo 60 grampos com as medidas aproximadas de 145mm de altura, 30mm de largura, 187mm de comprimento e peso aproximado de 0,443 kg.	UN	65	R\$ 84,20	R\$ 5.473,00
48	Grampeador em estrutura metálica, com capacidade para até 25 folhas de papel 75g. Utiliza grampos 26/6. Embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	UN	112	R\$ 14,55	R\$ 1.629,60

49	Grampo para grampeador 26/6, galvanizado fabricado com arame de aço, tratamento antiferrugem, caixa com 5.000 unidades.	CX	116	R\$ 7,05	R\$ 817,80
50	Lápis borracha, corpo cilíndrico em madeira, diâmetro da carga 4mm, diâmetro do corpo 8mm, aproximadamente	UN	3.200,00	R\$ 3,38	R\$ 10.816,00
51	Livro de ata, papel sulfite, 75g/m², 100 folhas 220 x 330 mm, vertical, capa dura, folhas brancas, pautadas e numeradas.	UN	160	R\$ 18,10	R\$ 2.896,00
	Papel A4 Branco, alcalino, ultra branco, 100% celulose de eucalipto,				

53	homogêneo, para reprodução, impressão e escrita, embalagem de proteção impermeável original, contendo as informações do fabricante na embalagem.	RS	6.200,00	R\$ 21,30	R\$ 132.060,00
54	Papel cartão, cor bege, tamanho A4, gramatura 230g/m², peso 280g acondicionado em embalagem com 10 unidades.	PT	120	R\$ 18,99	R\$ 2.278,80
55	Papel cartão, cor branca, tamanho A4, gramatura 230g/m², peso 280g acondicionado em embalagem com 10 unidades.	PT	120	R\$ 18,99	R\$ 2.278,80
56	Papel linho, cor branca, tamanho A4, gramatura 180g/m² acondicionado em embalagem com 50 unidades.	PT	120	R\$ 18,99	R\$ 2.278,80
57	Papel madeira, tamanho A4, gramatura 180g/m². Pacote com 50 unidades.	PT	70	R\$ 19,20	R\$ 1.344,00
58	Papel Pardo (kraft), gramatura 80g/m², medindo 66 x 96 cm, na cor parda.	UN	3.400,00	R\$ 0,91	R\$ 3.094,00
59	Pasta de plástico polionda, na cor amarela, com abas e elástico medindo aproximadamente (275x380)mm	UN	160	R\$ 4,38	R\$ 700,80
60	Pasta de plástico polionda, na cor verde, com abas e elástico medindo aproximadamente (275x380)mm	UN	160	R\$ 4,38	R\$ 700,80
61	Pasta de plástico polionda, na cor vermelha, com abas e elástico medindo aproximadamente (275x380)mm	UN	160	R\$ 4,38	R\$ 700,80
62	Pasta polionda, universitária, na cor azul. Espessura/gramatura da linha (polionda) 2,3 /360, med.380 x 276 x 60 mm.	UN	160	R\$ 4,59	R\$ 734,40
64	Pincel para pintura em tecido, nº 0, confeccionado com cerdas de pelo de animal virola em alumínio achatada e cabo de madeira. Embalado individualmente.	UN	1.600	R\$ 1,35	R\$ 2.160,00
65	Pistola de cola quente, potência: 40w, tensão: bivolt (110x220 volts ), para bastões de cola de 11 a 12mm.	UN	112	R\$ 19,85	R\$ 2.223,20
69	Tesoura para escritório confeccionada em aço inoxidável, polipropileno medindo aproximadamente 24cm, cabo na cor preta, extra corte, uso geral.	UN	60	R\$ 7,55	R\$ 453,00
70	TINTA PARA CARIMBO COR AZUL 40ML	UN	40	R\$ 5,50	R\$ 220,00
71	Umedecedor de dedos, em gel, pote redondo de plástico com 12g, massa 12, contém glicerina e não mancha. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	UN	40	R\$ 3,10	R\$ 124,00
				TOTAL	R\$ 200.375,49

Total por extenso: Duzentos mil, trezentos e setenta e cinco reais e quarenta e nove centavos.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS -  
27/2018. PROCESSO: 1450/2017

Aos 03 (três) dias do mês de outubro de 2018, A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, situada na Rua Vereador Manoel Macedo; nº 1040, doravante designada CONTRATANTE, neste ato, representada por sua Secretária Municipal De Educação, Esporte e Lazer, a senhora, Walkiria de Mello Moreira, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 07.502.419-0 – IFP - RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 989.733.637-00, no uso das suas atribuições, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no Pregão nº 061/2018, consubstanciado na Ata da Sessão realizada no dia 20 de julho de 2018, oriunda do processo administrativo nº 1450/2017, devidamente ho-





mologado pela Secretária de Educação, Esporte e Lazer, RESOLVE, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, dos Decretos nº 3.555/2000, 3.931/2001, e das demais normas legais aplicáveis, REGISTRAR OS PREÇOS, para aquisição de material de papelaria, da empresa cujo fornecimento foi adjudicado na licitação, doravante designada FORNECEDORA, em conformidade com o Edital do Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORNECEDORA**

F & R DE TANGUÁ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, com sede na Rua Manoel João Gonçalves, 93, Lj: 03, Tanguá RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 23.809.245/0001-60, neste ato, representada pelo Sr. Fabiano Pelegrino, portador da carteira de identidade nº. 11.571.025-3 IFP – RJ e CPF/MF sob o nº. 084.868.877-55.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de material de papelaria, conforme Termo de Referência e estimativa de preços.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação de seu extrato.

3.2. A vigência da presente ata não obriga a CONTRATANTE, a firmar contratações.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Secretaria de Educação, Esporte e Lazer será o Órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados.

4.2. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados por esta Secretaria e a(s) empresa(s) detentora(s) desta Ata estejam de acordo.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

5.1.1. Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

5.1.2. Observar, durante a vigência da presente ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

5.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrati-

vos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

5.1.4. Consultar a empresa registrada quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir o presente Ata;

5.1.5. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO**

6.1. Para a contratação será emitida Nota de Empenho em favor da empresa CONTRATADA, que deverá especificar a quantidade de cada serviço executado, respeitado o pedido mínimo estabelecido no Termo de Referência.

6.2. Será exigido da EMPRESA CONTRATADA o cumprimento de todas as exigências relativas a prestação de serviços estabelecidas no Edital do Pregão nº 061/2018, no seu Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, que integrarão a Nota de Empenho independentemente de transcrição.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1 Cumprir fielmente as cláusulas desta Ata;

7.1.2 Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto desta Ata;

7.1.3. Zelar pelo bom andamento da presente Ata, dirimindo dúvidas porventura existentes, através do servidor que vier a ser designado Fiscal da Ata;

7.1.4. Relacionar-se com a FORNECEDORA/CONTRATADA através de servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, o(s) qual(is) acompanhará(arão) e fiscalizará(arão) a execução do objeto contratado, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à FORNECEDORA/CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da FORNECEDORA/CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas;

7.1.5. Efetuar o pagamento à FORNECEDORA/CONTRATADA na forma e no prazo estabelecidos na Ata.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA/CONTRATADA**

8.1. A FORNECEDORA/CONTRATADA obriga-se a:

8.1.1. Executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas nesta Ata de Registro de

Preços, no Edital do Pregão Presencial nº. 061/2018 e em seus anexos;

8.1.2. Manter todas as condições de habilitação durante o prazo de vigência da Ata;

8.1.3. Responder, independentemente da fiscalização e do acompanhamento pela CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados, direta ou indiretamente, à Prefeitura do Município de Tanguá, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto desta Ata;

8.1.4. Responsabilizar-se, integralmente, pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, prestando-os de acordo com as especificações e os prazos constantes do Edital do Pregão Presencial nº. 061/2018;

8.1.5. Responsabilizar-se pela imediata substituição, quando constatadas quaisquer problema no material fornecido;

8.1.6. Responsabilizar-se, integralmente, pelos seus empregados envolvidos na execução do objeto do contrato, arcando com todos os custos, salários, transporte, refeição, verbas legais, trabalhistas, fundiárias ou de qualquer natureza, nos termos da legislação vigente, prestando-lhe imediato socorro em caso de mal estar ou assemelhado;

8.1.7. Fornecer seus empregados envolvidos na execução do objeto da contratação todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) que se fizerem necessários, FISCALIZANDO-LHES o uso;

8.1.8. Designar preposto dentre os funcionários destacados para o fornecimento, apto a representar a FORNECEDORA/CONTRATADA e com poderes suficientes para prestar e receber esclarecimentos;

8.1.9. É vedado à FORNECEDORA/CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, as obrigações da presente Ata, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

## **CLÁUSULA NONA – PRAZO DA EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA.**

9.1. O material deverá ser entregue no Departamento de Almoxarifado, situado à Rua Demerval Garcia de Freitas, 88 – Centro – Tanguá – RJ, das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 de segunda a sexta, em dia de expediente normal.

9.2 - Os itens descritos no “Detalhamento Específico do Projeto” deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias após a emissão de cada Nota de Empenho.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO**

10.1 A nota fiscal correspondente do fornecimento do material deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

10.1.1 A nota fiscal deverá ser emitida em nome da Prefeitura do Município de Tanguá, CNPJ nº 01.612.089/0001,



devidamente discriminado, sem emendas ou rasuras, contendo todos os dados da Nota de Empenho, fazendo menção expressa ao número desta. Após a entrega, a nota fiscal será conferida e atestada por funcionários do Almo-xarifado e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

10.1.2. Todos os tributos e contribuições incidentes sobre a aquisição dos materiais deverão estar incluídos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente aquela pertinente aos órgãos públicos federais.

10.2 O pagamento será efetuado à FORNECEDORA/CONTRATADA em até 30 (trinta) dias contados da execução do objeto contratado, mediante o ateste da Nota Fiscal por servidor designado, comprovando que as informações nela contidas estão corretas, bem como de que objeto contratado foi executado de acordo com as especificações do edital e seus anexos. No caso de qualquer falta ou incorreção, tal prazo será interrompido.

10.3 A emissão da Nota de Empenho e o pagamento ocorrerão desde que comprovada a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), bem como comprovação de quitação dos tributos Municipais, por meio das respectivas certidões;

10.4 A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero e o respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

10.5. No caso de empresa optante pelo “Simples Nacional”, deverá essa, ainda, providenciar declaração na forma do art. 4o, da IN 480 da Receita Federal, em duas vias originais, devidamente assinadas por seu representante legal, em papel timbrado da empresa, com carimbo da mesma e com seu CNPJ, bem como o extrato do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS relativo ao mês imediatamente anterior à emissão da nota fiscal, como condição para liberação do pagamento;

10.6. Serão retidos pela Contratante os impostos e contribuições conforme disposto na Lei nº 9.430/96, regulamentada pela IN/SRF/STN/SFC Nº 480, de 15/12/2004, atualizada, salvo se a licitante vencedora estiver dentre as exceções apontadas nos referidos atos normativos.

10.7 O valor a ser depositado pela Contratante será líquido, ou seja, após as retenções tributárias previstas na

legislação pertinente.

10.8 A FORNECEDORA/CONTRATADA enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 3º, bem como amparada por medida judicial constante do art. 30, ambos da Instrução Normativa SRF nº 480/2004, deverão apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

10.9 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à FORNECEDORA/CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura do Município de Tanguá por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

10.10 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.11 Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, a Contratante poderá deduzi-la do valor a ser pago à Contratada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO**

11.1. O registro da FORNECEDORA poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa e mediante despacho da autoridade competente.

11.1.1. A pedido quando:

a) comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

11.1.2. Por iniciativa desta secretaria, quando:

a) a contratada não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) a contratada perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) houver razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

d) a contratada não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) a contratada não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

11.1.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o

processo, esta Secretaria fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais participantes a nova ordem de registro.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará as consequências dos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, bem como do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e do artigo 14 do Anexo I do Decreto 3.555/2000.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

13.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

13.2. De acordo com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à FORNECEDORA/CONTRATADA:

a) advertência formal, na ocorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total atualizado da Ata, a critério da CONTRATANTE, na ocorrência de atraso injustificado na execução de quaisquer obrigações, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado até a data da efetiva execução, limitado a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado, conforme o caso, descumprimento parcial ou total da obrigação;

c) multa penal de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a FORNECEDORA/CONTRATADA der causa à inexecução parcial da contratação;

d) multa penal de 30% (trinta por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a FORNECEDORA/CONTRATADA der causa à inexecução total da contratação;

e) multa compensatória do valor integral e atualizado, comprovado, incluindo-se custos diretos e indiretos, do prejuízo causado pela FORNECEDORA/CONTRATADA à Prefeitura do Município de Tanguá ou a terceiros;

f) impedimento de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo que a CONTRATANTE fixar, obedecidos os limites previstos no artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 ou, quando for o caso, no artigo 7º da Lei 10.520/2002, que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a habilitação e/ou contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata, e demais cominações legais;



g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. As multas estabelecidas nos itens “b” e “c” serão majoradas em 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de reincidência da FORNECEDORA/CONTRATADA.

13.4. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à FORNECEDORA/CONTRATADA ou serão pagas mediante recolhimento de DAM, cujo comprovante deverá ser apresentado à CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, serão cobradas judicialmente. Sobre as multas incidirão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, em caso de atraso no recolhimento.

13.4.1. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima enumeradas, e aplicadas com base no valor total atualizado do contrato;

13.4.2. Considera-se, para fins de aplicação da penalidade de multa, como valor total atualizado do contrato aquele total inicial atualizado pelo IGP-DI (FGV), ou, na sua ausência, por aquele que vier a substituí-lo, no período compreendido entre o mês da apresentação da proposta até o mês anterior ao fato que ensejou a penalidade.

13.5. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão nº 061/2018 e seus anexos, bem como a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

14.2. Fica eleito foro da Comarca de Itaboraí para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

14.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 3.931/01, atualizados, e demais normas aplicáveis.

Tanguá, 03 de outubro de 2018.

**Walkiria de Mello Moreira**  
**Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer.**

**F & R DE TANGUÁ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP**  
**Representante** \_\_\_\_\_

TESTEMUNHAS:

1ª) \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_

2ª) \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_

### ANEXO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2018

REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2018  
PROCESSO Nº 1450/2017  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2018  
EMPRESA: F & R DE TANGUÁ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	PR. UNIT	PR. TOTAL
2	Apontador de lápis, redondo, confeccionado em plástico lâmina em aço carbono temperado de alta resistência –	CX	250	R\$ 6,58	R\$ 1.645,00

	caixa com 40 unidades.				
4	Caneta esferográfica, cor azul, escrita média, corpo em plástico transparente, com perfuração lateral, medindo aproximadamente 140mm, com marca gravada no corpo, carga: tubo plástico aproximadamente 130,5mm, esfera em tungstênio.	CX	276	R\$ 41,50	R\$ 11.454,00
5	Caneta esferográfica, cor preta, escrita média, corpo em plástico transparente, com perfuração lateral, medindo aproximadamente 1,0 com marca gravada no corpo, carga: tubo plástico aproximadamente 130,5mm, esfera em tungstênio.	CX	276	R\$ 41,50	R\$ 11.454,00
6	Caneta esferográfica, cor vermelha, escrita média, corpo em plástico transparente, com perfuração lateral, medindo aproximadamente 1,0 caixa com 50 com marca gravada no corpo, carga: tubo plástico aproximadamente 130,5mm, esfera em tungstênio.	CX	138	R\$ 41,50	R\$ 5.727,00
7	Caneta hidrocor (hidrográfica) 12 cores, resistente ponta porosa, com tampa na mesma cor, antiasfixiante, composição: ponta de nylon, resinas plásticas, tinta a base de corantes orgânicos e água, lavável, embalada em estoio de PVC transparente, embala	EJ	400	R\$ 6,72	R\$ 2.688,00
8	Caneta para quadro branco, cor azul, recarregável, secagem rápida, tinta inodora com clipe, corpo e tampa de polipropileno para vida duradoura, fácil de recarregar, com caixa expositora, podendo permanecer até 48 horas destampado sem secar.	UN	2.470	R\$ 4,48	R\$ 11.065,60
9	Caneta para quadro branco, cor preta, recarregável, secagem rápida, tinta inodora, com clipe, corpo e tampa de polipropileno para vida duradoura, fácil de recarregar, com caixa expositora, podendo permanecer até 48 horas destampado sem secar.	UN	2.470	R\$ 4,48	R\$ 11.065,60
10	Caneta para quadro branco, cor vermelha, recarregável, secagem rápida, tinta inodora com clipe, corpo e tampa de polipropileno para vida duradoura, fácil de recarregar, com caixa expositora, podendo permanecer até 48 horas destampado sem secar.	UN	1.960	R\$ 4,48	R\$ 8.780,80
18	Cola em bastão - tubo com 40 gramas, glicerina, água e conservantes, embalagem com dados de identificação do produto e prazo de validade.	TU	1.600	R\$ 1,72	R\$ 2.752,00
52	Papel 40kg, na cor branca, gramatura 120gr, dimensão 96 x 66 cm acondicionado em embalagem contendo 250 unidades	PT	48	R\$ 272,00	R\$ 13.056,00
63	Pincel escolar, nº 26, confeccionado com cerdas de pelo de animal virola em alumínio achatada e cabo de madeira..	UN	1.600,00	R\$ 4,12	R\$ 6.592,00
66	Refil para caneta para quadro branco na cor azul	UN	4.368,00	R\$ 1,94	R\$ 8.473,92
67	Refil para caneta para quadro branco na cor preta	UN	4.368,00	R\$ 1,94	R\$ 8.473,92
68	Refil para caneta para quadro branco na cor vermelha	UN	4.368,00	R\$ 1,94	R\$ 8.473,92
				TOTAL	R\$ 111.701,76

Total por extenso: Cento e onze mil, setecentos e um reais e setenta e seis centavos

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2018

Aos 05 (cinco) dias do mês de outubro de 2018, A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, situada na Rua Vereador Manoel Macedo; nº 1040, doravante designada CONTRATANTE, neste ato representada por sua Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, a senhora, Walkiria de Mello Moreira, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 07.502.419-0 – IFP - RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 989.733.637-00, no uso das suas atribuições, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no Pregão nº 076/2018, consubstanciado na Ata da Sessão realizada no dia 28 (vinte e oito) de outubro de 2018, oriunda do processo administrativo nº 1046/2018, devidamente homologado pela Secretária de Educação, Esporte e Lazer, RESOLVE, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, dos Decretos nº 3.555/2000, 3.931/2001, e das demais normas legais aplicáveis, REGISTRAR OS PREÇOS, para aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar da empresa cujo fornecimento foi adjudicado na

licitação, doravante designada FORNECEDORA, em conformidade com o Edital do Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORNECEDORA**

PADARIA E MERCEARIA BANDEIRANTES II LTDA - ME, com sede na Av. do Areal, s/n, lote 03, Qd. 56, loja 02 – chácaras bandeirantes – Tanguá – RJ – CEP: 24.890-000, inscrita no CNPJ nº 08.291.139/0001-43, neste ato representada pelo Sr. Adão Macedo Tomé, Portador do RG. nº 08.864.322-6 - DETRAN-RJ e CPF nº 839.992.137-87.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios, conforme Termo de Referência e estimativa de preços.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura da mesma.

3.2. A vigência da presente ata não obriga a CONTRATANTE, a firmar contratações.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer será o Órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados.

4.2. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados por esta Secretaria e a(s) empresa(s) detentora(s) desta Ata estejam de acordo.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

5.1.1. Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

5.1.2. Observar, durante a vigência da presente ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

5.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

5.1.4. Consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Admi-

nistração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

5.1.5. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO**

6.1. Para a contratação será emitida Nota de Empenho em favor da empresa FORNECEDORA, que deverá especificar a quantidade de cada item a ser fornecido, respeitado o pedido mínimo estabelecido no Termo de Referência.

6.2. Será exigido da FORNECEDORA CONTRATADA o cumprimento de todas as exigências relativas ao fornecimento estabelecidas no Edital do Pregão nº 076/2018, no seu Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, que integrarão a Nota de Empenho independentemente de transcrição.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1 Cumprir fielmente as cláusulas desta Ata;

7.1.2 Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela FORNECEDORA/CONTRATADA, pertinentes ao objeto desta Ata;

7.1.3. Zelar pelo bom andamento da presente Ata, dirimindo dúvidas porventura existentes, através do servidor que vier a ser designado Fiscal da Ata;

7.1.4. Relacionar-se com a FORNECEDORA/CONTRATADA através de servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, o(s) qual(is) acompanhará(arão) e fiscalizará(arão) a execução do objeto contratado, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à FORNECEDORA/CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte

da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da FORNECEDORA/CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas;

7.1.6. Efetuar o pagamento à FORNECEDORA/CONTRATADA na forma e no prazo estabelecidos na Ata.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA/CONTRATADA**

8.1. A FORNECEDORA/CONTRATADA obriga-se a:

8.1.1. Executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital do Pregão Presencial nº. 076/2018 e em seus anexos;

8.1.2. Manter todas as condições de habilitação durante o prazo de vigência da Ata;

8.1.3. Responder, independentemente da fiscalização e do acompanhamento pela CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados, direta ou indiretamente, à Prefeitura do Município de Tanguá, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto desta Ata;

8.1.4. Responsabilizar-se, integralmente, pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, prestando-os de acordo com as especificações e os prazos constantes do Edital do Pregão Presencial nº. 076/2018;

8.1.5. Responsabilizar-se pela imediata substituição, quando constatadas quaisquer impropriedades nos veículos;

8.1.6. Responsabilizar-se, integralmente, pelos seus empregados envolvidos na execução do objeto do contrato, arcando com todos os custos, salários, transporte, refeição, verbas legais, trabalhistas, fundiárias ou de qualquer natureza, nos termos da legislação vigente, prestando-lhe imediato socorro em caso de mal estar ou assemelhado;

8.1.7. Fornecer seus empregados envolvidos na execução do objeto da contratação todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) que se fizerem necessários, FISCALIZANDO-LHES o uso;

8.1.8. Designar preposto dentre os funcionários destacados para o fornecimento, apto a representar a FORNECEDORA/CONTRATADA e com poderes suficientes para prestar e receber esclarecimentos;

8.1.9. É vedado à FORNECEDORA/CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, as obrigações da presente Ata, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

#### **CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA**

9.1. Os materiais deverão ser entregues em até 2 (dois) dias após solicitação emitida pelo setor de nutrição da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO**

10.1 O documento fiscal correspondente ao fornecimento deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

10.1.1 O documento de cobrança deverá ser emitido em nome da Prefeitura do Município de Tanguá, CNPJ nº 01.612.089/0001, devidamente discriminado, sem emendas ou rasuras, contendo todos os dados da Nota de Empenho, fazendo menção expressa ao número desta. Após a entrega, o documento de cobrança será conferido e atestado pela Contratante.

10.1.2. Todos os tributos e contribuições incidentes sobre a aquisição dos materiais deverão estar incluídos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente aquela pertinente aos órgãos públicos federais.



10.2 O pagamento será efetuado à FORNECEDORA/CONTRATADA em até 30 (trinta) dias úteis contados da execução do objeto contratado, mediante o atesto da Nota Fiscal por servidor designado, comprovando que as informações nela contidas estão corretas, bem como de que objeto contratado foi executado de acordo com as especificações do edital e seus anexos. No caso de qualquer falta ou incorreção, tal prazo será interrompido.

10.3 A emissão da Nota de Empenho e o pagamento ocorrerão desde que comprovada a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), bem como comprovação de quitação dos tributos Municipais, por meio das respectivas certidões;

10.4 A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero e o respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

10.5. No caso de empresa optante pelo “Simples Nacional”, deverá essa, ainda, providenciar declaração

na forma do art. 4o, da IN 480 da Receita Federal, em duas vias originais, devidamente assinadas por seu representante legal, em papel timbrado da empresa, com carimbo da mesma e com seu CNPJ, bem como o extrato do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS relativo ao mês imediatamente anterior à emissão da nota fiscal, como condição para liberação do pagamento;

10.6. Serão retidos pela Contratante os impostos e contribuições conforme disposto na Lei nº 9.430/96, regulamentada pela IN/SRF/STN/SFC Nº 480, de 15/12/2004, atualizada, salvo se a licitante vencedora estiver dentre as exceções apontadas nos referidos atos normativos.

10.7 O valor a ser depositado pela Contratante será líquido, ou seja, após as retenções tributárias previstas na legislação pertinente.

10.8 A FORNECEDORA/CONTRATADA enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 3º, bem como amparada por medida judicial constante do art. 30, ambos da Instrução Normativa SRF nº 480/2004, deverão apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

10.9. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à FORNECEDORA/CONTRATADA para as cor-

reções necessárias, não respondendo a Prefeitura do Município de Tanguá por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

10.10. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.11. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, a Contratante poderá deduzi-la do valor a ser pago à Contratada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO DO VENCEDOR**

11.1. O registro da FORNECEDORA poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa e mediante despacho da autoridade competente da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

11.1.1. A pedido quando:

a) comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

11.1.2. Por iniciativa desta Secretaria, quando:

a) a fornecedora não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) a fornecedora perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) houver razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

d) a fornecedora não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) a fornecedora não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

11.1.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, esta Secretaria fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais participantes a nova ordem de registro.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará as consequências dos artigos 77 a 80 da lei 8.666/93, bem como do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e do artigo 14 do Anexo I do Decreto 3.555/2000.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDA-**

## **DES**

13.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

13.2. De acordo com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à FORNECEDORA/CONTRATADA:

a) advertência formal, na ocorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total atualizado da Ata, a critério da CONTRATANTE, na ocorrência de atraso injustificado na execução de quaisquer obrigações, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado até a data da efetiva execução, limitado a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado, conforme o caso, descumprimento parcial ou total da obrigação;

c) multa penal de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a FORNECEDORA/CONTRATADA der causa à inexecução parcial da contratação;

d) multa penal de 30% (trinta por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a FORNECEDORA/CONTRATADA der causa à inexecução total da contratação;

e) multa compensatória do valor integral e atualizado, comprovado, incluindo-se custos diretos e indiretos, do prejuízo causado pela FORNECEDORA/CONTRATADA à Prefeitura do Município de Tanguá ou a terceiros;

f) impedimento de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo que a CONTRATANTE fixar, obedecidos os limites previstos no artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 ou, quando for o caso, no artigo 7º da Lei 10.520/2002, que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a habilitação e/ou contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata, e demais cominações legais;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. As multas estabelecidas nos itens “b” e “c” serão majoradas em 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de reincidência da FORNECEDORA/CONTRATADA.

13.4. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à FORNECEDORA/CONTRATADA



ou serão pagas mediante recolhimento de DAM, cujo comprovante deverá ser apresentada à CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, serão cobradas judicialmente. Sobre as multas incidirão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, em caso de atraso no recolhimento.

13.4.1. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima enumeradas, e aplicadas com base no valor total atualizado do contrato;

13.4.2. Considera-se, para fins de aplicação da penalidade de multa, como valor total atualizado do contrato aquele total inicial atualizado pelo IGP-DI (FGV), ou, na sua ausência, por aquele que vier a substituí-lo, no período compreendido entre o mês da apresentação da proposta até o mês anterior ao fato que ensejou a penalidade.

13.5. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão nº 076/2018 e seus anexos, bem como a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

14.2. Fica eleito foro da Comarca de Itaboraí para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

14.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 3.931/01, atualizados, e demais normas aplicáveis.

Tanguá, 05 de outubro de 2018.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QUANT	PR. UNIT	PR. TOTAL
1	Alho branco de aparência fresca e sã. 'Colhidos ao atingir o grau de evolução completo e perfeito estado de desenvolvimento, sem apresentar brotação. Isento de danos e defeitos de natureza física ou mecânica, terra aderente, sujidades, parasitas, larvas e defensivos agrícolas.	KG	CEASA	3.450	R\$ 10,13	R\$ 34.948,50
TOTAL						R\$ 34.948,50

H

Walkiria de Mello Moreira  
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer.  
Matricula 4113-0

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 029/2018.  
PROCESSO: 1046/2018

Aos 5 (cinco) dias do mês de outubro de 2018, A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, situada na Rua Vereador Manoel Macedo; nº 1040, doravante designada CONTRATANTE, neste ato representada por sua Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, a senhora, Walkiria de Mello Moreira, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 07.502.419-0 – IFP - RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 989.733.637-00, no uso das suas atribuições, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no Pregão nº 076/2018, consubstanciado na Ata da Sessão realizada no dia 28 (vinte e oito) de setembro de 2018, oriunda do processo administrativo nº 1046/2018, devidamente homologado pela Secretária de Educação, Esporte e Lazer, RESOLVE, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, dos

Decretos nº 3.555/2000, 3.931/2001, e das demais normas legais aplicáveis, REGISTRAR OS PREÇOS, para aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar da empresa cujo fornecimento foi adjudicado na licitação, doravante designada FORNECEDORA, em conformidade com o Edital do Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORNECEDORA

S C DE ALENCAR COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS - ME, com sede na Rua Vereador Antônio Teixeira Macedo, 390, loja 01 e 02 – centro – Tanguá – RJ – CEP: 24.890-000, inscrita no CNPJ nº 23.209.814/0001-36, neste ato representada pelo Sr. Eliângela Freitas dos Santos, Portador do RG. nº 11109730-9 – IFP/RJ e CPF nº 074.376.857-44.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, conforme Termo de Referência e es-

Walkiria de Mello Moreira  
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

PADARIA E MERCEARIA BANDEIRANTES II LTDA – ME  
Representante \_\_\_\_\_

TESTEMUNHAS:

1ª) \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

2ª) \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 28/2018

REGISTRO DE PREÇO Nº 028/2018

PROCESSO Nº 1046/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2018

EMPRESA: PADARIA E MERCEARIA BANDEIRANTES LTDA-ME.

timativa de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura da mesma.

3.2. A vigência da presente ata não obriga a CONTRATANTE, a firmar contratações.

CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Secretaria de Educação, Esporte e Lazer será o Órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados.

4.2. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados por esta Secretaria e a(s) empresa(s) detentora(s) desta Ata



estejam de acordo.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

5.1.1. Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

5.1.2. Observar, durante a vigência da presente ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

5.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

5.1.4. Consultar a empresa registrada quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir ao presente Ata;

5.1.5. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO**

6.1. Para a contratação será emitida Nota de Empenho em favor da empresa CONTRATADA, que deverá especificar a quantidade de cada serviço executado, respeitado o pedido mínimo estabelecido no Termo de Referência.

6.2. Será exigido da EMPRESA CONTRATADA o cumprimento de todas as exigências relativas a prestação de serviços estabelecidas no Edital do Pregão nº 076/2018, no seu Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, que integrarão a Nota de Empenho independentemente de transcrição.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1 Cumprir fielmente as cláusulas desta Ata;

7.1.2 Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto desta Ata;

7.1.3. Zelar pelo bom andamento da presente Ata, dirimindo dúvidas porventura existentes, através do servidor que vier a ser designado Fiscal da Ata;

7.1.4. Relacionar-se com a FORNECEDORA/CONTRATADA através de servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, o(s) qual(is) acompanhará(arão) e fiscalizará(arão) a execução do objeto contratado, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à

FORNECEDORA/CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da FORNECEDORA/CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas;

7.1.5. Efetuar o pagamento à FORNECEDORA/CONTRATADA na forma e no prazo estabelecidos na Ata.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA/CONTRATADA**

8.1. A FORNECEDORA/CONTRATADA obriga-se a:

8.1.1. Executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital do Pregão Presencial nº. 076/2018 e em seus anexos;

8.1.2. Manter todas as condições de habilitação durante o prazo de vigência da Ata;

8.1.3. Responder, independentemente da fiscalização e do acompanhamento pela CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados, direta ou indiretamente, à Prefeitura do Município de Tanguá, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto desta Ata;

8.1.4. Responsabilizar-se, integralmente, pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, prestando-os de acordo com as especificações e os prazos constantes do Edital do Pregão Presencial nº. 076/2018;

8.1.5. Responsabilizar-se pela imediata substituição, quando constatadas quaisquer problemas no material fornecido;

8.1.6. Responsabilizar-se, integralmente, pelos seus empregados envolvidos na execução do objeto do contrato, arcando com todos os custos, salários, transporte, refeição, verbas legais, trabalhistas, fundiárias ou de qualquer natureza, nos termos da legislação vigente, prestando-lhe imediato socorro em caso de mal estar ou assemelhado;

8.1.7. Fornecer a seus empregados envolvidos na execução do objeto da contratação todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) que se fizerem necessários, FISCALIZANDO-LHES o uso;

8.1.8. Designar preposto dentre os funcionários destacados para o fornecimento, apto a representar a FORNECEDORA/CONTRATADA e com poderes suficientes para prestar e receber esclarecimentos;

8.1.9. É vedado à FORNECEDORA/CONTRATADA transferir, em todo ou em parte, as obrigações da presente Ata, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

## **CLÁUSULA NONA – PRAZO DA EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA.**

9.1. O material deverá ser entregue no Departamento de Almoxarifado, situado à Rua Demerval Garcia de Freitas, 88 – Centro – Tanguá – RJ, das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 de segunda a sexta, em dia de expediente normal.

9.2 - Os itens descritos no “Detalhamento Específico do Projeto” deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias após a emissão de cada Nota de Empenho.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO**

10.1 A nota fiscal correspondente do fornecimento do material deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

10.1.1 A nota fiscal deverá ser emitida em nome da Prefeitura do Município de Tanguá, CNPJ nº01.612.089/0001-00, devidamente discriminado, sem emendas ou rasuras, contendo todos os dados da Nota de Empenho, fazendo menção expressa ao número desta. Após a entrega, a nota fiscal será conferida e atestada por funcionários do Almoxarifado e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

10.1.2. Todos os tributos e contribuições incidentes sobre a aquisição dos materiais deverão estar incluídos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente aquela pertinente aos órgãos públicos federais.

10.2 O pagamento será efetuado à FORNECEDORA/CONTRATADA em até 30 (trinta) dias contados da execução do objeto contratado, mediante o ateste da Nota Fiscal por servidor designado, comprovando que as informações nela contidas estão corretas, bem como de que objeto contratado foi executado de acordo com as especificações do edital e seus anexos. No caso de qualquer falta ou incorreção, tal prazo será interrompido.

10.3 A emissão da Nota de Empenho e o pagamento ocorrerão desde que comprovada a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), bem como comprovação de quitação dos tributos Municipais, por meio das respectivas certidões;

10.4 A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero e o respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.



10.5. No caso de empresa optante pelo “Simples Nacional”, deverá essa, ainda, providenciar declaração na forma do art. 4o, da IN 480 da Receita Federal, em duas vias originais, devidamente assinadas por seu representante legal, em papel timbrado da empresa, com carimbo da mesma e com seu CNPJ, bem como o extrato do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS relativo ao mês imediatamente anterior à emissão da nota fiscal, como condição para liberação do pagamento;

10.6. Serão retidos pela Contratante os impostos e contribuições conforme disposto na Lei nº 9.430/96, regulamentada pela IN/SRF/STN/SFC Nº 480, de 15/12/2004, atualizada, salvo se a licitante vencedora estiver dentre as exceções apontadas nos referidos atos normativos.

10.7 O valor a ser depositado pela Contratante será líquido, ou seja, após as retenções tributárias previstas na legislação pertinente.

10.8 A FORNECEDORA/CONTRATADA enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 3º, bem como amparada por medida judicial constante do art. 30, ambos da Instrução Normativa SRF nº 480/2004, deverão apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

10.9 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à FORNECEDORA/CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura do Município de Tanguá por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

10.10 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.11 Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, a Contratante poderá deduzi-la do valor a ser pago à Contratada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO**

11.1. O registro da FORNECEDORA poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa e mediante despacho da autoridade competente.

11.1.1. A pedido quando:

a) comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

11.1.2. Por iniciativa desta secretaria, quando:

a) a contratada não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) a contratada perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) houver razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

d) a contratada não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) a contratada não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

11.1.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, esta Secretaria fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais participantes a nova ordem de registro.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará as consequências dos artigos 77 a 80 da lei 8.666/93, bem como do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e do artigo 14 do Anexo I do Decreto 3.555/2000.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

13.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

13.2. De acordo com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à FORNECEDORA/CONTRATADA:

a) advertência formal, na ocorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total atualizado da Ata, a critério da CONTRATANTE, na ocorrência de atraso injustificado na execução de quaisquer obrigações, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado até a data da efetiva execução, limitado a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado, conforme o caso, descumprimento parcial ou total da obrigação;

c) multa penal de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a FORNECEDORA/CONTRATADA der causa à inexecução parcial da contratação;

d) multa penal de 30% (trinta por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a FORNECEDORA/CONTRATADA der causa à inexecução total da contratação;

e) multa compensatória do valor integral e atualizado,

comprovado, incluindo-se custos diretos e indiretos, do prejuízo causado pela FORNECEDORA/CONTRATADA à Prefeitura do Município de Tanguá ou a terceiros;

f) impedimento de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo que a CONTRATANTE fixar, obedecidos os limites previstos no artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 ou, quando for o caso, no artigo 7º da Lei 10.520/2 002, que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a habilitação e/ou contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato,

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata, e demais cominações legais;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. As multas estabelecidas nos itens “b” e “c” serão majoradas em 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de reincidência da FORNECEDORA/CONTRATADA.

13.4. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à FORNECEDORA/CONTRATADA ou serão pagas mediante recolhimento de DAM, cujo comprovante deverá ser apresentado à CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, serão cobradas judicialmente. Sobre as multas incidirão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, em caso de atraso no recolhimento.

13.4.1. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima enumeradas, e aplicadas com base no valor total atualizado do contrato;

13.4.2. Considera-se, para fins de aplicação da penalidade de multa, como valor total atualizado do contrato aquele total inicial atualizado pelo IGP-DI (FGV), ou, na sua ausência, por aquele que vier a substituí-lo, no período compreendido entre o mês da apresentação da proposta até o mês anterior ao fato que ensejou a penalidade.

13.5. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão nº 076/2018 e seus anexos, bem como a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

14.2. Fica eleito foro da Comarca de Itaboraí para diri-





mir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

14.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 3.931/01, atualizados, e demais normas aplicáveis.

Tanguá, 5 de outubro de 2018.

**Walkiria de Mello Moreira**  
**Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer.**

**S C DE ALENCAR COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS – ME**  
**Representante** \_\_\_\_\_

TESTEMUNHAS:

1ª) \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_

2ª) \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 029/2018**

**REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2018**

**PROCESSO Nº 1046/2018.**

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2018**

**EMPRESA: S C ALENCAR COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS - ME**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QUANT	PRR. UNIT	PR. TOTAL
1	Arroz agulhinha tipo 1. Pacote com 5 quilos, embalagem original, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	PCT	BOM NO PRATO	5.510	R\$ 12,39	R\$ 68.268,90
2	Batata doce – Própria para o cozimento. Da variedade com casca de tom roxo. Deverá estar no ponto para o consumo, firme, inteira, livre de umidade externa, desprovida de sabor e/ou odor estranho ao produto, uniforme, com brilho, frescas e isenta de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não serão tolerados defeitos externos ou internos que prejudiquem o consumo.	KG	NACIONAL	2.013	R\$ 2,25	R\$ 4.529,25
3	Carne de frango – Peito. Sem osso, sem carcaça, congelado e acondicionado em embalagem plástica original com no máximo 5 Kg. Validade mínima de 2 meses a partir da data da entrega.	KG	AVIPAL	20.195	R\$ 7,05	R\$ 142.374,75
4	Leite longa vida, integral, caixa de 1 litro. Embalagem original contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	LT	QUATA	33.050	R\$ 3,60	R\$ 118.980,00
TOTAL						R\$ 334.152,90

Tanguá, 05 de outubro de 2018.

**Walkiria de Mello Moreira**  
**Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer.**  
**Matricula 4113-0**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS -**  
**30/2018. PROCESSO: 438/2018**

Aos 04 (quatro) dias do mês de outubro de 2018, A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, situada na Rua Vereador Manoel Macedo; nº 1040, doravante designada CON-

TRATANTE, neste ato, representada por sua Secretária Municipal De Educação, Esporte e Lazer, a senhora, Walkiria de Mello Moreira, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 07.502.419-0 – IFP - RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 989.733.637-00, no uso das suas atribuições, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no Pregão nº 064/2018, consubstanciado na Ata da Sessão realizada no dia 14 de agosto de 2018, oriunda do processo administrativo nº 438/2018, devidamente homologado pela Secretária de Educação, Esporte e Lazer, RESOLVE, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, dos Decretos nº 3.555/2000, 3.931/2001, e das demais normas legais aplicáveis, REGISTRAR OS PREÇOS, para aquisição de material de limpeza, da empresa cujo fornecimento foi adjudicado na licitação, doravante designada FORNECEDORA, em conformidade com o Edital do Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORNECEDORA**

MULTI SERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, com sede na RUA CORONEL LUIZ PEREIRA DOS SANTOS, nº. 80, sala: 104 - Centro – Tanguá - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 19.909.640/0001-47, neste ato, representada pelo Luiz Antônio da Silva Pereira, portador da carteira de identidade nº. 07210603-2 – IFP RJ E CPF sob o nº. 883.513.357-20.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de material de limpeza, conforme Termo de Referência e estimativa de preços.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação de seu extrato.

3.2. A vigência da presente ata não obriga a CONTRATANTE, a firmar contratações.

**CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Secretaria de Educação, Esporte e Lazer será o Órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados.

4.2. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados por esta Secretaria e a(s) empresa(s) detentora(s) desta Ata estejam de acordo.

**CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

5.1.1. Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

5.1.2. Observar, durante a vigência da presente ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

5.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

5.1.4. Consultar a empresa registrada quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir o presente Ata;

5.1.5. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

**CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO**

6.1. Para a contratação será emitida Nota de Empenho em favor da empresa CONTRATADA, que deverá especificar a quantidade de cada serviço executado, respeitado o



pedido mínimo estabelecido no Termo de Referência.

6.2. Será exigido da EMPRESA CONTRATADA o cumprimento de todas as exigências relativas a prestação de serviços estabelecidas no Edital do Pregão nº 064/2018, no seu Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, que integrarão a Nota de Empenho independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:
  - 7.1.1 Cumprir fielmente as cláusulas desta Ata;
  - 7.1.2 Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto desta Ata;
  - 7.1.3. Zelar pelo bom andamento da presente Ata, dirimindo dúvidas porventura existentes, através do servidor que vier a ser designado Fiscal da Ata;

7.1.4. Relacionar-se com a FORNECEDORA/CONTRATADA através de servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, o(s) qual(is) acompanhará(arão) e fiscalizará(arão) a execução do objeto contratado, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à FORNECEDORA/CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da FORNECEDORA/CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas;

7.1.5. Efetuar o pagamento à FORNECEDORA/CONTRATADA na forma e no prazo estabelecidos na Ata.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA/CONTRATADA**

- 8.1. A FORNECEDORA/CONTRATADA obriga-se a:
  - 8.1.1. Executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital do Pregão Presencial nº. 064/2018 e em seus anexos;
  - 8.1.2. Manter todas as condições de habilitação durante o prazo de vigência da Ata;
  - 8.1.3. Responder, independentemente da fiscalização e do acompanhamento pela CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados, direta ou indiretamente, à Prefeitura do Município de Tanguá, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto desta Ata;
  - 8.1.4. Responsabilizar-se, integralmente, pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, prestando-os de acordo com as especificações e os prazos constantes do Edital do Pregão Presencial nº. 064/2018;

8.1.5. Responsabilizar-se pela imediata substituição, quando constatadas quaisquer problema no material fornecido;

8.1.6. Responsabilizar-se, integralmente, pelos seus empregados envolvidos na execução do objeto do contrato, arcando com todos os custos, salários, transporte, refeição, verbas legais, trabalhistas, fundiárias ou de qualquer natureza, nos termos da legislação vigente, prestando-lhe imediato socorro em caso de mal estar ou assemelhado;

8.1.7. Fornecer seus empregados envolvidos na execução do objeto da contratação todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) que se fizerem necessários, FISCALIZANDO-LHES o uso;

8.1.8. Designar preposto dentre os funcionários destacados para o fornecimento, apto a representar a FORNECEDORA/CONTRATADA e com poderes suficientes para prestar e receber esclarecimentos;

8.1.9. É vedado à FORNECEDORA/CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, as obrigações da presente Ata, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

**CLÁUSULA NONA – PRAZO DA EXECUÇÃO E LOCAL DE ENTREGA.**

9.1. O material deverá ser entregue no Departamento de Almoxarifado, situado à Rua Demerval Garcia de Freitas, 88 – Centro – Tanguá – RJ, das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 de segunda a sexta, em dia de expediente normal.

9.2 - Os itens descritos no “Detalhamento Específico do Projeto” deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias após a emissão de cada Nota de Empenho.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO**

10.1 A nota fiscal correspondente do fornecimento do material deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

10.1.1 A nota fiscal deverá ser emitida em nome da Prefeitura do Município de Tanguá, CNPJ nº01.612.089/0001, devidamente discriminado, sem emendas ou rasuras, contendo todos os dados da Nota de Empenho, fazendo menção expressa ao número desta. Após a entrega, a nota fiscal será conferida e atestada por funcionários do Almoxarifado e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

10.1.2. Todos os tributos e contribuições incidentes sobre a aquisição dos materiais deverão estar incluídos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente aquela pertinente aos órgãos públicos federais.

10.2 O pagamento será efetuado à FORNECEDORA/CONTRATADA em até 30 (trinta) dias contados da execução do objeto contratado, mediante o ateste da Nota Fiscal

por servidor designado, comprovando que as informações nela contidas estão corretas, bem como de que objeto contratado foi executado de acordo com as especificações do edital e seus anexos. No caso de qualquer falta ou incorreção, tal prazo será interrompido.

10.3 A emissão da Nota de Empenho e o pagamento ocorrerão desde que comprovada a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), bem como comprovação de quitação dos tributos Municipais, por meio das respectivas certidões;

10.4 A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero e o respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

10.5. No caso de empresa optante pelo “Simples Nacional”, deverá essa, ainda, providenciar declaração na forma do art. 4o, da IN 480 da Receita Federal, em duas vias originais, devidamente assinadas por seu representante legal, em papel timbrado da empresa, com carimbo da mesma e com seu CNPJ, bem como o extrato do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS relativo ao mês imediatamente anterior à emissão da nota fiscal, como condição para liberação do pagamento;

10.6. Serão retidos pela Contratante os impostos e contribuições conforme disposto na Lei nº 9.430/96, regulamentada pela IN/SRF/STN/SFC Nº 480, de 15/12/2004, atualizada, salvo se a licitante vencedora estiver dentre as exceções apontadas nos referidos atos normativos.

10.7 O valor a ser depositado pela Contratante será líquido, ou seja, após as retenções tributárias previstas na legislação pertinente.

10.8 A FORNECEDORA/CONTRATADA enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 3º, bem como amparada por medida judicial constante do art. 30, ambos da Instrução Normativa SRF nº 480/2004, deverão apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

10.9 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à FORNECEDORA/CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura do Município de Tanguá por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.



10.10 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.11 Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, a Contratante poderá deduzir-lhe do valor a ser pago à Contratada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO**

11.1. O registro da FORNECEDORA poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa e mediante despacho da autoridade competente.

11.1.1. A pedido quando:

a) comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

11.1.2. Por iniciativa desta secretaria, quando:

a) a contratada não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) a contratada perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) houver razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

d) a contratada não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) a contratada não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

11.1.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, esta Secretaria fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais participantes a nova ordem de registro.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará as consequências dos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, bem como do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e do artigo 14 do Anexo I do Decreto 3.555/2000.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

13.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

13.2. De acordo com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à FORNECEDORA/CONTRATADA:

a) advertência formal, na ocorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total atualizado da Ata, a critério da CONTRATANTE, na ocorrência de atraso injustificado na execução de quaisquer obrigações, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado até a data da efetiva execução, limitado a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado, conforme o caso, descumprimento parcial ou total da obrigação;

c) multa penal de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a FORNECEDORA/CONTRATADA der causa à inexecução parcial da contratação;

d) multa penal de 30% (trinta por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a FORNECEDORA/CONTRATADA der causa à inexecução total da contratação;

e) multa compensatória do valor integral e atualizado, comprovado, incluindo-se custos diretos e indiretos, do prejuízo causado pela FORNECEDORA/CONTRATADA à Prefeitura do Município de Tanguá ou a terceiros;

f) impedimento de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo que a CONTRATANTE fixar, obedecidos os limites previstos no artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 ou, quando for o caso, no artigo 7º da Lei 10.520/2002, que será arbitrado de acordo com a

natureza e a gravidade da falta, quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a habilitação e/ou contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata, e demais cominações legais;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. As multas estabelecidas nos itens “b” e “c” serão majoradas em 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de reincidência da FORNECEDORA/CONTRATADA.

13.4. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à FORNECEDORA/CONTRATADA ou serão pagas mediante recolhimento de DAM, cujo comprovante deverá ser apresentado à CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, serão cobradas judicialmente. Sobre as multas incidirão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, em caso de atraso no recolhimento.

13.4.1. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima enumeradas, e aplicadas com base no valor total atualizado do contrato;

13.4.2. Considera-se, para fins de aplicação da penalidade de multa, como valor total atualizado do contrato aquele total inicial atualizado pelo IGP-DI (FGV), ou, na sua ausência, por aquele que vier a substituí-lo, no período compreendido entre o mês da apresentação da proposta até o mês anterior ao fato que ensejou a penalidade.

13.5. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão nº 064/2018 e seus anexos, bem como a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

14.2. Fica eleito foro da Comarca de Itaboraí para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

14.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 3.931/01, atualizados, e demais normas aplicáveis.

Tanguá, 04 de outubro de 2018.

**Walkiria de Mello Moreira**

**Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer.**

**MULTI SERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**

**Representate** \_\_\_\_\_

TESTEMUNHAS:

1ª) \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

2ª) \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

**ANEXO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2018**

REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2018

PROCESSO Nº 438/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2018

EMPRESA: MULTI SERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI



ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	PR. UNIT	PR. TOTAL
1	Álcool etílico e hidratado 92.8º-embalagem com 1 litro, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade	LITRO	1600	R\$ 9,27	R\$ 14.832,00
2	Álcool Gel 70%, em gel higienizante, refil de 5 litros.-Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	LITRO	880	R\$ 59,75	R\$ 52.580,00
3	Alvejante (hipoclorito de sódio) de 2,0% a 2,5% de cloro ativo	LITRO	1120	R\$ 2,35	R\$ 2.632,00
4	Amaciante de roupas-Embalagem com aproximadamente 2 litros, fragância lavanda	UNIDADE	960	R\$ 5,52	R\$ 5.299,20
5	Cera líquida incolor em embalagem plástica de 500ml	UNIDADE	880	R\$ 8,20	R\$ 7.216,00
6	Cloro forte, ativo a 1,0%, frasco de 5 litros. Embalagem original, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade	UNIDADE	1600	R\$ 8,37	R\$ 13.392,00
7	Creme de pentear infantil-frasco com aproximadamente 150ml	UNIDADE	400	R\$ 12,95	R\$ 5.180,00
9	Desinfetante aroma lavanda embalagem de 02 litros	UNIDADE	4480	R\$ 6,95	R\$ 31.136,00
10	Desodorizador de ar-para ambiente em forma de aerosol, fragrância lavanda, embalagem com mínimo 400 ml	UNIDADE	1600	R\$ 8,85	R\$ 14.160,00
14	Flanela fabricada em algodão nas medidas aproximadas em 30x40cm	UNIDADE	1600	R\$ 1,95	R\$ 3.120,00
15	Inseticida aerosol multiuso-(lata com aproximadamente 300ml)	UNIDADE	320	R\$ 12,65	R\$ 4.048,00
17	Lixera plástica para banheiro com tampa e pedal para abertura da tampa-com capacidade aproximada de 12 litros	UNIDADE	240	R\$ 34,65	R\$ 8.316,00
18	Luva de borracha látex resistente, na cor amarela-com formato anatômico e textura antiderrapante na palma da mão, tamanho grande. Embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	PAR	800	R\$ 3,37	R\$ 2.696,00
19	Luva de borracha látex resistente, na cor amarela, com formato anatômico e textura antiderrapante na palma da mão, tamanho médio.-Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante.	PAR	800	R\$ 3,37	R\$ 2.696,00
20	Pá de lixo galvanizada com cabo longo 60cm	UNIDADE	160	R\$ 8,70	R\$ 1.392,00
21	Pano branco, tipo saco, alvejado, para limpeza no chão 72 x 50 cm;	UNIDADE	1600	R\$ 4,70	R\$ 7.520,00
22	Pano de prato felpudo medindo aproximadamente 47x67cm	UNIDADE	1600	R\$ 7,95	R\$ 12.720,00
23	Pano multiuso fabricado em misto de viscose e poliéster-pacote com 2 unidades	PACOTE	1600	R\$ 4,68	R\$ 7.488,00
24	Papel higiênico folha simples, branca-medindo 10cmx300m fabricados com 100% celulose virgem de alta qualidade. (embalagem com 8 unidades)	PACOTE	2000	R\$ 25,60	R\$ 51.200,00
25	Papel toalha Interfolhas-com folhas brancas e com 02 dobras	PACOTE	1120	R\$ 12,95	R\$ 14.504,00
26	Papel toalha, material celulose-(100 fibras naturais), medindo aproximadamente 22cm x 19cm cada folha, pacote contendo 02 (dois) rolos com 50 folhas picotadas, macio e absorvente, aplicação em cozinha	PACOTE	1120	R\$ 4,81	R\$ 5.387,20
27	Prendedor de roupas fabricado em madeira ou plástico-(pacote com 12 unid.)	PACOTE	320	R\$ 2,45	R\$ 784,00
28	Rodo com cepa de madeira, medindo 30cm de comprimento, borracha dupla com espessura 5mm-aproximadamente; cabo de madeira plastificado, rosqueável com 1,20 de comprimento.	UNIDADE	320	R\$ 16,60	R\$ 5.312,00
29	Rodo com cepa de madeira, medindo 40cm de comprimento, borracha dupla com espessura 5mm-aproximadamente; cabo de madeira plastificado, rosqueável com1,20 de comprimento.	UNIDADE	320	R\$ 17,25	R\$ 5.520,00

30	Sabão em pó-embalagem de 01Kg	KILO	1600	R\$ 5,75	R\$ 9.200,00
31	Sabão pastoso biodegradável para lavar louças, neutro.-Embalagem de 500gr contendo a marca do fabricante, prazo de validade e identificação do produto.	UNIDADE	1600	R\$ 2,82	R\$ 4.512,00
32	Sabonete liquido, infantil, perolado, hipoalergênico, fragrância erva-doce, refil de 5 litros.-Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	UNIDADE	400	R\$ 47,95	R\$ 19.180,00
33	Sabonete sólido, neutro, infantil, glicerinado, de 100 gr, testado dermatologicamente.-Embalado individualmente em papel do fabricante.	UNIDADE	480	R\$ 3,45	R\$ 1.656,00
34	Saco plástico para lixo, com capacidade de 100 litros,-na cor PRETO, fabricado em polietileno (PEBD), cada saco plástico medindo 0,80 x 105 x 0,6 mm, embalagem original do fabricante com 100 unidades.	PACOTE	960	R\$ 34,75	R\$ 33.360,00
35	Saco plástico para lixo, com capacidade de 200 litros,-na cor PRETO, fabricado em polietileno (PEBD), cada saco plástico medindo 0,80 x 105 x 0,6 mm, embalagem original do fabricante com 100 unidades.	PACOTE	960	R\$ 43,55	R\$ 41.808,00
36	Shampoo infantil suave neutro sem corante 350 ml	UNIDADE	400	R\$ 19,65	R\$ 7.860,00
37	Touca descartável, cor branca, 100% polipropileno, ajustável a qualquer tamanho de cabeça, não estéril, tamanho aproximado de 19-Acondicionada em embalagem com 50 unidades.	PACOTE	320	R\$ 11,65	R\$ 3.728,00
38	Vassoura com cerdas de pêlo sintético, tipo doméstico, com base de 40 cm-com base de 40 cm, com cabo de madeira revestido com plástico, medindo 1,20m de comprimento.	UNIDADE	240	R\$ 14,10	R\$ 3.384,00
39	Vassoura para limpeza de teto, cerdas de fibra-cabo de madeira encaixável, medindo aproximadamente 3 metros de comprimento.	UNIDADE	240	R\$ 19,70	R\$ 4.728,00
40	Vassoura para vaso sanitário, com cerdas de nylon-cabo de madeira, medindo 17 cm, aproximadamente.	UNIDADE	320	R\$ 8,45	R\$ 2.704,00
41	Vassoura piaçava, uso doméstico, com cepa de madeira medindo 37,5 de comprimento por 48mm de largura-com 4 fileiras de cerdas com 90mm de altura e cabo de madeira com 1,20cm de comprimento.	UNIDADE	240	R\$ 14,10	R\$ 3.384,00
				TOTAL	R\$ 414.634,40

Total por extenso: Quatrocentos e quatorze mil seiscentos e trinta e quatro reais e quarenta

Portaria SEME nº 45 de 12 de setembro de 2018

A Secretária de Educação, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelo Art. 94, Inciso VII da Lei Orgânica do Município promulgada em 15 de novembro de 1997,

RESOLVE:

Designar o servidor Maycou Costa Alves Barreto, matrícula – 1007-9 lotado na Secretaria de Educação, para exercer a função de fiscal acompanhando o Processo Administrativo nº 452/2018, referente à Aquisição de cartuchos e tonners, objeto dos contratos nsº 155 e 156/2018, junto as Empresas NOVIS PONTO DE INFORMÁTICA DE ITABORAÍ LTDA e GRAFIPEL ITABORAÍ GRAFICA E PAPELARIA EPP LTDA.

Tanguá, 12 de setembro de 2018.

Walkiria de Mello Moreira  
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer.  
Matricula 4113-0



## FAÇA JÁ SUA PRÉ-MATRÍCULA PARA 2019! CADASTRAMENTO DE NOVOS ALUNOS

### PROGRAMA “VEM PARA A ESCOLA 2019”

#### DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

- XEROX DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO
- COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA
- LAUDO MÉDICO - PNEE (Se houver)
- COMPROVANTE BENEFICIÁRIO DE PROGRAMA SOCIAL (Se houver)
- DECLARAÇÃO DO CRAS - ALTA VUNERABILIDADE (Se houver)

#### PERÍODO DE CADASTRAMENTO:

23/10/2018 À 13/11/2018

NA ESCOLA/CRECHE MAIS PRÓXIMA DE  
SUA RESIDÊNCIA

### RESOLUÇÃO SEME 002/2018, DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Estabelece normas gerais de matrícula na Rede pública municipal de ensino de Tanguá.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER no uso de suas atribuições legais e considerando:

- a necessidade de divulgar as diretrizes sobre matrícula e transferência nas Unidades Escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;
- o dever do Município em garantir o ensino público, obrigatório e gratuito, dando prioridade as crianças a partir dos 4 anos na educação Infantil, e ensino Fundamental;
- o acesso à educação básica, obrigatória como direito público subjetivo;
- a Lei nº 9394/96, no que se refere à matrícula, transferência nas unidades escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação,
- a Resolução CNE/CEB Nº 1/2010, que define Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos,
- a Deliberação CME Nº 009/01, que fixa normas para a matrícula de alunos da Educação Básica;
- a Lei Nº 13.257, de 08/03/2016 que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8069, de 13/07/1990;
- o Regimento Escolar Municipal,
- o Programa “Vem para a Escola”;
- o objetivo de dar transparência e publicidade ao pro-

cesso de matrícula,

#### RESOLVE:

Art. 1º – Estabelecer normas gerais de matrícula relativas ao ingresso e permanência de alunos nas unidades escolares integrantes da Rede Municipal de Ensino de Tanguá, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para o ano letivo de 2019.

Art. 2º – A matrícula para as unidades escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer será realizada através da matrícula inicial, por renovação ou por transferência.

Art. 3º – A matrícula inicial é a que se dá em qualquer ano/etapa ou outra forma de organização adotada na educação básica, desde que se trate da primeira matrícula na vida escolar do indivíduo.

Art. 4º – A matrícula renovada é a que se dá em qualquer série ou outra forma de organização adotada na educação básica, quando o aluno vem de período imediatamente anterior, qualquer que tenha sido seu resultado final:

I – quando o aluno vem de cursar, período letivo imediatamente anterior, no mesmo estabelecimento de ensino qualquer que tenha sido o resultado por ele obtido;

II – quando concluído pelo aluno em processo de aceleração de estudos no próprio estabelecimento de ensino;

III – quando concluído processo avaliativo específico que recomende o avanço do ano de escolaridade;

IV – quando retoma os estudos no mesmo estabelecimento de ensino, após interrupção, sendo renovado na série em que interrompeu.

Art. 5º – A matrícula por transferência de unidade escolar ocorre quando o aluno apresenta à instituição de destino, documento de transferência da escola de origem.

Parágrafo Único – A transferência poderá ocorrer em qualquer período do ano letivo. A partir do 45º dia anterior ao término do período escolar, cabe ao diretor da escola que dará a transferência analisar os motivos e deferir ou não a solicitação e o diretor que receberá a transferência deverá deferir ou não a solicitação da mesma;

Art. 6º – O processo de Matrícula na Rede Pública Municipal em 2018/19 será normatizado através desta Resolução, iniciando-se no período de pré-matrícula, através do Programa “VEM PARA A ESCOLA 2019” e obedecerá aos seguintes princípios:

§ 1º – Os cadastros únicos de pré-matrículas serão realizados junto às Unidades Escolares e Creches no período compreendido entre 23/10/2018 à 13/11/2018, de 8h às 17h, observado o disposto nesta Resolução. Após este período, os responsáveis que não tiveram, por motivos justificados realizado o cadastro nas Unidades Escolares deverão procurar o setor de matrículas da SEME, até o dia 26/11/2018, local em que será tabulado e confeccionado o

cadastro único ( Bloção de Matrículas);

§ 2º - Para distribuição de vagas, a SEME resolve instituir, com base na Legislação Nº 13.257, de 08/03/2016, normas e procedimentos relativos ao cadastro único para oferta de vagas na Educação Infantil, modalidade creche, nas Unidades Escolares Municipais do Sistema Municipal de Ensino de Tanguá-RJ para o ano letivo de 2019.

§ 3º - A alocação do cadastro único será feita observando-se a disponibilidade física de cada Unidade Escolar, atendendo as seguintes prioridades:

I. Crianças com necessidades educacionais especiais, comprovadas por laudo médico e/ou relatório de profissional habilitado na área da saúde;

II. Crianças em situação de alta vulnerabilidade;

III. Famílias cadastradas em benefícios sociais, comprovadas por documentação;

IV. Residir próximo da unidade escolar

§ 4º – A alocação do cadastro único citada no § 3º deste artigo será realizada por uma comissão formada com as seguintes representações:

I- Setor de matrículas SEME

II- Coordenação de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação;

III- Representantes do Conselho Municipal de Educação.

§ 5º A ocupação das vagas será de acordo com as prioridades estabelecidas no § 3º, sendo as demais respeitadas a ordem de chegada de acordo com as vagas disponíveis.

§ 6º - A não efetivação da matrícula, dentro do prazo previsto, exposto no Programa vem para a Escola nas Unidades Escolares cujo cadastro único foi alocado, implicará na perda da vaga reservada.

§ 7º - Para efeitos de comprovação de situação de alta vulnerabilidade, o responsável poderá apresentar declaração do CRAS.

§ 8º – As unidades escolares deverão encaminhar os cadastros das pré-matrículas para a SEME até 21/11/2018.

Art. 7º - Ficam definidas as seguintes datas para consolidação do processo de matrículas 2019:

§ 1º – O período de renovação de matrículas das unidades escolares da rede acontecerá entre os dias 21/11/2018 à 07/12/2018, cada escola deverá estabelecer, dentro deste período, o prazo mais adequado para atender sua comunidade.

§ 2º - Para efeito de atendimento e esclarecimentos aos responsáveis e comunidade em geral sobre o processo de matrículas, as escolas Municipais funcionarão com as seguintes escalas de plantão: 09, 10, 16, 17, 23, 24, 30 e 31/01 do ano de 2019.

As escolas de 2º segmento deverão estar em funcio-



namento na data de matrícula da rede estadual a fim de atender aos alunos que pleitearão matrícula no ensino médio .

§ 3º – As matrículas deverão ser realizadas nas escolas municipais nos dias 16/01/2019 e 17/01/2019, de 9h às 16h, devendo ser observadas as seguintes faixas etárias para matrícula:

Educação Infantil (Creche):  
\* Berçário I – De 4 meses a 1 ano (Nascidos a partir de 01/03/2018 até 30/11/2018)

\* Berçário II – De 1 ano e 1 mês a 1 ano e 6 meses (Nascidos a partir de 01/09/2017 até 28/02/2018)

\* Maternal I – De 1 ano e 7 meses a 1 ano e 10 meses (Nascidos a partir de 01/05/2017 até 31/08/2017)

\* Maternal II – De 1 ano e 11 meses a 2 anos e 2 meses (Nascidos a partir de 01/01/2017 até 30/04/2017)

\* Maternal III – De 2 anos e 3 meses a 2 anos e 11 meses (Nascidos a partir de 01/04/2016 até 31/12/2016)

\* 1º Período – De 3 anos a 3 anos e 11 meses (Nascidos a partir de 01/04/2015 até 31/03/2016)

Educação Infantil (Pré-escola):  
2º período – De 4 anos a 4 anos e 11 meses (Nascidos a partir de 01/04/2014 até 31/03/2015)

3º período – De 5 anos a 5 anos e 11 meses (Nascidos a partir de 01/04/2013 até 31/03/2014)

Ensino Fundamental:  
\* 1º ANO – A partir de 6 anos completos (Nascidos até 31/03/2013 -

\* Educação de Jovens Adultos – A partir de 15 anos de idade.

Art. 8º – Compete à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer:

I - estabelecer as diretrizes do processo de matrícula;  
II - organizar, em nível central, os processos operacionais;

III - prestar esclarecimentos e orientações através de ações e material específico;

IV - assessorar, dentro dos limites de sua atuação, as unidades escolares.

VI – Organizar o cadastro único para matrícula na Rede Municipal e dar publicidade e transparência ao mesmo.

Art. 9º – Compete ao Diretor da Unidade Escolar:  
I - garantir a efetivação da matrícula e outros procedimentos correlatos, de acordo com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;

II - garantir o correto preenchimento, atualização e acompanhamento da ficha cadastral do aluno definida pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;

III - acompanhar todo o processo de matrícula, garantindo a observância dos prazos estabelecidos, de forma a manter os dados sempre atualizados, a fim de subsidiar e

oferecer resultados de qualidade no acompanhamento das ações e projetos da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;

IV - prover meios físicos que garantam, desde o início das aulas, os registros utilizados como prioridade;

Art.10 – Na hipótese de haver candidato cuja matrícula foi confirmada e não houver o comparecimento no prazo improrrogável de 30 dias letivos a contar da matrícula, sem apresentar justificativa, a unidade escolar deverá cancelar a matrícula do mesmo de forma a atender ao princípio de garantia de oferta e acesso à Educação Básica e para efeito de registro este não entrará na listagem do diário. A renovação de matrículas deve ser requerida dentro dos prazos estabelecido pela SEME.

Art. 10 – Compete à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer:

I - estabelecer as diretrizes do processo de matrícula;  
II - organizar, em nível central, os processos operacionais;

III - prestar esclarecimentos e orientações através de ações e material específico;

IV - assessorar, dentro dos limites de sua atuação, as unidades escolares.

VI – Organizar o cadastro único para matrícula na Rede Municipal e dar publicidade e transparência ao mesmo.

Art. 11 – Compete ao Diretor da Unidade Escolar:  
I - garantir a efetivação da matrícula e outros procedimentos correlatos, de acordo com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;

II - garantir o correto preenchimento, atualização e acompanhamento da ficha cadastral do aluno definida pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;

III - acompanhar todo o processo de matrícula, garantindo a observância dos prazos estabelecidos, de forma a manter os dados sempre atualizados, a fim de subsidiar e oferecer resultados de qualidade no acompanhamento das ações e projetos da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;

IV - prover meios físicos que garantam, desde o início das aulas, os registros referentes à frequência, currículo, avaliações e rendimento, na forma de diário de classe;

Art. 12 – Compete ao Secretário escolar:  
I – verificar e conferir toda a documentação entregue pelo aluno, ou seu responsável legal, no caso de menor de 18 (dezoito) anos;

II – disponibilizar, no ato da matrícula, o Requerimento de Matrícula definido pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para assinatura do aluno, ou seu responsável legal no caso de menor de 18 (dezoito) anos;

IV – arquivar, nas pastas individuais, as cópias da documentação disponibilizada, bem como o Requerimento

de Matrícula;

Art. 13 – Compete ao aluno e ou responsável legal:  
I – Apresentar no ato da matrícula a seguinte documentação:

a)Certidão de Nascimento ou Casamento, original e cópia;

b)Cartão de vacinação, conforme idade do aluno;

c) Carteira de Identidade, ou documento equivalente, original e cópia;

d)Cadastro de Pessoa Física - CPF do aluno, quando possuir, original e cópia;

e)Documento de transferência emitido na forma da Lei, em caso de matrícula por transferência;

f)Carteira de Identidade e CPF do responsável legal, no caso de menor de 18 anos, original e cópia;

g)Comprovante de residência;

h)Foto;

i)Laudo médico, se portador de necessidades educativas especiais

j)Comprovação de beneficiário de Programa Social / Declaração do CRAS se utilizado como prioridade;

l)Cópia do cartão do SUS

m)O responsável ou o próprio aluno deverá assinar o Requerimento de Matrícula definido pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art.14- O aluno que estiver impossibilitado de apresentar documentação deverá ser encaminhado para o Conselho Tutelar e/ou CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), para os casos que não apresentarem registro de nascimento, certidão ou certidão com filiação incompleta, ficando a unidade escolar responsável pelo Encaminhamento ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS no ato da matrícula.

Parágrafo Único- A inexistência da Certidão de Nascimento ou documento que a substitua e documento que comprove escolaridade anterior não impede a efetivação da matrícula, a escola deverá providenciar a regularização da vida escolar do aluno, segundo legislação em vigor.

Art.15–Serão realizados regularmente pela Supervisão Educacional o acompanhamento e a avaliação dos processos de escrituração escolar, em especial os referentes à regularização da vida escolar.

Art. 16– Os casos omissos serão resolvidos pela comissão instituída e Secretaria de Educação.

Art. 17 – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Tanguá, 11 de outubro de 2018.

**Walkiria de Mello Moreira**  
**Secretária Municipal de Educação,**  
**Esporte e Lazer**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****HOMOLOGO****PROCESSO Nº 98/2018**

Homologo a presente despesa, por estar em conformidade com o Contrato de Prestação de Serviços de Arrecadação de Contas, firmados entre o Município de Tanguá e a Caixa Econômica Federal.

Autorizo a emissão de nota de empenho em favor da Empresa.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

PT: 05.001.001-12.361.0009.2.019- Manut. De Unidades Escolares – ENSINO FUNDAMENTAL				
ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	FONTES	FICHA	VALOR (R\$)
33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	105	149	370,64
TOTAL				370,64

Tanguá, 11 de outubro de 2018.

**Walkiria de Mello Moreira**

**Secretario Municipal de Educação, Esporte e Lazer**

**Mat. 4113-0**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA****HOMOLOGO****PROCESSO Nº 98/2018**

Homologo a presente despesa, por estar em conformidade com o Contrato de Prestação de Serviços de Arrecadação de Contas, firmados entre o Município de Tanguá e a Caixa Econômica Federal.

Autorizo a emissão de nota de empenho em favor da Empresa.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

PT: 06.001.001-04.122.0002.2.041- Manut. Operacional e Administrativa - SEMFA				
ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	FONTES	FICHA	VALOR (R\$)
33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	100	267	21.656,86
TOTAL				21.656,86

Tanguá, 11 de outubro de 2018.

**Francisco Carlos de Souza Ferreira**

**Secretario Municipal de Fazenda**

**Mat. 4114-9**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE****HOMOLOGO****PROCESSO Nº 98/18**

Homologo a presente despesa, por estar em conformidade com o Contrato de Pres-

tação de Serviços de Arrecadação de Contas, firmados entre o Município de Tanguá e a Caixa Econômica Federal.

Autorizo a emissão de nota de empenho em favor da Empresa.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

PT: 07.002.001.10.301.0020.2.053- Manut. Da Rede de Atenção Básica em Saúde				
ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	FONTES	FICHA	VALOR (R\$)
33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	131	332	1.482,17
TOTAL				1.482,17

PT: 07.002.001.10.303.0023.2.055- Manut. Ass. Farmacêutica				
ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	FONTES	FICHA	VALOR (R\$)
33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	134	412	357,94
TOTAL				357,94

Tanguá, 11 de outubro de 2018.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**

**Secretario Municipal de Saúde**

**SECRETARIA DE FAZENDA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO****PORTARIA SEMFA Nº 006/2018**

Designa Fiscal para o Contrato nº 140/2018

O Secretario Municipal de Fazenda, Indústria e Comércio, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria 005/2017 de 1º de janeiro de 2017.

CONSIDERANDO a necessidade de fiscalizar os atos relativos ao Contrato nº 140/2018 e do empenho nº 0638/2018, referente a Contratação de Empresa para execução dos Serviços Especializados em Cessão de Licenciamento de Uso de Sistemas Integrados de Gestão Pública.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a funcionário – RAFAEL SOUZA RIBEIRO ALVES – Auxiliar em Contabilidade - matrícula 1006-5, para fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços Especializados em Cessão de Licenciamento de Uso de Sistemas Integrados de Gestão Pública.

Parágrafo Único – Caso o servidor esteja impossibilitado de fiscalizar os serviços por motivo de pecúnia ou afastamento do setor, caberá ao gestor da pasta designar um substituto.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em com

Tanguá, 15 de agosto de 2018.

**Francisco Carlos de Souza Ferreira**

**Secretária Municipal de Fazenda, Indústria e Comércio**

**Mat.: 4114-9**

**PORTARIA SEMFA Nº 007/2018**

Designa Fiscal para o Contrato nº 140/2018

O Secretario Municipal de Fazenda, Indústria e Comércio, no uso de suas atribuições



legais conferidas pela portaria 005/2017 de 1º de janeiro de 2017.

CONSIDERANDO a necessidade de fiscalizar os atos relativos ao Contrato nº 140/2018 e do empenho nº 0638/2018, referente a Contratação de Empresa para execução dos Serviços Especializados em Cessão de Licenciamento de Uso de Sistemas Integrados de Gestão Pública.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a funcionário – UELDSO N ARAUJO DA CONCEIÇÃO – Técnico em Contabilidade - matrícula 0690, para fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços Especializados em Cessão de Licenciamento de Uso de Sistemas Integrados de Gestão Pública.

Parágrafo Único – Caso o servidor esteja impossibilitado de fiscalizar os serviços por motivo de pecúnia ou afastamento do setor, caberá ao gestor da pasta designar um substituto.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em com

Tanguá, 15 de agosto de 2018.

**Francisco Carlos de Souza Ferreira**  
**Secretária Municipal de Fazenda,**  
**Indústria e Comércio**  
**Mat.: 4114-9**

**GABINETE DO PREFEITO**

**DECRETO Nº 0038/2018 de 01 de agosto de 2018**

Cria elemento de despesa e abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$584.596,33, em favor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer. O Prefeito do Município de Tanguá, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso III, § 1º, Art. 43 da Lei 4.320, combinado com a Lei 1.091/17 de 05/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o elemento de despesa 3.3.90.92.00.00 (despesas de exercícios anteriores), com a fonte 150 (Convênios - Outros), no programa de trabalho 12.001.001-17.512.0032.1.034 (Ampliação da Cobertura do Sistema de Esgotamento Sanitário).

Art. 2º Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$584.596,33 (quinhentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais e trinta e três centavos), em favor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 3º Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica alterado o quadro de detalhamento das despesas do Orçamento Geral do Município, conforme o anexo.

Art. 4º Este crédito visa atender as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, pela Secretaria Municipal de Assistência Social, pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Tanguá - RJ, 01 de agosto de 2018

**VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO**  
**PREFEITO**

**ANEXO 1 - DECRETO Nº 0038/2018 - 01 DE AGOSTO DE 2018**

SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Meio Ambiente				
12.001.001-17.512.0032.1.034 Ampliação da Cobertura do Sistema de Esgotamento Sanitário				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
769	3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0150	6,83
SUBTOTAL				6,83
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				6,83

REDUÇÃO				
12.001.001-17.512.0032.1.034 Ampliação da Cobertura do Sistema de Esgotamento Sanitário				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
688	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0150	6,83
SUBTOTAL				6,83
TOTAL DE REDUÇÃO				6,83

**ANEXO 2 - DECRETO Nº 0038/2018 - 01 DE AGOSTO DE 2018**

SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Assistência Social				
10.001.001-04.122.0002.2.094 Manutenção e Revitalização do Sistema Funerário				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
483	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0100	3.229,10
SUBTOTAL				3.229,10
10.001.001-08.244.0027.2.107 Assistência ao Usuário				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
524	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100	9.662,05
SUBTOTAL				9.662,05
10.001.001-16.482.0030.2.117 Melhoria do Sistema Habitacional				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
539	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100	82.639,64
SUBTOTAL				82.639,64
10.002.001-08.244.0027.2.104 Atendimento Integral à Família - Federal				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
599	3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0116	17.588,60
602	3.1.90.11.00.00	VENC. E VANT. FIXAS - PESSOAL CIVIL	0116	29.159,79
603	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0100	9.487,03
SUBTOTAL				56.235,42
10.002.001-08.244.0028.2.140 Proteção Social Especial - Média Complexidade				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
631	3.1.90.11.00.00	VENC. E VANT. FIXAS - PESSOAL CIVIL	0116	12.801,54
SUBTOTAL				12.801,54
10.002.001-08.243.0027.2.105 Proteção Social Básica				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
756	3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0116	21.088,60
757	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0100	4.323,20
SUBTOTAL				25.411,80
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				189.979,55

REDUÇÃO				
10.001.001-04.122.0002.2.091 Manutenção Operacional e Administrativa - Semasth				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
470	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0100	3.229,10
472	3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0100	2.639,64
SUBTOTAL				5.868,74





10.001.001-08.244.0027.2.107 Assistência ao Usuário				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
523	3.3.90.32.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0100	9.662,05
SUBTOTAL				9.662,05
10.001.001-16.482.0030.2.117 Melhoria do Sistema Habitacional				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
537	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0100	25.000,00
538	3.3.90.32.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0100	25.000,00
SUBTOTAL				50.000,00
10.001.001-08.244.0027.2.141 Apoio a Entidades Assistenciais Benéficas				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
525	3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	0100	30.000,00
SUBTOTAL				30.000,00
10.002.001-08.244.0027.2.103 Atendimento Integral à Família - Estado				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
586	3.1.90.11.00.00	VENC. E VANT. FIXAS - PESSOAL CIVIL	0100	13.810,23
SUBTOTAL				13.810,23
10.002.001-08.244.0028.2.140 Proteção Social Especial - Média Complexidade				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
628	3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0116	64.420,40
SUBTOTAL				64.420,40
10.002.001-08.244.0027.2.151 Índice de Gestão Descentralizada - SUAS e Vigilância Sócio Assistencial				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
625	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0116	16.218,13
SUBTOTAL				16.218,13
TOTAL DE REDUÇÃO				189.979,55

ANEXO 3 - DECRETO Nº 0038/2018 - 01 DE AGOSTO DE 2018

SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Saúde				
07.002.001-10.302.0022.2.065 Manutenção da Rede de Saúde Ambulatorial e de Urgência e Emergência				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
389	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0132	261.212,70
SUBTOTAL				261.212,70
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				261.212,70

REDUÇÃO				
07.002.001-10.302.0022.1.067 Aquisição de Produtos Médicos de Uso Único				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
383	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0132	261.212,70
SUBTOTAL				261.212,70
TOTAL DE REDUÇÃO				261.212,70

ANEXO 4 - DECRETO Nº 0038/2018 - 01 DE AGOSTO DE 2018

SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer				
05.001.001-12.365.0010.2.020 Manutenção de Unidades Escolares - Ensino Infantil				

Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
200	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0120	34.650,00
SUBTOTAL				34.650,00
05.001.001-12.361.0009.2.019 Manutenção de Unidades Escolares - Ensino Fundamental				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
149	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0105	98.747,25
SUBTOTAL				98.747,25
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				133.397,25

REDUÇÃO				
05.001.001-12.365.0010.2.023 Convênios com Entidades Filantrópicas - Creche				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
222	3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	0120	30.000,00
SUBTOTAL				30.000,00
05.001.001-12.365.0010.2.020 Manutenção de Unidades Escolares - Ensino Infantil				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
196	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0120	339,00
202	3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	0120	1.000,00
206	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0120	1.000,00
208	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0120	1.528,61
SUBTOTAL				3.867,61
05.001.001-12.361.0009.2.019 Manutenção de Unidades Escolares - Ensino Fundamental				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
153	3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	0120	782,39
145	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0105	98.747,25
SUBTOTAL				99.529,64
TOTAL DE REDUÇÃO				133.397,25

DECRETO Nº 0039/2018 de 14 de agosto de 2018

Cria elemento de despesa e abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$868.425,46, em favor da Secretaria Municipal de Governo, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer. O Prefeito do Município de Tanguá, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso III, § 1º, Art. 43 da Lei 4.320, combinado com a Lei 1.091/17 de 05/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o elemento de despesa 3.3.90.30.00.00 (material de consumo), com a fonte 100 (Recursos Ordinários), no programa de trabalho 02.002.001-26.782.0007.2.016 (Operacionalização do Trânsito).

Art. 2º Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$868.425,46 (oitocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e quarenta e seis centavos), em favor da Secretaria Municipal de Governo, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 3º Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica alterado o quadro de detalhamento das despesas do Orçamento Geral do Município, conforme o anexo.

Art. 4º Este crédito visa atender as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Governo, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Tanguá - RJ, 14 de agosto de 2018

VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO  
PREFEITO



ANEXO 1 - DECRETO Nº 0039/2018 - 14 DE AGOSTO DE 2018

SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Governo				
02.002.001-26.782.0007.2.016Operacionalização do Trânsito				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
770	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0100	13.322,62
SUBTOTAL				13.322,62
02.001.001-04.122.0002.2.004Manutenção Operacional e Administrativa - Semgov				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
24	3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0100	8.170,68
25	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100	27.816,00
SUBTOTAL				35.986,68
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				49.309,30

REDUÇÃO				
11.001.001-04.122.0002.2.120Manutenção Operacional e Administrativa - Secult				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
660	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100	27.309,30
659	3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0100	10.000,00
658	3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0100	3.000,00
657	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0100	2.000,00
662	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0100	1.000,00
663	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0100	6.000,00
SUBTOTAL				49.309,30
TOTAL DE REDUÇÃO				49.309,30

ANEXO 2 - DECRETO Nº 0039/2018 - 14 DE AGOSTO DE 2018

SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Meio Ambiente				
12.001.001-17.512.0032.2.126Ampliação da Cobertura do Sistema de Drenagem Urbana				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
698	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0160	135.342,00
SUBTOTAL				135.342,00
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				135.342,00

REDUÇÃO				
12.001.001-15.452.0033.2.127Coleta de Resíduos Sólidos, Varrição e Capina				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
686	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0160	135.342,00
SUBTOTAL				135.342,00
TOTAL DE REDUÇÃO				135.342,00

ANEXO 3 - DECRETO Nº 0039/2018 - 14 DE AGOSTO DE 2018

SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Saúde				
07.002.001-10.301.0020.2.050Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - Saúde da Família				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor

309	3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0131	10.690,00
SUBTOTAL				10.690,00
07.002.001-10.301.0020.2.052Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - Saúde Bucal				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
325	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0130	2.798,02
SUBTOTAL				2.798,02
07.002.001-10.301.0020.2.057Núcleo de Atenção à Saúde da Família - NASF				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
352	3.1.90.11.00.00	VENC. E VANT. FIXAS - PESSOAL CIVIL	0131	12.939,07
353	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0130	742,84
SUBTOTAL				13.681,91
07.002.001-10.302.0021.2.058Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - Saúde Mental				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
370	3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0132	8.737,96
372	3.1.90.11.00.00	VENC. E VANT. FIXAS - PESSOAL CIVIL	0132	13.352,12
373	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0130	7.186,85
SUBTOTAL				29.276,93
07.002.001-10.303.0023.2.068Manutenção da Farmácia Municipal				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
743	3.1.90.11.00.00	VENC. E VANT. FIXAS - PESSOAL CIVIL	0130	21.536,41
SUBTOTAL				21.536,41
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				77.983,27

REDUÇÃO				
07.002.001-10.301.0020.1.056Requalificação de Unidades Básicas de Saúde				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
304	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0131	23.629,07
SUBTOTAL				23.629,07
07.002.001-10.302.0022.1.067Aquisição de Produtos Médicos de Uso Único				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
383	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0132	22.090,08
SUBTOTAL				22.090,08
07.002.001-10.122.0019.2.155Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - FMS				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
301	3.1.90.11.00.00	VENC. E VANT. FIXAS - PESSOAL CIVIL	0130	32.264,12
SUBTOTAL				32.264,12
TOTAL DE REDUÇÃO				77.983,27

ANEXO 4 - DECRETO Nº 0039/2018 - 14 DE AGOSTO DE 2018

SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer				
05.001.001-12.361.0009.2.021Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - Ensino Fundamental				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
170	3.1.90.11.00.00	VENC. E VANT. FIXAS - PESSOAL CIVIL	0121	553.463,48
173	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0121	52.327,41
SUBTOTAL				605.790,89
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				605.790,89

REDUÇÃO				
05.001.001-12.361.0009.2.021Pagamento de Pessoal Civil e Encargos - Ensino Fundamental				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
164	3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0121	605.790,89
SUBTOTAL				605.790,89
TOTAL DE REDUÇÃO				605.790,89



DECRETO Nº 0040/2018 de 28 de agosto de 2018

Abre crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$503.648,69, em favor da Secretaria Municipal de Assistência Social. O Prefeito do Município de Tanguá, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso I, § 1º, Art. 43 da Lei 4.320, combinado com a Lei 1.126/18 de 28/08/2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, por superávit financeiro, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$503.648,69 (quinhentos e três mil, seiscentos e quarenta e oito reais e sessenta e nove centavos), em favor da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica alterado o quadro de detalhamento das despesas do Orçamento Geral do Município, conforme o anexo.

Art. 3º Este crédito visa atender as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Tanguá - RJ, 28 de agosto de 2018

VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO  
PREFEITO

ANEXO - DECRETO Nº 0040/2018 - 28 DE AGOSTO DE 2018

SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Assistência Social				
10.002.001-08.243.0027.2.105 Proteção Social Básica				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
756	3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0116	126.600,00
759	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0116	249.000,00
SUBTOTAL				375.600,00
10.002.001-08.244.0028.2.140 Proteção Social Especial - Média Complexidade				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
631	3.1.90.11.00.00	VENC. E VANT. FIXAS - PESSOAL CIVIL	0116	68.000,00
SUBTOTAL				68.000,00
10.002.001-08.244.0027.2.106 Índice de Gestão Descentralizada - Bolsa Família				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
619	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0116	24.048,69
621	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0116	25.000,00
SUBTOTAL				49.048,69
10.002.001-08.244.0027.2.104 Atendimento Integral à Família - Federal				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
599	3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0116	6.000,00
602	3.1.90.11.00.00	VENC. E VANT. FIXAS - PESSOAL CIVIL	0116	5.000,00
SUBTOTAL				11.000,00
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				503.648,69

DECRETO Nº 0041/2018 de 28 de agosto de 2018

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$529.925,55, em favor da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Agricultura e da Se-

cretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

O Prefeito do Município de Tanguá, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso III, § 1º, Art. 43 da Lei 4.320, combinado com a Lei 1.091/17 de 05/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$529.925,55 (quinhentos e vinte e nove mil, novecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), em favor da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Agricultura e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 2º Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica alterado o quadro de detalhamento das despesas do Orçamento Geral do Município, conforme o anexo.

Art. 3º Este crédito visa atender as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, pela Secretaria Municipal de Assistência Social, pela Secretaria Municipal de Agricultura e pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Tanguá - RJ, 28 de agosto de 2018

VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO  
PREFEITO

ANEXO 1 - DECRETO Nº 0041/2018 - 28 DE AGOSTO DE 2018

SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento				
06.001.001-04.122.0002.2.041 Manutenção Operacional e Administrativa - Semfa				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
267	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100	12.307,21
268	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0160	1.000,00
272	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0100	7.000,00
SUBTOTAL				20.307,21
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				20.307,21

REDUÇÃO				
06.001.001-23.691.0017.2.042 Operacionalização da Agência de Desenvolvimento Municipal				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
275	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0100	502,59
SUBTOTAL				502,59
14.001.001-04.122.0002.2.139 Manutenção Operacional e Administrativa - CGM				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
736	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0100	4.000,00
737	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100	4.018,90
SUBTOTAL				8.018,90
11.001.001-04.122.0002.2.120 Manutenção Operacional e Administrativa - Secult				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
656	3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	0100	3.000,00
657	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0100	3.095,02
660	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100	2.690,70
661	3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0100	2.000,00
SUBTOTAL				10.785,72
11.001.001-13.392.0031.2.121 Apoio a Festejos Municipais				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
669	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0160	1.000,00
SUBTOTAL				1.000,00
TOTAL DE REDUÇÃO				20.307,21



ANEXO 2 - DECRETO Nº 0041/2018 - 28 DE AGOSTO DE 2018				
SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Assistência Social				
10.001.001-11.333.0015.2.100 Ofertar Cursos de Qualificação Profissional				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
531	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100	249.660,30
SUBTOTAL				249.660,30
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				
				249.660,30
REDUÇÃO				
10.001.001-08.244.0027.2.107 Assistência ao Usuário				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
523	3.3.90.32.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0100	6.500,00
SUBTOTAL				6.500,00
10.001.001-04.122.0002.2.091 Manutenção Operacional e Administrativa - Semasth				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
472	3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0100	65.511,76
475	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0100	500,00
476	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0100	4.730,54
SUBTOTAL				70.742,30
10.001.001-04.122.0002.2.092 Manutenção do Conselho Tutelar				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
479	3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0100	2.500,00
480	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100	9.051,00
482	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0100	4.000,00
SUBTOTAL				15.551,00
10.001.001-08.244.0026.2.096 Manutenção do Espaço de Autonomia para a Mulher do Campo				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
511	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0100	828,00
SUBTOTAL				828,00
10.001.001-08.244.0026.2.098 Manutenção da Coordenadoria Municipal de Atendimento à Mulher				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
515	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0100	1.637,00
516	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100	766,66
SUBTOTAL				2.403,66
10.001.001-11.334.0015.2.099 Manutenção do Departamento de Trabalho				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
532	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0100	9.558,66
533	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100	3.000,00
534	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0100	3.000,00
SUBTOTAL				15.558,66
10.001.001-16.482.0030.2.117 Melhoria do Sistema Habitacional				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
539	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100	12.320,00
SUBTOTAL				12.320,00
10.001.001-16.482.0030.2.118 Manutenção do Departamento de Habitação				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
541	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100	2.206,35
542	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0100	5.000,00
SUBTOTAL				7.206,35
10.002.001-08.243.0027.2.105 Proteção Social Básica				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
556	3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0100	16.347,52
557	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100	13.550,46

558	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0100	17.000,00
SUBTOTAL				46.897,98
10.002.001-08.244.0027.2.103 Atendimento Integral à Família - Estado				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
588	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0100	16.152,35
592	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100	20.000,00
595	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0100	9.000,00
SUBTOTAL				45.152,35
10.002.001-08.244.0027.2.104 Atendimento Integral à Família - Federal				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
604	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0100	5.000,00
606	3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0100	5.000,00
608	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100	5.000,00
610	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0100	5.000,00
SUBTOTAL				20.000,00
10.002.001-08.244.0027.2.106 Índice de Gestão Descentralizada - Bolsa Família				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
618	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0100	2.000,00
620	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100	2.000,00
622	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0100	1.500,00
SUBTOTAL				5.500,00
10.002.001-08.244.0028.2.140 Proteção Social Especial - Média Complexidade				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
633	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0100	500,00
635	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100	500,00
SUBTOTAL				1.000,00
TOTAL DE REDUÇÃO				
				249.660,30

ANEXO 3 - DECRETO Nº 0041/2018 - 28 DE AGOSTO DE 2018

SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Agricultura				
09.001.001-04.122.0002.2.083 Manutenção Operacional e Administrativa - Semadru				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
444	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0160	3.326,35
SUBTOTAL				3.326,35
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				
				3.326,35

REDUÇÃO				
09.001.001-20.605.0025.2.088 Mercado Produtor				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
460	3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0160	3.326,35
SUBTOTAL				3.326,35
TOTAL DE REDUÇÃO				
				3.326,35

ANEXO 4 - DECRETO Nº 0041/2018 - 28 DE AGOSTO DE 2018

SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer				



05.001.001-12.361.0012.2.027 Transportar Alunos da Rede Municipal				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
185	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0105	256.631,69
SUBTOTAL				256.631,69
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				256.631,69

REDUÇÃO				
05.001.001-12.361.0009.2.019 Manutenção de Unidades Escolares - Ensino Fundamental				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
145	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0105	167.394,89
148	3.3.90.32.00.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	0105	16.550,00
156	3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0105	1.989,89
159	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0105	30.000,00
161	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0105	10.696,91
SUBTOTAL				226.631,69
05.001.001-12.361.0012.2.027 Transportar Alunos da Rede Municipal				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
182	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0105	30.000,00
SUBTOTAL				30.000,00
TOTAL DE REDUÇÃO				256.631,69

## DECRETO Nº 0044/2018 de 29 de agosto de 2018

Cria elemento de despesa e abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$244.298,33, em favor da Secretaria Municipal de Governo, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Administração.

O Prefeito do Município de Tanguá, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso III, § 1º, Art. 43 da Lei 4.320, combinado com a Lei 1.091/17 de 05/12/2017.

### DECRETA:

Art. 1º Fica criado o elemento de despesa 3.3.90.39.00.00 (outros serviços de terceiros - pessoa jurídica), com a fonte 160 (Royalties - União Lei 7990/89), no programa de trabalho 02.001.001-04.122.0002.2.004 (Manutenção Operacional e Administrativa - Semgov).

Art. 2º Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação, ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$244.298,33 (duzentos e quarenta e quatro mil, duzentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos), em favor da Secretaria Municipal de Governo, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 3º Em decorrência do disposto no artigo anterior, fica alterado o quadro de detalhamento das despesas do Orçamento Geral do Município, conforme o anexo.

Art. 4º Este crédito visa atender as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Governo, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e pela Secretaria Municipal de Administração.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Tanguá - RJ, 29 de agosto de 2018

**VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO**  
**PREFEITO**

## ANEXO 1 - DECRETO Nº 0044/2018 - 29 DE AGOSTO DE 2018

SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Governo				
02.001.001-04.122.0002.2.004 Manutenção Operacional e Administrativa - Semgov				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
771	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0160	2.000,00
SUBTOTAL				2.000,00
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				2.000,00

REDUÇÃO				
11.001.001-13.392.0031.2.121 Apoio a Festejos Municipais				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
669	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0160	2.000,00
SUBTOTAL				2.000,00
TOTAL DE REDUÇÃO				2.000,00

## ANEXO 2 - DECRETO Nº 0044/2018 - 29 DE AGOSTO DE 2018

SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Meio Ambiente				
12.001.001-04.122.0002.2.124 Manutenção Operacional e Administrativa - Semma				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
685	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0160	11.828,00
SUBTOTAL				11.828,00
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				11.828,00

REDUÇÃO				
12.001.001-18.541.0033.2.129 Manutenção da Usina de Triagem e Compostagem				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
708	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0160	2.128,00
709	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0160	5.000,00
710	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0160	700,00
711	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0160	4.000,00
SUBTOTAL				11.828,00
TOTAL DE REDUÇÃO				11.828,00

## ANEXO 3 - DECRETO Nº 0044/2018 - 29 DE AGOSTO DE 2018

SUPLEMENTAÇÃO				
Secretaria Municipal de Administração				
03.001.001-04.122.0002.2.011 Manutenção Operacional e Administrativa - Semad				
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
64	3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	0100	230.470,33
SUBTOTAL				230.470,33
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO				230.470,33

REDUÇÃO				
03.001.001-04.122.0002.2.011 Manutenção Operacional e Administrativa - Semad				



Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
61	3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	0100	5.435,20
63	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0100	28.605,45
66	3.3.90.92.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0100	1.000,00
67	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	0100	1.000,00
SUBTOTAL				36.040,65
03.001.001-28.846.0003.0.001		Pagamento de Indenizações Trabalhistas		
Ficha	Elemento de Despesa	Descrição	Fonte	Valor
69	3.1.90.13.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0100	30.000,00
70	3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0100	164.429,68
SUBTOTAL				194.429,68
TOTAL DE REDUÇÃO				230.470,33

## SECRETARIA DE SAÚDE

### PROCESSO: 1037/2017

Da: Secretaria Municipal de Saúde  
Para: C. M. C. I.

TOMEI CIÊNCIA do Pregão Presencial 083/2017, faço saber:

AUTORIZO a emissão das notas de empenho no valor total de R\$ 227.024,40 (duzentos e vinte e sete mil, vinte e quatro reais e quarenta centavos) em favor de ENZI-PHARMA PRODUTOS MÉDICOS E LABORATORIAIS LTDA, referente à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O LABORATÓRIO DO CSDGF, conforme disposto no pregão acima referenciado.

07.002.001.10.302.0022.2.065 – Manutenção da Rede de Saúde Ambulatorial e de Urgência e Emergência				
E. DESPESA	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
33.90.30.11.00	Material Químico	389	132	R\$ 227.024,40

Tanguá, 01 de fevereiro de 2018.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**  
Secretário Municipal de Saúde

### PROCESSO: 1037/2017

Da: Secretaria Municipal de Saúde  
Para: C. M. C. I.

TOMEI CIÊNCIA do Pregão Presencial 083/2017, faço saber:

AUTORIZO a emissão das notas de empenho no valor total de R\$ 28.308,30 (vinte e oito mil, trezentos e oito reais e trinta centavos) em favor de LAB BRAX DIAGNOSTICA LTDA EPP, referente à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA O LABORATÓRIO DO CSDGF, conforme disposto no pregão acima referenciado

07.002.001.10.302.0022.2.065 – Manutenção da Rede de Saúde Ambulatorial e de Urgência e Emergência				
E. DESPESA	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
33.90.30.11.00	Material Químico	389	132	R\$ 28.308,30

Tanguá, 01 de fevereiro de 2018.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**  
Secretário Municipal de Saúde

### PROCESSO: 1815/2016 Vol. 01

Da: Secretaria Municipal de Saúde  
Para: C. M. C. I.

TOMEI CIÊNCIA do Pregão Presencial 028/2017, faço saber:

AUTORIZO a emissão da nota de empenho no valor total de R\$ 70.941,55 (setenta mil, novecentos e quarenta e um reais e cinquenta e cinco centavos) em favor da empresa HOUSE MED PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA, referente à aquisição de Medicamentos para a rede municipal de saúde, conforme disposto no pregão acima.

07.002.001.10.302.0022.2.065 – Manutenção da Rede de Saúde Ambulatorial e de Urgência e Emergência				
E. DESPESA	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
33.90.30.09.00	Medicamento	389	132	R\$ 70.941,55

Tanguá, 27 de setembro de 2018.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**  
Secretário Municipal de Saúde

### PROCESSO: 1815/2016 Vol. 02

Da: Secretaria Municipal de Saúde  
Para: C. M. C. I.

TOMEI CIÊNCIA do Pregão Presencial 028/2017, faço saber:

AUTRIZO a emissão da nota de empenho no valor total de R\$ 97.693,47 (noventa e sete mil, seiscentos e noventa e três reais e quarenta e sete centavos), em favor da empresa ULTRAFARMA PRODUTOS MÉDICOS LTDA-ME, referente à aquisição de Medicamentos para a rede municipal de saúde, conforme disposto no pregão acima.

07.002.001.10.302.0022.2.065 – Manutenção da Rede de Saúde Ambulatorial e de Urgência e Emergência				
E. DESPESA	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
33.90.30.09.00	Medicamento	389	132	R\$ 97.693,47

Tanguá, 27 de setembro de 2018.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**  
Secretário Municipal de Saúde

### PROCESSO: 1815/2016 Vol. 03

Da: Secretaria Municipal de Saúde  
Para: C. M. C. I.

TOMEI CIÊNCIA do Pregão Presencial 028/2017, faço saber:

AUTRIZO a emissão da nota de empenho no valor total de R\$ 41.256,88 (quarenta e um mil, duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos), em favor da empresa INVUCTOS DISTRIBUIDORA EIRELI EPP, referente à aquisição de Medicamentos para a rede municipal de saúde, conforme disposto no pregão acima.



**07.002.001.10.302.0022.2.065 – Manutenção da Rede de Saúde Ambulatorial e de Urgência e Emergência**

E. DESPESA	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTES	VALOR
33.90.30.09.00	Medicamento	389	132	R\$ 41.256,88

Tanguá, 27 de setembro de 2018.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**  
**Secretário Municipal de Saúde**

**PROCESSO: 1816/2016 Vol. 01**

Da: Secretaria Municipal de Saúde

Para: C. M. C. I.

TOMEI CIÊNCIA do Pregão Presencial 027/2017, faço saber:

AUTORIZO a emissão da nota de empenho no valor total de R\$ 75.415,52 (setenta e cinco mil, quatrocentos e quinze reais e cinquenta e dois centavos) em favor da empresa HOUSE MED PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA, referente à aquisição de Materiais e Insumos para a rede municipal de saúde, conforme disposto no pregão acima.

**07.002.001.10.302.0022.2.065 – Manutenção da Rede de Saúde Ambulatorial e de Urgência e Emergência**

E. DESPESA	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTES	VALOR
33.90.30.35.00	MATERIAL HOSPITALAR	389	132	R\$ 74.415,52

Tanguá, 27 de setembro de 2018.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**  
**Secretário Municipal de Saúde**

**PROCESSO: 1816/2016 Vol. 02**

Da: Secretaria Municipal de Saúde

Para: C. M. C. I.

TOMEI CIÊNCIA do Pregão Presencial 027/2017, faço saber:

AUTORIZO a emissão da nota de empenho no valor total de R\$ 112.095,88 (cento e doze mil, noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos), em favor da empresa ULTRA-FARMA PRODUTOS MÉDICOS LTDA, referente à aquisição de Materiais e Insumos para a rede municipal de saúde, conforme disposto no pregão acima.

**07.002.001.10.302.0022.2.065 – Manutenção da Rede de Saúde Ambulatorial e de Urgência e Emergência**

E. DESPESA	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTES	VALOR
33.90.30.35.00	MATERIAL HOSPITALAR	389	132	R\$ 112.095,88

Tanguá, 27 de setembro de 2018.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**  
**Secretário Municipal de Saúde**

**PROCESSO: 1816/2016 Vol. 03**

Da: Secretaria Municipal de Saúde

Para: C. M. C. I.

TOMEI CIÊNCIA do Pregão Presencial 027/2017, faço saber:

AUTORIZO a emissão da nota de empenho no valor total de R\$ 32.958,72 (trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos), em favor da empresa INVICTOS DISTRIBUIDORA EIRELI EPP, referente à aquisição de Materiais e Insumos para a rede municipal de saúde, conforme disposto no pregão acima.

**07.002.001.10.302.0022.2.065 – Manutenção da Rede de Saúde Ambulatorial e de Urgência e Emergência**

E. DESPESA	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTES	VALOR
33.90.30.35.00	MATERIAL HOSPITALAR	389	132	R\$ 32.958,72

Tanguá, 27 de setembro de 2018.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**  
**Secretário Municipal de Saúde**

**Portaria SEMS nº 036/2018**

Designa Fiscal para os Contratos nº 134/2018 e 135/2018

O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria nº 001/2013 de 1º de Janeiro de 2013;

CONSIDERANDO a necessidade de fiscalizar os atos relativos aos Contratos nº 134/2018 e 135/2018, referente à aquisição de material para o Programa de Saúde Bucal, RESOLVE:

Art. 1º - Designar a funcionária Gisele Fortuna de Carvalho – Matrícula 6365, para fiscalizar e acompanhar a execução do serviço acima descrito.

Art. 2º - Cabe ao fiscal designado emitir parecer ratificando a execução do serviço prestado pela CONTRATADA.

Parágrafo Único – Caso o servidor esteja impossibilitado de fiscalizar os serviços por motivo de pecúnia ou afastamento do Setor, caberá ao Gestor da pasta para designar um substituto.

Tanguá, 28 de julho de 2018.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**  
**Secretário Municipal de Saúde**

**Portaria SEMS nº 037/2018**

Designa Fiscal para os Contratos nº 148/2018 e 149/2018

O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria nº 001/2013 de 1º de Janeiro de 2013;

CONSIDERANDO a necessidade de fiscalizar os atos relativos aos Contratos nº 148/2018 e 149/2018, referente à aquisição de material para o laboratório municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Designar o funcionário Sebastião Cardoso Leitão – Matrícula 860, para fiscalizar e acompanhar a execução do serviço acima descrito.

Art. 2º - Cabe ao fiscal designado emitir parecer ratificando a execução do serviço prestado pela CONTRATADA.

Parágrafo Único – Caso o servidor esteja impossibilitado de fiscalizar os serviços por motivo de pecúnia ou afastamento do Setor, caberá ao Gestor da pasta para designar um substituto.

Tanguá, 24 de agosto de 2018.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**  
**Secretário Municipal de Saúde**

**Portaria SEMS nº 038/2018.**

Designa Fiscal para os Contratos nº 143/2018, 144/2018 e 145/2018.

O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria nº 001/2013 de 1º de Janeiro de 2013;

CONSIDERANDO à necessidade de fiscalizar os atos relativos aos Contratos nº 143/2018, 144/2018 e 145/2018, referente a aquisição de equipamentos e material permanente;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a funcionária Driele da Silva Marciano – Matrícula 4355-9, para fiscalizar e acompanhar a execução do serviço acima descrito.

Art. 2º - Cabe ao fiscal designado emitir parecer ratificando a execução do serviço prestado pela CONTRATA.

Parágrafo Único – Caso o servidor esteja impossibilitado de fiscalizar os serviços por motivo de pecúnia ou afastamento do Setor, caberá ao Gestor da pasta para designar um substituto.

Tanguá, 20 de agosto de 2018.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**  
**Secretário Municipal de Saúde**

**Portaria SEMS nº 043/2018**

Designa Servidor para a Fiscalização do Contrato 163/2018,

O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria nº 001/2013 de 1º de Janeiro de 2013;

CONSIDERANDO à necessidade de fiscalizar os atos relativos ao Contrato 163/2018 referente ao fornecimento de medicamentos para a rede municipal de saúde,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a funcionária Alessandra Torres de Oliveira Costa – Matrícula 4256-0, para fiscalizar e acompanhar a execução do serviço acima descrito.

Art. 2º - Cabe ao fiscal designado emitir parecer ratificando a execução do serviço prestado pela CONTRATA.

Parágrafo Único – Caso o servidor esteja impossibilitado de fiscalizar os serviços por motivo de pecúnia ou

afastamento do Setor, caberá ao Gestor da pasta para designar um substituto.

Tanguá, 27 de setembro de 2018.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**  
**Secretário Municipal de Saúde**

**Portaria SEMS nº 044/2018**

Designa Servidor para a Fiscalização do Contrato 162/2018,

O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria nº 001/2013 de 1º de Janeiro de 2013;

CONSIDERANDO à necessidade de fiscalizar os atos relativos ao Contrato 162/2018 referente ao fornecimento de materiais e insumos para a rede municipal de saúde,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a funcionária Alessandra Torres de Oliveira Costa – Matrícula 4256-0, para fiscalizar e acompanhar a execução do serviço acima descrito.

Art. 2º - Cabe ao fiscal designado emitir parecer ratificando a execução do serviço prestado pela CONTRATA.

Parágrafo Único – Caso o servidor esteja impossibilitado de fiscalizar os serviços por motivo de pecúnia ou afastamento do Setor, caberá ao Gestor da pasta para designar um substituto.

Tanguá, 27 de setembro de 2018.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**  
**Secretário Municipal de Saúde**

**Portaria SEMS nº 045/2018**

Designa Servidor para a Fiscalização do Contrato 161/2018,

O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria nº 001/2013 de 1º de Janeiro de 2013;

CONSIDERANDO à necessidade de fiscalizar os atos relativos ao Contrato 161/2018 referente ao fornecimento de materiais e insumos para a rede municipal de saúde,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a funcionária Alessandra Torres de Oliveira Costa – Matrícula 4256-0, para fiscalizar e acompanhar a execução do serviço acima descrito.

Art. 2º - Cabe ao fiscal designado emitir parecer ratificando a execução do serviço prestado pela CONTRATA.

Parágrafo Único – Caso o servidor esteja impossibilitado de fiscalizar os serviços por motivo de pecúnia ou afastamento do Setor, caberá ao Gestor da pasta para designar um substituto.

Tanguá, 27 de setembro de 2018.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**  
**Secretário Municipal de Saúde**

**Portaria SEMS nº 046/2018**

Designa Servidor para a Fiscalização do Contrato 164/2018,

O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria nº 001/2013 de 1º de Janeiro de 2013;

CONSIDERANDO à necessidade de fiscalizar os atos relativos ao Contrato 164/2018 referente ao fornecimento de medicamentos para a rede municipal de saúde,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a funcionária Alessandra Torres de Oliveira Costa – Matrícula 4256-0, para fiscalizar e acompanhar a execução do serviço acima descrito.

Art. 2º - Cabe ao fiscal designado emitir parecer ratificando a execução do serviço prestado pela CONTRATA.

Parágrafo Único – Caso o servidor esteja impossibilitado de fiscalizar os serviços por motivo de pecúnia ou afastamento do Setor, caberá ao Gestor da pasta para designar um substituto.

Tanguá, 27 de setembro de 2018.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**  
**Secretário Municipal de Saúde**

**Portaria SEMS nº 047/2018**

Designa Servidor para a Fiscalização do Contrato 165/2018,

O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria nº 001/2013 de 1º de Janeiro de 2013;

CONSIDERANDO à necessidade de fiscalizar os atos relativos ao Contrato 165/2018 referente ao fornecimento de materiais e insumos para a rede municipal de saúde,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a funcionária Alessandra Torres de Oliveira Costa – Matrícula 4256-0, para fiscalizar e acompanhar a execução do serviço acima descrito.

Art. 2º - Cabe ao fiscal designado emitir parecer ra-





tificando a execução do serviço prestado pela CONTRATADA.

Parágrafo Único – Caso o servidor esteja impossibilitado de fiscalizar os serviços por motivo de pecúnia ou afastamento do Setor, caberá ao Gestor da pasta para designar um substituto.

Tanguá, 27 de setembro de 2018.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**  
**Secretário Municipal de Saúde**

## **Portaria SEMS nº 048/2018**

Designa Servidor para a Fiscalização do Contrato 160/2018,

O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais conferidas pela portaria nº 001/2013 de 1º de Janeiro de 2013;

CONSIDERANDO à necessidade de fiscalizar os atos relativos ao Contrato 160/2018 referente ao fornecimento de medicamentos para a rede municipal de saúde,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a funcionária Alessandra Torres de Oliveira Costa – Matrícula 4256-0, para fiscalizar e acompanhar a execução do serviço acima descrito.

Art. 2º - Cabe ao fiscal designado emitir parecer ratificando a execução do serviço prestado pela CONTRATADA.

Parágrafo Único – Caso o servidor esteja impossibilitado de fiscalizar os serviços por motivo de pecúnia ou afastamento do Setor, caberá ao Gestor da pasta para designar um substituto.

Tanguá, 27 de setembro de 2018.

**Marcelo Sá Bagueira Leal**  
**Secretário Municipal de Saúde**

## **Resolução CMS n. 010/18**

O Colegiado Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Tanguá em Reunião Ordinária realizada em 05 de setembro de 2018, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 025/1997, de 28 de junho de 1997, alterada pela Lei nº 0661/2008, de 29 de fevereiro de 2008, e

CONSIDERANDO:

1. A apresentação e discussão da Planilha de Indicadores de Saúde para o exercício de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade os INDICADORES DE SAÚDE PARA O ANO DE 2018;

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor nesta data.

Art. 3º - Publique-se.

Tanguá, 05 de setembro de 2018.

**MAXWELL VELASCO**  
**Presidente do Conselho Municipal de Saúde**

## **Resolução CMS n. 013/18**

O Colegiado Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Tanguá em Reunião Ordinária realizada em 03 de outubro de 2018, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 025/1997, de 28 de junho de 1997, alterada pelas Leis nº 0661/2008, de 29 de fevereiro de 2008, e nº 0995/2015, de 27 de novembro de 2015, e

CONSIDERANDO:

O Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde e o afastamento da presidência deste CMS por parte do representante da Gestão eleito pelo colegiado.

RESOLVE:

Art. 1º – Eleger o conselheiro RODRIGO LUIZ LOPES PEREIRA, representante do segmento Gestor e suplente de Maxwell Velasco como presidente deste Conselho de Saúde, em conformidade com a indicação da Gestão;

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor nesta data.

Art. 3º – Publique-se.

Tanguá, 04 de outubro de 2018.

**RODRIGO LUIZ LOPES PEREIRA**  
**Presidente do Conselho Municipal de Saúde**

## **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2018**

Aos 19 (dezenove dias) de setembro de 2018, A Prefeitura Municipal de Tanguá, situada na Rua Vereador Manoel de Macedo nº 680 – Centro - Tanguá, doravante designada CONTRATANTE, representada neste ato por seu Secretário Municipal de Saúde, o senhor MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 5254343-7 emitida pelo CRM-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 961.371.507-04, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no Pregão nº 047/2018, oriunda do processo administrativo nº 1626/2017, RESOLVE, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, dos Decretos nº 3.555/2000, 3.931/2001, e das demais normas legais aplicáveis, REGISTRAR OS PREÇOS, para eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais de médio porte movidos à diesel da Secretaria Municipal de

Saúde, da empresa cujo fornecimento foi adjudicado na licitação, doravante designada CONTRATADA, em conformidade com o Edital do Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORNECEDORA**

1.1. TREVO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.729.140/001-72, estabelecida à Av. Vinte e Dois de Maio, 19 - Engenho Velho – Itaboraí - RJ, CEP: 24.803-000, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor Álvaro Ricardo Lino Macabu, portador da carteira de identidade nº 120377783 – IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 079.196.177-07, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, lote 10, quadra 131 – Bairro: Rio Várzea – Itaboraí – RJ. CEP: 24.800-000. Representante legalmente pela mesma.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais de médio porte movidos à diesel da Secretaria Municipal de Saúde.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1. Os preços ofertados pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa no valor total de R\$ 252.258,00 (Duzentos e cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais), obedecida a classificação no REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 047/2018, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, constante às fls. 227 e 228 do processo nº 1626/17.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE**

4.2. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação.

4.3. A vigência da presente Ata não obriga a Secretaria Municipal de Saúde, a firmar contratações.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde será o Órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados.

5.2. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados por esta Secretaria e a empresa detentora desta Ata estejam de acordo.

### **CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:



6.1.1. Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

6.1.2. Observar, durante a vigência da presente Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

6.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

6.1.4. Consultar a empresa registrada quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

6.1.5. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO

7.1. Para a contratação será emitida Nota de Empenho em favor da empresa CONTRATADA, que deverá especificar a quantidade de cada serviço contratado, respeitado o estabelecido no Termo de Referência.

7.2. Será exigido da CONTRATADA o cumprimento de todas as exigências relativas à prestação de serviços estabelecidas no Edital do Pregão nº 047/2018, no seu Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, que integrarão a Nota de Empenho independentemente de transcrição.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

8.1.1. Cumprir fielmente as cláusulas desta Ata;

8.1.2. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto desta Ata;

8.1.3. Zelar pelo bom andamento da presente Ata, dirimindo dúvidas porventura existentes, através do servidor que vier a ser designado Fiscal da Ata;

8.1.4. Relacionar-se com a CONTRATADA através de servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, o(s) qual(is) acompanhará(arão) e fiscalizará(arão) a execução do objeto contratado, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas;

8.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma e nos prazos estabelecidos na Ata.

## CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA obriga-se a:

9.1.1. Executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital do Pregão Presencial nº. 047/2018 e em seus anexos;

9.1.2. Manter todas as condições de habilitação durante o prazo de vigência da Ata;

9.1.3. Responder, independentemente da fiscalização e do acompanhamento pela CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados, direta ou indiretamente, a esta Municipalidade, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto desta Ata;

9.1.4. Responsabilizar-se, integralmente, pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, prestando-os de acordo com as especificações e os prazos constantes do Edital do Pregão Presencial nº. 047/2018;

9.1.5. Responsabilizar-se pela imediata substituição/resolução, quando constatado qualquer problema no serviço prestado;

9.1.6. Responsabilizar-se, integralmente, pelos seus empregados envolvidos na execução do objeto do contrato, arcando com todos os custos, salários, transporte, refeição, verbas legais, trabalhistas, fundiárias ou de qualquer natureza, nos termos da legislação vigente, prestando-lhe imediato socorro em caso de mal estar ou assemelhado;

9.1.7. Fornecer seus empregados envolvidos na execução do objeto da contratação todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) que se fizerem necessários, FISCALIZANDO-LHES o uso;

9.1.8. Designar preposto dentre os funcionários destacados para o fornecimento, apto a representar a CONTRATADA e com poderes suficientes para prestar e receber esclarecimentos;

9.1.9. É vedado à CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, as obrigações da presente Ata, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

## CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO DA EXECUÇÃO

10.1. A execução do serviço se dará após emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento expedida pela SEMS, tendo a empresa até 07 (sete) dias para o início dos serviços.

10.2. Os serviços serão entregues conforme solicitação e indicação dos locais feitos pela Secretaria Municipal de Saúde de Tanguá.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

11.1. O documento fiscal correspondente da prestação

do serviço deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Tanguá.

11.1.1. O documento de cobrança deverá ser emitido em nome da Prefeitura Municipal de Tanguá, CNPJ nº 01.612.089/00010-00, devidamente discriminado, sem emendas ou rasuras, contendo todos os dados da Nota de Empenho, fazendo menção expressa ao número desta. Após a entrega, o documento de cobrança será conferido e atestado pela Contratante.

11.1.2. Todos os tributos e contribuições incidentes sobre a aquisição dos serviços deverão estar incluídos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente aquela pertinente aos órgãos públicos federais.

11.2. O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até 30 (trinta) dias contados da execução do objeto contratado, mediante o ateste da Nota Fiscal por servidor designado, comprovando que as informações nela contidas estão corretas, bem como de que objeto contratado foi executado de acordo com as especificações do edital e seus anexos. No caso de qualquer falta ou incorreção, tal prazo será interrompido.

11.3. A emissão da Nota de Empenho e o pagamento ocorrerão desde que comprovada a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), bem como comprovação de quitação dos tributos Municipais, por meio das respectivas certidões;

11.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero e o respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

11.5. No caso de empresa optante pelo “Simples Nacional”, deverá essa, ainda, providenciar declaração na forma do art. 4o, da IN 480 da Receita Federal, em duas vias originais, devidamente assinadas por seu representante legal, em papel timbrado da empresa, com carimbo da mesma e com seu CNPJ, bem como o extrato do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS relativo ao mês imediatamente anterior à emissão da nota fiscal, como condição para liberação do pagamento;

11.6. Serão retidos pela CONTRATANTE os impostos e contribuições conforme disposto na Lei nº 9.430/96, regulamentada pela IN/SRF/STN/SFC Nº 480, de 15/12/2004, atualizada, salvo se a licitante vencedora estiver dentre as



exceções apontadas nos referidos atos normativos.

11.7. O valor a ser depositado pela CONTRATANTE será líquido, ou seja, após as retenções tributárias previstas na legislação pertinente.

11.8. A CONTRATADA enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 3º, bem como amparada por medida judicial constante do art. 30, ambos da Instrução Normativa SRF nº 480/2004, deverão apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

11.9. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura Municipal de Tanguá e a Secretaria Municipal de Saúde por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

11.10. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

11.11. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, a CONTRATANTE poderá deduzi-la do valor a ser pago à CONTRATADA.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

12.1. O registro da CONTRATADA poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa e mediante despacho da autoridade competente da Secretaria Municipal de Saúde:

12.1.1. A pedido quando:

a) comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

12.1.2. Por iniciativa desta Municipalidade, quando:

a) a contratada não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) a contratada perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) houver razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

d) a contratada não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) a contratada não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de

Registro de Preços;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

12.1.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, esta Municipalidade fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais participantes a nova ordem de registro.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará as consequências dos artigos 77 a 80 da lei 8.666/93, bem como do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e do artigo 14 do Anexo I do Decreto 3.555/2000.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

14.2. De acordo com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA:

a) advertência formal, na ocorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total atualizado da Ata, a critério da CONTRATANTE, na ocorrência de atraso injustificado na execução de quaisquer obrigações, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado até a data da efetiva execução, limitado a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado, conforme o caso, descumprimento parcial ou total da obrigação;

c) multa penal de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial da contratação;

d) multa penal de 30% (trinta por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a CONTRATADA der causa à inexecução total da contratação;

e) multa compensatória do valor integral e atualizado, comprovado, incluindo-se custos diretos e indiretos, do prejuízo causado pela CONTRATADA à Municipalidade ou a terceiros;

f) impedimento de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo que a CONTRATANTE fixar, obedecidos os limites previstos no artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 ou, quando for o caso, no artigo 7º da Lei 10.520/2002, que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a habilitação e/ou contratação, ensejar o retardamento da

execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata, e demais cominações legais;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. As multas estabelecidas nos itens “b” e “c” serão majoradas em 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de reincidência da CONTRATADA.

14.4. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA ou serão pagas mediante recolhimento de Tributos, cujo comprovante deverá ser apresentado à CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, serão cobradas judicialmente. Sobre as multas incidirão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, em caso de atraso no recolhimento.

14.4.1. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima enumeradas, e aplicadas com base no valor total atualizado do contrato;

14.4.2. Considera-se, para fins de aplicação da penalidade de multa, como valor total atualizado do contrato aquele total inicial atualizado pelo IGP-DI (FGV), ou, na sua ausência, por aquele que vier a substituí-lo, no período compreendido entre o mês da apresentação da proposta até o mês anterior ao fato que ensejou a penalidade.

14.5. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão nº. 047/2018 e seus anexos, bem como a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

15.2. Fica eleito foro da Comarca de Itaboraí para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

15.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 3.931/01, atualizados, e demais normas aplicáveis.

15.4. E por estarem assim justos e acordados, firmam a presente Ata de Registro de Preços, em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito legal, perante as testemunhas do ato, que este também subscrevem.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DIVULGAÇÃO

16.1. A Publicação de Ata de Registro de Preços será feita em Imprensa Oficial do Município, e será providenciada



do pelo CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Tanguá, 19 de setembro de 2018.

**CONTRATANTE:**  
**MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL**  
**Secretário Municipal de Saúde**

**CONTRATADA:**  
**ÁLVARO RICARDO LINO MACABU**  
**Representante**

TESTEMUNHAS:  
1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 013/2018 - PROCESSO 1626/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2018**

**EMPRESA: TREVO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI**  
**CNPJ: 15.729.140/0001-72**

**ANEXO ARP 013/2018**

ITEM	QUANT. HORAS	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
1	2102:15:00	HS	Prestação de serviço para manutenção corretiva e preventiva de veículos de médio porte (Diesel), por hora homem trabalhada	120,00	252.258,00
VALOR TOTAL:				252.258,00	

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2018

Aos 19 (dezenove) dias de julho de 2018, A Prefeitura Municipal de Tanguá, situa-da na Rua Vereador Manoel de Macedo nº 680 – Centro - Tanguá, doravante designa-da CONTRATANTE, representada neste ato por seu Secretário Municipal de Saúde, o senhor MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 5254343-7 emitida pelo CRM-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 961.371.507-04, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no Pregão nº 058/2018, oriunda do processo administrativo nº 1719/2017, RESOLVE, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, dos Decretos nº 3.555/2000, 3.931/2001, e das demais normas legais aplicáveis, REGISTRAR OS PREÇOS, para eventual aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene Pessoal Para a Rede Municipal de Saúde, da empresa cujo forneci-mento foi adjudicado na licitação, doravante designada CONTRATADA, em conformidade com o Edital do Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORNECEDORA

1.1. STORE HOUSE DISTRIBUIDORA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 02.124.603/0001-20, estabelecida à Rua Wagno Nasciment Bento, nº 26 – apto 301, Ed. Rejane – Poço Fundo – São Pedro da Aldeia - RJ, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Aldo Gomes Miguel, portador da carteira de identidade nº 029.494.73-9 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 175.928.287-15, residente e domici-liado à Rua Wagno Nasciment Bento, nº 26 – apto 301, Ed. Rejane – Poço Fundo – São Pedro da Aldeia - RJ, Representante legalmente pela mesma.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de

Materiais de Limpeza e Higiene Pessoal Para a Rede Municipal de Saúde.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1. Os preços ofertados pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa no valor total de R\$ 6.145,70 (seis mil, cento e quarenta e cinco reais e setenta centavos), obedecida a classificação no REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 058/2018, es-pecificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, constante às fls. 355/356.

### CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE

4.2. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

4.3. A vigência da presente Ata não obriga a Secretaria Municipal de Saúde, a firmar contratações.

### CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde será o Órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quan-titativos a serem contratados.

5.2. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados por esta Secretaria e a empresa detentora desta Ata estejam de acordo.

### CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, cabe-rá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

6.1.1. Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

6.1.2. Observar, durante a vigência da presente Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou do-cumentos vencidos;

6.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

6.1.4. Consultar a empresa registrada quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

6.1.5. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO

7.1. Para a contratação será emitida Nota de Empenho em favor da empresa CON-TRATADA, que deverá especificar a quantidade de cada material solicitado, respeitado o estabelecido no Termo de Referência.

7.2. Será exigido da CONTRATADA o cumprimento de todas as exigências relativas à prestação de serviços estabelecidas no Edital do Pregão nº 058/2018, no seu Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, que integrarão a Nota de Empenho inde-pendentemente de transcrição.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

8.1.1. Cumprir fielmente as cláusulas desta Ata;

8.1.2. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto desta Ata;

8.1.3. Zelar pelo bom andamento da presente Ata, dirimindo dúvidas porventura exis-tentes, através do servidor que vier a ser designado Fiscal da Ata;

8.1.4. Relacionar-se com a CONTRATADA através de servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, o(s) qual(is) acompanhará(arão) e fiscalizará(arão) a execução do ob-





na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) a contratada perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) houver razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

d) a contratada não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) a contratada não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

12.1.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, esta Municipalidade fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais participantes a nova ordem de registro.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará as consequências dos artigos 77 a 80 da lei 8.666/93, bem como do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e do artigo 14 do Anexo I do Decreto 3.555/2000.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES**

14.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

14.2. De acordo com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA:

- a) advertência formal, na ocorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;
- b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total atualizado da Ata, a critério da CONTRATANTE, na ocorrência de atraso injustificado na execução de quaisquer obrigações, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado até a data da efetiva execução, limitado a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado, conforme o caso, descumprimento parcial ou total da obrigação;
- c) multa penal de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial da contratação;
- d) multa penal de 30% (trinta por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a CONTRATADA der causa à inexecução total da contratação;
- e) multa compensatória do valor integral e atualizado, comprovado, incluindo-se custos diretos e indiretos, do prejuízo causado pela CONTRATADA à Municipalidade ou a terceiros;
- f) impedimento de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo que a CONTRATANTE fixar, obedecidos os limites previstos no artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 ou, quando for o caso, no artigo 7º da Lei 10.520/2 002, que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a habilitação e/ou contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata, e demais cominações legais;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. As multas estabelecidas nos itens “b” e “c” serão majoradas em 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de reincidência da CONTRATADA.

14.4. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CON-

TRATADA ou serão pagas mediante recolhimento de Tributos, cujo comprovante deverá ser apresentado à CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, serão cobradas judicialmente. Sobre as multas incidirão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, em caso de atraso no recolhimento.

14.4.1. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima enumeradas, e aplicadas com base no valor total atualizado do contrato;

14.4.2. Considera-se, para fins de aplicação da penalidade de multa, como valor total atualizado do contrato aquele total inicial atualizado pelo IGP-DI (FGV), ou, na sua ausência, por aquele que vier a substituí-lo, no período compreendido entre o mês da apresentação da proposta até o mês anterior ao fato que ensejou a penalidade.

14.5. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão nº. 058/2018 e seus anexos, bem como a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

15.2. Fica eleito foro da Comarca de Itaboraí para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

15.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 3.931/01, atualizados, e demais normas aplicáveis.

15.4. E por estarem assim justos e acordados, firmam a presente Ata de Registro de Preços, em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito legal, perante as testemunhas do ato, que este também subscrevem.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DIVULGAÇÃO**

16.1. A Publicação de Ata de Registro de Preços será feita em Imprensa Oficial do Município, e será providenciado pelo CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Tanguá, 10 de outubro de 2018.

CONTRATANTE:

MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

ALDO GOMES MIGUEL

Representante

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

RG:

RG:

CPF:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2018 - PROCESSO 1719/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2018

EMPRESA: STORE HOUSE DISTRIBUIDORA LTDA ME

CNPJ: 02.124.603/0001-20

ANEXO ARP 014/2018

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
			Colher descartável, confeccionado em resina			



3	120	PT	termoplástica na cor branca-Medindo aproximadamente 15cm. Embalagem com 100 unidades, com dados de identificação do produto, marca do fabricante.	PLATPLUS	R\$ 12,38	R\$ 1.485,60
6	80	UN	Desentupidor de pia, bojo de sucção em plástico, com cabo em madeira.	PLÁSTISIL	R\$ 5,90	R\$ 472,00
7	46	UN	Desentupidor de vaso sanitário, bojo de sucção em plástico, com cabo em madeira.	PLÁSTISIL	R\$ 5,95	R\$ 273,70
14	48	UN	Escova redonda para vaso sanitário, com cabo e suporte confeccionados em plástico, na cor branca.-Cabo medindo aproximadamente 18cm.	PLÁSTISIL	R\$ 3,90	R\$ 187,20
15	660	UN	Esponja de aço fino - para limpeza em geral - embalagem com 4 unidades com peso de 60g.- Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	BOMBRIL	R\$ 0,90	R\$ 594,00
16	600	UN	Esponja de limpeza - dupla face-- (sendo um lado em fibra sintética com abrasivo e outro com espuma de poliuretano com agente antibactéria - tamanho 110 mm x 75 mm, aproximadamente. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante.	SCOTH BRITE	R\$ 0,75	R\$ 450,00
18	300	PT	Guardanapo de papel, folha simples, em fibra celulósica, na cor branca-medindo, aproximadamente, 33 cm x 33 cm. Apresentação em pacote com 50 folhas.	MASCOTE	R\$ 2,15	R\$ 645,00
26	100	CX	Palito dental, roliço, confeccionado em madeira.- Caixa com 100 unidades, com dados de identificação do produto, marca do fabricante.	REGINA	R\$ 0,63	R\$ 63,00
30	1.440,00	PT	Sabão de coco em barra de 50gr.-Embalagem com 5 unidades, com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	ICARAI	R\$ 1,08	R\$ 1.555,20
32	150	UN	Sabão pastoso biodegradável para lavar louças, neutro.-Embalagem de 500gr contendo a marca do fabricante, prazo de validade e identificação do produto.	Bril Odor	R\$ 2,80	R\$ 420,00
TOTAL GERAL						R\$ 6.145,70

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2018

Aos 19 (dezenove) dias de julho de 2018, A Prefeitura Municipal de Tanguá, situada na Rua Vereador Manoel de Macedo nº 680 – Centro - Tanguá, doravante designada CONTRATANTE, representada neste ato por seu Secretário Municipal de Saúde, o senhor MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 5254343-7 emitida pelo CRM-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 961.371.507-04, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no Pregão nº 058/2018, oriunda do processo administrativo nº 1719/2017, RESOLVE, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, dos Decretos nº 3.555/2000, 3.931/2001, e das demais normas legais aplicáveis, REGISTRAR OS PREÇOS, para eventual aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene Pessoal Para a Rede Municipal de Saúde, da empresa cujo fornecimento foi adjudicado na licitação, doravante designada CONTRATADA, em conformidade com o Edital do Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORNECEDORA

1.1. ECO 805 COMPERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 39.548.763/0001-07, estabelecida à Rua Coronel Gomes Machado 165/201sl – Centro – Niterói - RJ, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Márcio Samary Machado, portador da carteira de identidade nº 09804589-1 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 032.148.517-30, residente e domiciliado à Praia de Icaraí, nº 395 – apto 203, – Icaraí – Niterói - RJ, Representante legalmente pela mesma.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de

Materiais de Limpeza e Higiene Pessoal Para a Rede Municipal de Saúde.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1. Os preços ofertados pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa no valor total de R\$ 15.385,32 (quinze mil, trezentos e oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos), obedecida a classificação no REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 058/2018, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, constante às fls. 355/356.

### CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE

4.2. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

4.3. A vigência da presente Ata não obriga a Secretaria Municipal de Saúde, a firmar contratações.

### CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde será o Órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados.

5.2. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados por esta Secretaria e a empresa detentora desta Ata estejam de acordo.

### CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

6.1.1. Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

6.1.2. Observar, durante a vigência da presente Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

6.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

6.1.4. Consultar a empresa registrada quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

6.1.5. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO

7.1. Para a contratação será emitida Nota de Empenho em favor da empresa CONTRATADA, que deverá especificar a quantidade de cada material solicitado, respeitado o estabelecido no Termo de Referência.

7.2. Será exigido da CONTRATADA o cumprimento de todas as exigências relativas à prestação de serviços estabelecidas no Edital do Pregão nº 058/2018, no seu Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, que integrarão a Nota de Empenho independentemente de transcrição.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

8.1.1. Cumprir fielmente as cláusulas desta Ata;

8.1.2. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto desta Ata;

8.1.3. Zelar pelo bom andamento da presente Ata, dirimindo dúvidas porventura existentes, através do servidor que vier a ser designado Fiscal da Ata;

8.1.4. Relacionar-se com a CONTRATADA através de servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, o(s) qual(is) acompanhará(arão) e fiscalizará(arão) a execução do ob-



jeto contratado, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas;

8.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma e no prazo estabelecidos na Ata.

## CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA obriga-se a:

9.1.1. Executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital do Pregão Presencial nº. 058/2018 e em seus anexos;

9.1.2. Manter todas as condições de habilitação durante o prazo de vigência da Ata;

9.1.3. Responder, independentemente da fiscalização e do acompanhamento pela CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados, direta ou indiretamente, a esta Municipalidade, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto desta Ata;

9.1.4. Responsabilizar-se, integralmente, pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, prestando-os de acordo com as especificações e os prazos constantes do Edital do Pregão Presencial nº. 058/2018;

9.1.5. Responsabilizar-se pela imediata substituição/resolução, quando constatado qualquer problema no serviço prestado;

9.1.6. Responsabilizar-se, integralmente, pelos seus empregados envolvidos na execução do objeto do contrato, arcando com todos os custos, salários, transporte, refeição, verbas legais, trabalhistas, fundiárias ou de qualquer natureza, nos termos da legislação vigente, prestando-lhe imediato socorro em caso de mal estar ou assemelhado;

9.1.7. Fornecer seus empregados envolvidos na execução do objeto da contratação todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) que se fizerem necessários, FISCALIZANDO-LHES o uso;

9.1.8. Designar preposto dentre os funcionários destacados para o fornecimento, apto a representar a CONTRATADA e com poderes suficientes para prestar e receber esclarecimentos;

9.1.9. É vedado à CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, as obrigações da presente Ata, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

## CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO DA EXECUÇÃO

10.1. A execução do serviço se dará após emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento expedida pela SEMS, tendo a empresa até 07 (sete) dias para o início da entrega dos materiais.

10.2. Os materiais serão entregues conforme solicitação e indicação dos locais feitos pela Secretaria Municipal de Saúde de Tanguá.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

11.1. O documento fiscal correspondente da prestação do serviço deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Tanguá.

11.1.1. O documento de cobrança deverá ser emitido em nome da Prefeitura Municipal de Tanguá, CNPJ nº 01.612.089/00010-00, devidamente discriminado, sem emendas ou rasuras, contendo todos os dados da Nota de Empenho, fazendo menção expressa ao número desta. Após a entrega, o documento de cobrança será conferido e atestado pela Contratante.

11.1.2. Todos os tributos e contribuições incidentes sobre a aquisição dos serviços deverão estar incluídos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente aquela pertinente aos órgãos públicos federais.

11.2. O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até 30 (trinta) dias contados da execução do objeto contratado, mediante o ateste da Nota Fiscal por servidor designado, comprovando que as informações nela contidas estão corretas, bem como de que objeto contratado foi executado de acordo com as especificações do edital e seus anexos. No caso de qualquer falta ou incorreção, tal prazo será interrompido.

11.3. A emissão da Nota de Empenho e o pagamento ocorrerão desde que comprovada a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), bem como comprovação de quitação dos tributos Municipais, por meio das respectivas certidões;

11.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero e o respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

11.5. No caso de empresa optante pelo “Simples Nacional”, deverá essa, ainda, providenciar declaração na forma do art. 4o, da IN 480 da Receita Federal, em duas

vias originais, devidamente assinadas por seu representante legal, em papel timbrado da empresa, com carimbo da mesma e com seu CNPJ, bem como o extrato do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS relativo ao mês imediatamente anterior à emissão da nota fiscal, como condição para liberação do pagamento;

11.6. Serão retidos pela CONTRATANTE os impostos e contribuições conforme disposto na Lei nº 9.430/96, regulamentada pela IN/SRF/STN/SFC Nº 480, de 15/12/2004, atualizada, salvo se a licitante vencedora estiver dentre as exceções apontadas nos referidos atos normativos.

11.7. O valor a ser depositado pela CONTRATANTE será líquido, ou seja, após as retenções tributárias previstas na legislação pertinente.

11.8. A CONTRATADA enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 3º, bem como amparada por medida judicial constante do art. 30, ambos da Instrução Normativa SRF nº 480/2004, deverão apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

11.9. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura Municipal de Tanguá e a Secretaria Municipal de Saúde por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

11.10. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

11.11. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, a CONTRATANTE poderá deduzi-la do valor a ser pago à CONTRATADA.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

12.1. O registro da CONTRATADA poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa e mediante despacho da autoridade competente da Secretaria Municipal de Saúde:

12.1.1. A pedido quando:

a) comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

12.1.2. Por iniciativa desta Municipalidade, quando:

a) a contratada não aceitar reduzir o preço registrado,





na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) a contratada perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) houver razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

d) a contratada não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) a contratada não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

12.1.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, esta Municipalidade fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais participantes a nova ordem de registro.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará as consequências dos artigos 77 a 80 da lei 8.666/93, bem como do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e do artigo 14 do Anexo I do Decreto 3.555/2000.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES**

14.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

14.2. De acordo com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA:

a) advertência formal, na ocorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total atualizado da Ata, a critério da CONTRATANTE, na ocorrência de atraso injustificado na execução de quaisquer obrigações, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado até a data da efetiva execução, limitado a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado, conforme o caso, descumprimento parcial ou total da obrigação;

c) multa penal de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial da contratação;

d) multa penal de 30% (trinta por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a CONTRATADA der causa à inexecução total da contratação;

e) multa compensatória do valor integral e atualizado, comprovado, incluindo-se custos diretos e indiretos, do prejuízo causado pela CONTRATADA à Municipalidade ou a terceiros;

f) impedimento de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo que a CONTRATANTE fixar, obedecidos os limites previstos no artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 ou, quando for o caso, no artigo 7º da Lei 10.520/2002, que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a habilitação e/ou contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata, e demais cominações legais;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. As multas estabelecidas nos itens “b” e “c” serão majoradas em 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de reincidência da CONTRATADA.

14.4. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CON-

TRATADA ou serão pagas mediante recolhimento de Tributos, cujo comprovante deverá ser apresentado à CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, serão cobradas judicialmente. Sobre as multas incidirão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, em caso de atraso no recolhimento.

14.4.1. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima enumeradas, e aplicadas com base no valor total atualizado do contrato;

14.4.2. Considera-se, para fins de aplicação da penalidade de multa, como valor total atualizado do contrato aquele total inicial atualizado pelo IGP-DI (FGV), ou, na sua ausência, por aquele que vier a substituí-lo, no período compreendido entre o mês da apresentação da proposta até o mês anterior ao fato que ensejou a penalidade.

14.5. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão nº. 058/2018 e seus anexos, bem como a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

15.2. Fica eleito foro da Comarca de Itaboraí para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

15.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 3.931/01, atualizados, e demais normas aplicáveis.

15.4. E por estarem assim justos e acordados, firmam a presente Ata de Registro de Preços, em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito legal, perante as testemunhas do ato, que este também subscrevem.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DIVULGAÇÃO**

16.1. A Publicação de Ata de Registro de Preços será feita em Imprensa Oficial do Município, e será providenciado pelo CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Tanguá, 10 de outubro de 2018.

**CONTRATANTE:**  
**MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL**  
**Secretário Municipal de Saúde**

**CONTRATADA:**  
**MÁRCIO SAMARY MACHADO**  
**Representante**

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 015/2018 - PROCESSO 1719/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2018

EMPRESA: ECO 805 COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS LTDA  
CNPJ: 39.548.763/0001-07

ANEXO ARP 015/2018

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
17	600	UN	Flanela fabricada em algodão nas medidas aproximadas em 30x40cm.	PETAM	R\$ 1,90	R\$ 1.140,00
25	100	UN	Pá para lixo, base coletora em plástico, com cabo em madeira medindo aproximadamente 50	S. JOÃO	R\$ 8,67	R\$ 867,00



31	816	UN	Sabão em pó, biodegradável-caixa de papelão ou pacote plástico original do fabricante, peso líquido: 1kg	Ype	R\$ 5,82	R\$ 4.749,12
41	20	PT	Touca descartável, com elástico duplo, na cor branca.-Fabricada em 100% polipropileno, ajustável a qualquer tamanho de cabeça, não estéril, tamanho aproximado de 19cm. Acondicionada em embalagem com 100 unidades.-	NOBRE	R\$ 11,46	R\$ 229,20
45	120	UN	Vassoura MOP úmido, cerdas em algodão, parte inferior com 20 cm de largura aproximadamente, cabo retrátil com 1,40 cm em média, cor azul	S.JOÃO	R\$ 70,00	R\$ 8.400,00
TOTAL GERAL						R\$ 15.385,32

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2018

Aos 19 (dezenove) dias de julho de 2018, A Prefeitura Municipal de Tanguá, situa-da na Rua Vereador Manoel de Macedo nº 680 – Centro - Tanguá, doravante designa-da CONTRATANTE, representada neste ato por seu Secretário Municipal de Saúde, o senhor MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 5254343-7 emitida pelo CRM-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 961.371.507-04, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no Pregão nº 058/2018, oriunda do processo administrativo nº 1719/2017, RESOLVE, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, dos Decretos nº 3.555/2000, 3.931/2001, e das demais normas legais aplicáveis, REGISTRAR OS PREÇOS, para eventual aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene Pessoal Para a Rede Municipal de Saúde, da empresa cujo forneci-mento foi adjudicado na licitação, doravante designada CONTRATADA, em conformidade com o Edital do Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORNECEDORA

1.1. FOCCU’S COMERCIAL EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 09.644.575/0001-11, estabelecida à Avenida Assunção, 706 – sala 06 - Centro – Cabo Frio – Rio de Janeiro/RJ, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pela SR. Paulo Roberto de Oliveira Porto Junior, portador da carteira de identidade nº 08299751-1 DETRAN-RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.026.377-04, residente e domiciliada na Avenida dos Pescadores, S/N, Lote 38, Quadra 23, Casa 12 – Ogiva – Cabo Frio - RJ, Representante legalmente pela mesma.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Limpeza e Higiene Pessoal Para a Rede Municipal de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1. Os preços ofertados pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Pre-ços são os constantes da planilha de preços anexa no valor total de R\$ 166.049,04 (cento e sessenta e seis mil, quarenta e nove reais e quatro centavos), obedecida a classificação no REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 058/2018, es-pecificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, constante às fls. 355/356.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE

4.2. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

4.3. A vigência da presente Ata não obriga a Secretaria Municipal de Saúde, a firmar contratações.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde será o Órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quan-titativos a serem contratados.

5.2. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados por esta Secretaria e a empresa detentora desta Ata estejam de acordo.

CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, cabe-rá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

6.1.1. Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

6.1.2. Observar, durante a vigência da presente Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou do-cumentos vencidos;

6.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

6.1.4. Consultar a empresa registrada quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

6.1.5. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO

7.1. Para a contratação será emitida Nota de Empenho em favor da empresa CON-TRATADA, que deverá especificar a quantidade de cada material solicitado, respeitado o estabelecido no Termo de Referência.

7.2. Será exigido da CONTRATADA o cumprimento de todas as exigências relativas à prestação de serviços estabelecidas no Edital do Pregão nº 058/2018, no seu Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, que integrarão a Nota de Empenho inde-pendentemente de transcrição.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

8.1.1. Cumprir fielmente as cláusulas desta Ata;

8.1.2. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto desta Ata;

8.1.3. Zelar pelo bom andamento da presente Ata, dirimindo dúvidas porventura exis-tentes, através do servidor que vier a ser designado Fiscal da Ata;

8.1.4. Relacionar-se com a CONTRATADA através de servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, o(s) qual(is) acompanhará(arão) e fiscalizará(arão) a execução do obje-to contratado, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabi-lidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas;

8.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma e no prazo estabelecidos na Ata.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA obriga-se a:

9.1.1. Executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabeleci-das nesta Ata de Registro de Preços, no Edital do Pregão Presencial nº. 058/2018 e em seus anexos;

9.1.2. Manter todas as condições de habilitação durante o prazo de vigência da Ata;

9.1.3. Responder, independentemente da fiscalização e do acompanhamento pela CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados, direta ou indire-tamente, a esta Municipalidade, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução



do objeto desta Ata;

9.1.4. Responsabilizar-se, integralmente, pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, prestando-os de acordo com as especificações e os prazos constantes do Edital do Pregão Presencial nº. 058/2018;

9.1.5. Responsabilizar-se pela imediata substituição/resolução, quando constatado qualquer problema no serviço prestado;

9.1.6. Responsabilizar-se, integralmente, pelos seus empregados envolvidos na execução do objeto do contrato, arcando com todos os custos, salários, transporte, refeição, verbas legais, trabalhistas, fundiárias ou de qualquer natureza, nos termos da legislação vigente, prestando-lhe imediato socorro em caso de mal estar ou assemelhado;

9.1.7. Fornecer seus empregados envolvidos na execução do objeto da contratação todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) que se fizerem necessários, FISCALIZANDO-LHES o uso;

9.1.8. Designar preposto dentre os funcionários destacados para o fornecimento, apto a representar a CONTRATADA e com poderes suficientes para prestar e receber esclarecimentos;

9.1.9. É vedado à CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, as obrigações da presente Ata, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

## **CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO DA EXECUÇÃO**

10.1. A execução do serviço se dará após emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento expedida pela SEMS, tendo a empresa até 07 (sete) dias para o início da entrega dos materiais.

10.2. Os materiais serão entregues conforme solicitação e indicação dos locais feitos pela Secretaria Municipal de Saúde de Tanguá.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO**

11.1. O documento fiscal correspondente da prestação do serviço deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Tanguá.

11.1.1. O documento de cobrança deverá ser emitido em nome da Prefeitura Municipal de Tanguá, CNPJ nº 01.612.089/00010-00, devidamente discriminado, sem emendas ou rasuras, contendo todos os dados da Nota de Empenho, fazendo menção expressa ao número desta. Após a entrega, o documento de cobrança será conferido e atestado pela Contratante.

11.1.2. Todos os tributos e contribuições incidentes sobre a aquisição dos serviços deverão estar incluídos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente aquela pertinente aos órgãos públicos federais.

11.2. O pagamento será efetuado à CONTRATADA

em até 30 (trinta) dias contados da execução do objeto contratado, mediante o ateste da Nota Fiscal por servidor designado, comprovando que as informações nela contidas estão corretas, bem como de que objeto contratado foi executado de acordo com as especificações do edital e seus anexos. No caso de qualquer falta ou incorreção, tal prazo será interrompido.

11.3. A emissão da Nota de Empenho e o pagamento ocorrerão desde que comprovada a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), bem como comprovação de quitação dos tributos Municipais, por meio das respectivas certidões;

11.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero e o respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

11.5. No caso de empresa optante pelo “Simples Nacional”, deverá essa, ainda, providenciar declaração na forma do art. 4o, da IN 480 da Receita Federal, em duas vias originais, devidamente assinadas por seu representante legal, em papel timbrado da empresa, com carimbo da mesma e com seu CNPJ, bem como o extrato do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS relativo ao mês imediatamente anterior à emissão da nota fiscal, como condição para liberação do pagamento;

11.6. Serão retidos pela CONTRATANTE os impostos e contribuições conforme disposto na Lei nº 9.430/96, regulamentada pela IN/SRF/STN/SFC Nº 480, de 15/12/2004, atualizada, salvo se a licitante vencedora estiver dentre as exceções apontadas nos referidos atos normativos.

11.7. O valor a ser depositado pela CONTRATANTE será líquido, ou seja, após as retenções tributárias previstas na legislação pertinente.

11.8. A CONTRATADA enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 3º, bem como amparada por medida judicial constante do art. 30, ambos da Instrução Normativa SRF nº 480/2004, deverão apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

11.9. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura Municipal de Tanguá e

a Secretaria Municipal de Saúde por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

11.10. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

11.11. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, a CONTRATANTE poderá deduzi-la do valor a ser pago à CONTRATADA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO**

12.1. O registro da CONTRATADA poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa e mediante despacho da autoridade competente da Secretaria Municipal de Saúde:

12.1.1. A pedido quando:

a) comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

12.1.2. Por iniciativa desta Municipalidade, quando:

a) a contratada não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) a contratada perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) houver razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

d) a contratada não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) a contratada não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

12.1.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, esta Municipalidade fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais participantes a nova ordem de registro.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará as consequências dos artigos 77 a 80 da lei 8.666/93, bem como do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e do artigo 14 do Anexo I do Decreto 3.555/2000.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES**

14.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

14.2. De acordo com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA:

a) advertência formal, na ocorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total atualizado da Ata, a critério da CONTRATANTE, na ocorrência de atraso injustificado na execução de quaisquer obrigações, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado até a data da efetiva execução, limitado a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado, conforme o caso, descumprimento parcial ou total da obrigação;

c) multa penal de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial da contratação;

d) multa penal de 30% (trinta por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a CONTRATADA der causa à inexecução total da contratação;

e) multa compensatória do valor integral e atualizado, comprovado, incluindo-se custos diretos e indiretos, do prejuízo causado pela CONTRATADA à Municipalidade ou a terceiros;

f) impedimento de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo que a CONTRATANTE fixar, obedecidos os limites previstos no artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 ou, quando for o caso, no artigo 7º da Lei 10.520/2 002, que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a habilitação e/ou contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata, e demais cominações legais;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. As multas estabelecidas nos itens “b” e “c” serão majoradas em 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de reincidência da CONTRATADA.

14.4. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA ou serão pagas mediante recolhimento de Tributos, cujo comprovante deverá ser apresentado à CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, serão cobradas judicialmente. Sobre as multas incidirão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, em caso de atraso no recolhimento.

14.4.1. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima enumeradas, e aplicadas com base no valor total atualizado do contrato;

14.4.2. Considera-se, para fins de aplicação da penalidade de multa, como valor total atualizado do contrato aquele total inicial atualizado pelo IGP-DI (FGV), ou, na sua ausência, por aquele que vier a substituí-lo, no período compreendido entre o mês da apresentação da proposta até o mês anterior ao fato que ensejou a penalidade.

14.5. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão nº. 058/2018 e seus anexos, bem como a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

15.2. Fica eleito foro da Comarca de Itaboraí para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

15.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 3.931/01, atualizados, e demais normas aplicáveis.

15.4. E por estarem assim justos e acordados, firmam a presente Ata de Registro de Preços, em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito legal, perante as testemunhas do ato, que este também subscrevem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DIVULGAÇÃO

16.1. A Publicação de Ata de Registro de Preços será feita em Imprensa Oficial do Município, e será providenciado pelo CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Tanguá, 10 de outubro de 2018.

CONTRATANTE:

MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA PORTO JUNIOR

Representante

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

RG:

RG:

CPF:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/2018 - PROCESSO 1719/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2018

EMPRESA: FOCCU'S COMERCIAL EIRELI  
CNPJ: 09.644.575/0001-11

ANEXO ARP 016/2018

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	252	UN	Balde de plástico confeccionado em polietileno de alta densidade.-Com capacidade de 20 litros e alça de metal.	PLASVALE	R\$ 10,64	R\$ 2.681,28
2	350	GL	Cera líquida, incolor, em embalagem plástica de 5 litros.-Galão contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	BRY	R\$ 23,95	R\$ 8.382,50
4	4.592	PT	Copo descartável, fabricado em resina termoplástica, na cor branca, capacidade de 200 ml.-A embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência e quantidade em conformidade com a NBR 14865 e NBR 13230 da ABNT. Embalagem com 100 unidades.	COPOSUL	R\$ 2,90	R\$ 13.316,80
5	928	PT	Copo descartável, fabricado em resina termoplástica, na cor branca, capacidade de 50 ml.-A embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência e quantidade em conformidade com a NBR 14865 e NBR 13230 da ABNT. Embalagem com 100 unidades.	COPOSUL	R\$ 1,28	R\$ 1.187,84
8	1.736,00	UN	Desodorizante em pedra,utilização em vaso sanitário, tipo pedra 40G.	GOTA	R\$ 1,18	R\$ 2.048,48
9	1.372,00	FR	Desinfetante liquido, fragrância de pinho, para uso geral, ação bacteriana e germicida. Embalagem plástica com 2 litros,-com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.	TRIEX	R\$ 3,80	R\$ 5.213,60



10	1.322,00	UN	Detergente líquido neutro, concentrado, inodoro, com excelente ação desengordurante biodegradável.-Embalagem plástica com 500 ml, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.	MINUANO	R\$ 1,44	R\$ 1.903,68
11	128	UN	Dispenser para papel (porta papel toalha) para acondicionar papel toalha de 03 dobras de 26x23cm.-Fabricado em material plástico,na cor branca, afiação em parede por meio de parafusos ou de fita adesiva dupla face, capacidade para aproximadamente 500 folhas, visor frontal em plástico transparente, abertura frontal por meio de botões ou chave específica.	C.VELOX	R\$ 49,80	R\$ 6.374,40
12	156	UN	Dispenser para sabonete líquido cremoso / álcool gel.-Fabricado em plástico, com abertura frontal por meio de chave. Acionamento por meio de botão plástico com mola interna em metal; recipiente interno em plástico translúcido, capacidade de 800ml. Afiação na parede por meio de parafusos ou fita adesiva dupla face	C.VELOX	R\$ 38,90	R\$ 6.068,40
13	250	CX	Embalagem de alumínio, tipo marmita descartável, para acondicionamento de refeições.-Tamanho 08; formato redondo; caixa com 100 unidades.	BOREDA	R\$ 39,50	R\$ 9.875,00
19	716	GL	Hipoclorito de sódio para uso hospitalar. Concentração 1 %. Galão de 5 litros.	CICLOFARMA	R\$ 8,35	R\$ 5.978,60
20	720	UN	Limpador instantâneo multiuso, para limpeza geral. Embalagem plástica com 500 ml, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.	LUAR	R\$ 3,72	R\$ 2.678,40
21	720	UN	Lustra móvel, fragrância de lavanda, frasco de 500 ml. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	BRY	R\$ 4,85	R\$ 3.492,00
22	248	PR	Luva de borracha látex resistente, na cor amarela, com formato anatômico e textura antiderrapante na palma da mão, tamanho grande. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante.	DANNY	R\$ 4,30	R\$ 1.066,40
23	248	PR	Luva de borracha látex resistente, na cor amarela-com formato anatômico e textura antiderrapante na palma da mão, tamanho médio. Embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	DANNY	R\$ 4,30	R\$ 1.066,40
24	300	UN	Multi-inseticida, tipo spray, frasco de 300ml no mínimo, não contendo CFC.-Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde.	MAT	R\$ 12,35	R\$ 3.705,00
27	2.280	PT	Papel higiênico, branco, foha simples, não reciclado, picotado, grofado, neutro, pacote com 4 rolos de 30m x 10cm.	LIVY	R\$ 1,72	R\$ 3.921,60
28	1.800,00	PT	Papel toalha, na cor branca, multifolhado, material celulose - (100 fibras naturais)- Medindo aproximadamente 22cm x 19cm cada folha, pacote com 1000 folhas picotadas, macios e absorvente, aplicação em cozinha.	MAGI	R\$ 14,40	R\$ 25.920,00
29	124	UN	Rodo com cepa de madeira, medindo 60cm de comprimento, borracha dupla com espessura 5mm-aproximadamente; cabo de madeira plastificado, rosqueável com 1,20 de comprimento.	VASSORAMA	R\$ 15,79	R\$ 1.957,96
33	800,00	UN	Sabonete líquido, para mãos, refil de 800ml, para uso geral.-Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	PREMISSE	R\$ 5,70	R\$ 4.560,00
34	1.458,00	UN	Saco alvejado em tecido liso, duplo, costurado-Tamanho médio medindo aproximadamente 45 x 65cm.	TATILANE	R\$ 3,35	R\$ 4.884,30

35	150	PT	Saco para acondicionamento de resíduos sólidos hospitalares / infectantes, constituído de polietileno de alta densidade (PEAD) virgem, na cor branca, cuja capacidade é de 100 litros.- A solda de fundo é de tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9110. Produto compatível com os padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). Embalagem com 100 unidades, com dados de identificação do produto, marca do fabricante.	IMUNOASSAY	R\$ 50,80	R\$ 7.620,00
36	100	PT	Saco para acondicionamento de resíduos sólidos hospitalares / infectantes, constituído de polietileno de alta densidade (PEAD) virgem, na cor branca, cuja capacidade é de 200 litros.- A solda de fundo é de tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9110. Produto compatível com os padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). Embalagem com 100 unidades, com dados de identificação do produto, marca do fabricante.	IMUNOASSAY	R\$ 80,95	R\$ 8.095,00
37	240	PT	Saco para acondicionamento de resíduos sólidos hospitalares / infectantes, constituído de polietileno de alta densidade (PEAD) virgem, na cor branca, cuja capacidade é de 50 litros.-A solda de fundo é de tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9110. Produto compatível com os padrões da ABNT e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). Embalagem com 100 unidades, com dados de identificação do produto, marca do fabricante.-	IMUNOASSAY	R\$ 34,80	R\$ 8.352,00
38	150	PT	Saco plástico para lixo, com capacidade de 100 litros, na cor preta.-Fabricado em polietileno, conforme norma NBR 9110. Embalagem original do fabricante com 100 unidades.	MOLDULAR	R\$ 35,55	R\$ 5.332,50
39	100	PT	Saco plástico para lixo, com capacidade de 200 litros, na cor preta.-Fabricado em polietileno, conforme norma NBR 9110. Embalagem original do fabricante com 100 unidades.-	MOLDULAR	R\$ 51,60	R\$ 5.160,00
40	120	PT	Saco plástico para lixo, com capacidade de 60 litros, na cor preta, conforme norma NBR 9110.- Fabricado em polietileno. Embalagem original do fabricante com 100 unidades.-	MOLDULAR	R\$ 27,45	R\$ 3.294,00
42	146	UN	Vassoura com cerdas de pêlo sintético, tipo doméstico, com base de 60 cm, com cabo de madeira, medindo 1,20m de comprimento.-	VASSORAMA	R\$ 32,00	R\$ 4.672,00
43	146	UN	Vassoura de piaçava, 16 tufo e cabo de madeira com 1,20m de comprimento.	VASSORAMA	R\$ 18,05	R\$ 2.635,30
44	120	UN	Vassoura MOP seco, cerdas em microfibra, parte inferior com 40 cm de largura aproximadamente, cabo retrátil com 1,40 cm em média, cor azul	FLASH LIMP	R\$ 38,38	R\$ 4.605,60
TOTAL GERAL						R\$ 166.049,04

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2018

Aos 20 vinte dias do mês de julho de 2018, A Prefeitura Municipal de Tanguá, situada na Rua Vereador Manoel de Macedo nº 680 – Centro - Tanguá, doravante designada CONTRATANTE, representada neste ato por seu Secretário Municipal de Saúde, o se-



nhor MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 5254343-7 emitida pelo CRM-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 961.371.507-04, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no Pregão nº 060/2018, oriunda do processo administrativo nº 1035/2017, RESOLVE, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, dos Decretos nº 3.555/2000, 3.931/2001, e das demais normas legais aplicáveis, REGISTRAR OS PREÇOS, para eventual aquisição de Materiais de Escritório e Papelaria Para a Rede Municipal de Saúde, da empresa cujo fornecimento foi adjudicado na licitação, doravante designada CONTRATADA, em conformidade com o Edital do Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORNECEDORA**

1.1. ECO 805 COMPERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 39.548.763/0001-07, estabelecida à Rua Coronel Gomes Machado 165/201sl – Centro – Niterói - RJ, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Márcio Samary Machado, portador da carteira de identidade nº 09804589-1 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 032.148.517-30, residente e domiciliado à Praia de Icaraí, nº 395 – apto 203, – Icaraí – Niterói - RJ, Representante legalmente pela mesma.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

2.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Escritório e Papelaria Para a Rede Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1. Os preços ofertados pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa no valor total de R\$ 18.141,84 (dezoito mil, cento e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos), obedecida a classificação no REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 060/2018, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, constante às fls. 473/474.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE**

4.2. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

4.3. A vigência da presente Ata não obriga a Secretaria Municipal de Saúde, a firmar contratações.

**CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde será o Órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados.

5.2. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados por

esta Secretaria e a empresa detentora desta Ata estejam de acordo.

**CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

- 6.1.1. Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;
- 6.1.2. Observar, durante a vigência da presente Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;
- 6.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- 6.1.4. Consultar a empresa registrada quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;
- 6.1.5. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Para a contratação será emitida Nota de Empenho em favor da empresa CONTRATADA, que deverá especificar a quantidade de cada material solicitado, respeitado o estabelecido no Termo de Referência.

7.2. Será exigido da CONTRATADA o cumprimento de todas as exigências relativas à prestação de serviços estabelecidas no Edital do Pregão nº 060/2018, no seu Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, que integrarão a Nota de Empenho independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

- 8.1.1. Cumprir fielmente as cláusulas desta Ata;
- 8.1.2. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto desta Ata;
- 8.1.3. Zelar pelo bom andamento da presente Ata, dirimindo dúvidas porventura existentes, através do servidor que vier a ser designado Fiscal da Ata;
- 8.1.4. Relacionar-se com a CONTRATADA através de servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, o(s) qual(is) acompanhará(arão) e fiscalizará(arão) a execução do objeto contratado, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências

de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas;

8.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma e no prazo estabelecidos na Ata.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- 9.1.1. Executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital do Pregão Presencial nº. 060/2018 e em seus anexos;
- 9.1.2. Manter todas as condições de habilitação durante o prazo de vigência da Ata;
- 9.1.3. Responder, independentemente da fiscalização e do acompanhamento pela CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados, direta ou indiretamente, a esta Municipalidade, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto desta Ata;
- 9.1.4. Responsabilizar-se, integralmente, pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, prestando-os de acordo com as especificações e os prazos constantes do Edital do Pregão Presencial nº. 060/2018;
- 9.1.5. Responsabilizar-se pela imediata substituição/resolução, quando constatado qualquer problema no serviço prestado;
- 9.1.6. Responsabilizar-se, integralmente, pelos seus empregados envolvidos na execução do objeto do contrato, arcando com todos os custos, salários, transporte, refeição, verbas legais, trabalhistas, fundiárias ou de qualquer natureza, nos termos da legislação vigente, prestando-lhe imediato socorro em caso de mal estar ou assemelhado;
- 9.1.7. Fornecer seus empregados envolvidos na execução do objeto da contratação todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) que se fizerem necessários, FISCALIZANDO-LHES o uso;
- 9.1.8. Designar preposto dentre os funcionários destacados para o fornecimento, apto a representar a CONTRATADA e com poderes suficientes para prestar e receber esclarecimentos;
- 9.1.9. É vedado à CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, as obrigações da presente Ata, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

**CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO DA EXECUÇÃO**

10.1. A execução do serviço se dará após emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento expedida pela SEMS, tendo a empresa até 07 (sete) dias para o

início da entrega dos materiais.

10.2. Os materiais serão entregues conforme solicitação e indicação dos locais feitos pela Secretaria Municipal de Saúde de Tanguá.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO**

11.1. O documento fiscal correspondente da prestação do serviço deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Tanguá.

11.1.1. O documento de cobrança deverá ser emitido em nome da Prefeitura Municipal de Tanguá, CNPJ nº 01.612.089/00010-00, devidamente discriminado, sem emendas ou rasuras, contendo todos os dados da Nota de Empenho, fazendo menção expressa ao número desta. Após a entrega, o documento de cobrança será conferido e atestado pela Contratante.

11.1.2. Todos os tributos e contribuições incidentes sobre a aquisição dos serviços deverão estar incluídos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente aquela pertinente aos órgãos públicos federais.

11.2. O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até 30 (trinta) dias contados da execução do objeto contratado, mediante o ateste da Nota Fiscal por servidor designado, comprovando que as informações nela contidas estão corretas, bem como de que objeto contratado foi executado de acordo com as especificações do edital e seus anexos. No caso de qualquer falta ou incorreção, tal prazo será interrompido.

11.3. A emissão da Nota de Empenho e o pagamento ocorrerão desde que comprovada a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), bem como comprovação de quitação dos tributos Municipais, por meio das respectivas certidões;

11.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero e o respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

11.5. No caso de empresa optante pelo “Simples Nacional”, deverá essa, ainda, providenciar declaração na forma do art. 4o, da IN 480 da Receita Federal, em duas vias originais, devidamente assinadas por seu representante legal, em papel timbrado da empresa, com carimbo da mesma e com seu CNPJ, bem como o extrato do Docu-

mento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS relativo ao mês imediatamente anterior à emissão da nota fiscal, como condição para liberação do pagamento;

11.6. Serão retidos pela CONTRATANTE os impostos e contribuições conforme disposto na Lei nº 9.430/96, regulamentada pela IN/SRF/STN/SFC Nº 480, de 15/12/2004, atualizada, salvo se a licitante vencedora estiver dentre as exceções apontadas nos referidos atos normativos.

11.7. O valor a ser depositado pela CONTRATANTE será líquido, ou seja, após as retenções tributárias previstas na legislação pertinente.

11.8. A CONTRATADA enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 3º, bem como amparada por medida judicial constante do art. 30, ambos da Instrução Normativa SRF nº 480/2004, deverão apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

11.9. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura Municipal de Tanguá e a Secretaria Municipal de Saúde por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

11.10. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

11.11. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, a CONTRATANTE poderá deduzi-la do valor a ser pago à CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO**

12.1. O registro da CONTRATADA poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa e mediante despacho da autoridade competente da Secretaria Municipal de Saúde:

12.1.1. A pedido quando:

a) comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecuível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

12.1.2. Por iniciativa desta Municipalidade, quando:

a) a contratada não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

ção ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) houver razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

d) a contratada não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) a contratada não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

12.1.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, esta Municipalidade fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais participantes a nova ordem de registro.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará as consequências dos artigos 77 a 80 da lei 8.666/93, bem como do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e do artigo 14 do Anexo I do Decreto 3.555/2000.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

14.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

14.2. De acordo com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA:

a) advertência formal, na ocorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total atualizado da Ata, a critério da CONTRATANTE, na ocorrência de atraso injustificado na execução de quaisquer obrigações, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado até a data da efetiva execução, limitado a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado, conforme o caso, descumprimento parcial ou total da obrigação;

c) multa penal de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial da contratação;

d) multa penal de 30% (trinta por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a CONTRATADA der causa à inexecução total da contratação;

e) multa compensatória do valor integral e atualizado, comprovado, incluindo-se custos diretos e indiretos, do prejuízo causado pela CONTRATADA à Municipalidade ou a terceiros;

f) impedimento de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo que a CONTRATANTE fixar, obedecidos



os limites previstos no artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 ou, quando for o caso, no artigo 7º da Lei 10.520/2 002, que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a habilitação e/ou contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata, e demais cominações legais;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. As multas estabelecidas nos itens “b” e “c” serão majoradas em 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de reincidência da CONTRATADA.

14.4. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA ou serão pagas mediante recolhimento de Tributos, cujo comprovante deverá ser apresentado à CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, serão cobradas judicialmente. Sobre as multas incidirão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, em caso de atraso no recolhimento.

14.4.1. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima enumeradas, e aplicadas com base no valor total atualizado do contrato;

14.4.2. Considera-se, para fins de aplicação da penalidade de multa, como valor total atualizado do contrato aquele total inicial atualizado pelo IGP-DI (FGV), ou, na sua ausência, por aquele que vier a substituí-lo, no período compreendido entre o mês da apresentação da proposta até o mês anterior ao fato que ensejou a penalidade.

14.5. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão nº. 060/2018 e seus anexos, bem como a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

15.2. Fica eleito foro da Comarca de Itaboraí para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

15.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 3.931/01, atualizados, e demais normas aplicáveis.

15.4. E por estarem assim justos e acordados, firmam a presente Ata de Registro de Preços, em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito legal, perante as testemunhas do ato, que este também subscrevem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DIVULGAÇÃO

16.1. A Publicação de Ata de Registro de Preços será feita em Imprensa Oficial do Município, e será providenciado pelo CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Tanguá, 10 de outubro de 2018.

CONTRATANTE:  
  
MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL  
  
Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:  
  
MÁRCIO SAMARY MACHADO  
  
Representante

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_  
  
RG: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 017/2018 - PROCESSO 1035/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2018

EMPRESA: ECO 805 COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP  
CNPJ: 39.548.763/0001-07

ANEXO ARP 017/2018

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
002	48	UNID	Almofada para carimbo, nº3, na cor azul	GENIAL	5,20	249,60
003	48	UNID	Almofada para carimbo, nº3, na cor preta, medidas aproximadas: 7x11cm.	GENIAL	5,20	249,60
004	24	UNID	Almofada para carimbo, nº3, na cor vermelha, medidas aproximadas: 7x11cm.	GENIAL	5,20	124,80
014	60	UNID	Calculadora eletrônica 8 dígitos, alimentação solar e bateria 1xAA; função raiz quadrada, porcentagem, tecla memória. Assistência técnica em todo Brasil e garantia de 1 ano.	SHENG	10,00	600,00
024	120	UNID	Cartolina dupla face, cor amarela, 150gr, medindo aproximadamente 50 x 70cm, gm2, umidade tolerável 4,5%, alvura 90%	KIT	1,20	144,00
025	120	UNID	Cartolina dupla face, cor azul, 150gr, medindo aproximadamente 50 x 70cm, gm2, umidade tolerável 4,5%, alvura 90%	KIT	1,20	144,00
026	120	UNID	Cartolina dupla face, cor branca, 150gr, medindo aproximadamente 50 x 70cm, gm2, umidade tolerável 4,5%, alvura 90%	KIT	1,20	144,00
027	120	UNID	Cartolina dupla face, cor rosa, 150gr, medindo aproximadamente 50 x 70cm, gm2, umidade tolerável 4,5%, alvura 90%	KIT	1,20	144,00
028	120	UNID	Cartolina dupla face, cor verde, 150gr, medindo aproximadamente 50 x 70cm, gm2, umidade tolerável 4,5%, alvura 90%	KIT	1,20	144,00
029	120	UNID	Cartolina dupla face, cor vermelha, 150gr, medindo aproximadamente 50 x 70cm, gm2, umidade tolerável 4,5%, alvura 90%	KIT	1,00	120,00
052	60	UNID	Estilete, em corpo plástico, com lâmina inoxidável larga, medindo 11 x 1,8 cm, graduável e com trava de segurança.	KIT	2,50	150,00
057	120	UNID	Fita adesiva, transparente, monoface, multiuso, 50 mm x50 mm.	ADELBRAS	4,00	480,00
058	24	UNID	Fita corretiva, de alta qualidade, na cor branca, tipo speedy, correção a seco, micro tape, tampa twist protetora para a fita, medindo 4,2mm x 5 m, com mecanismo anti-travamento, produto atóxico, secagem instantânea, cobertura de 100% da tinta em única passagem da fita, embalagem na cor azul fosco, invisível em fotocópias.	ADELBRAS	8,17	196,08
059	12	CX	Formulário Contínuo 80 colunas 1 via, cor branco, caixa com 3 mil folhas, 63 g/m2, microsserrilhado.	FORONI	155,20	1.862,40
060	48	CAIXA	Grafite para lapiseira, 0.7mm, 2B, escrita macia, mima polimerizada de alta flexibilidade, para qualquer lapiseira. Traço preciso e fácil de apagar, tubo com 12 unidades.	LEONORA	1,15	55,20
061	48	CAIXA	Grafite para lapiseira, 0.9mm, 2B, escrita macia, mima polimerizada de alta flexibilidade, para qualquer lapiseira. Traço preciso e fácil de apagar, tubo com 12 unidades.	LEONORA	1,35	64,80





065	48	UNID	Lapiseira, 0,9 corpo de metal, em cores sortidas, com prendedor em metal, borracha apagadora.	LEONORA	8,50	408,00
ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
066	48	UNID	Lapiseira, 0,7 corpo de metal, em cores sortidas, com prendedor em metal, borracha apagadora.	LEONORA	7,50	360,00
071	24	KT	Massa de modelar 12 cores, 180 grs, não tóxica, não manchaas mãos, não endurece, pode ser reaproveitada, composição: ceras, pigmentos e carga. Deve possuir selo do Inmetro.	KIT	6,30	151,20
072	60	UNID	Palito de Bambu, bitola aproximada de 4,5mm, tamanho aproximado de 30cm, sem ferpa, sem ponta, acondicionado em pacote com 500 unidades.	ISM	4,50	270,00
073	24	PT	Palito para sorvete em madeira, ponta redonda, pacote com 100 unidades.	LSM	4,80	115,20
082	36	CX	Papel carbono, tamanho A4, caixa com 50 folhas.	FORONI	23,00	828,00
089	120	UNID	Papel celofane, amarelo, tamanho 70 x 90cm.	VMP	1,30	156,00
090	120	UNID	Papel celofane, azul, tamanho 70 x 90cm.	VMP	1,30	156,00
091	120	UNID	Papel celofane, branco, tamanho 70 x 90cm.	VMP	1,30	156,00
092	120	UNID	Papel celofane, rosa, tamanho 70 x 90cm.	VMP	1,30	156,00
093	120	UNID	Papel celofane, verde, tamanho 70 x 90cm.	VMP	1,30	156,00
094	120	UNID	Papel celofane, vermelho, tamanho 70 x 90cm.	VMP	1,30	156,00
095	12	CX	Papel com superfície vergê, textura marca d'agua lembrando papel artesanal antigo confeccionado com telas de bambu, para impressão em fotocopiadoras, impressoras laser, off-set e jato de tinta, A4 (210 x 297mm), 180g/m², em embalagem plástica, tipo pasta, para conservação do papel, contendo 50 folhas, na cor madrepérola creme.	VMP	21,00	252,00
096	12	CX	Papel com superfície vergê, textura marca d'agua lembrando papel artesanal antigo confeccionado com telas de bambu, para impressão em fotocopiadoras, impressoras laser, off-set e jato de tinta, A4 (210 x 297mm), 180g/m², em embalagem plástica, tipo pasta, para conservação do papel, contendo 50 folhas, na cor branca.	VMP	21,00	252,00
097	12	CX	Papel com superfície vergê, textura marca d'agua lembrando papel artesanal antigo confeccionado com telas de bambu, para impressão em fotocopiadoras, impressoras laser, off-set e jato de tinta, A4 (210 x 297mm), 180g/m², em embalagem plástica, tipo pasta, para conservação do papel, contendo 50 folhas, na cor azul.	VMP	21,00	252,00
098	12	CX	Papel com superfície vergê, textura marca d'agua lembrando papel artesanal antigo confeccionado com telas de bambu, para impressão em fotocopiadoras, impressoras laser, off-set e jato de tinta, A4 (210 x 297mm), 180g/m², em embalagem plástica, tipo pasta, para conservação do papel, contendo 50 folhas, na cor verde.	VMP	21,00	252,00
099	120	RS	Papel Ofício, 315 x 215 mm, 75g/m², alcalino, ultra branco, 100% celulose de eucalipto, acabamento superficial homogêneo, para reprodução, impressão e escrita, embalagem de proteção impermeável original, contendo as informações do fabricante na embalagem. Embalagem contendo 500 folhas.	CHAMEX	36,86	4.423,20
122	36	PT	Pilha alcalina, AAA, ultra, longa duração, embalagem c/04 unidades.	DURACEL	16,50	594,00
123	36	PT	Pilha alcalina, C, ultra, longa duração, embalagem c/02 unidades.	DURACEL	17,46	628,56

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
131	24	CX	Reforço plástico autoadesivo, para pastas e fichários, 13mm, transparente, caixa contendo 200 unidades.	VMP	5,80	139,20
133	480	UNID	Saco plástico para pasta catálogo em PEBD (polietileno em baixa densidade), 04 furos, medindo 24cm x 33cm, espessura 08, incolor.	WALEU	0,45	216,00
135	60	UNID	Tinta guache - embalagem com 250 ml, amarelo.	KIT	7,00	420,00
136	60	UNID	Tinta guache - embalagem com 250 ml, azul.	KIT	7,00	420,00
137	60	UNID	Tinta guache - embalagem com 250 ml, branco.	KIT	7,00	420,00
138	60	UNID	Tinta guache - embalagem com 250 ml, preto.	KIT	7,00	420,00
139	60	UNID	Tinta guache - embalagem com 250 ml, verde.	KIT	7,00	420,00
140	60	UNID	Tinta guache - embalagem com 250 ml, vermelho.	KIT	7,00	420,00
141	48	UNID	Tinta para carimbo, 25ml, na cor azul	KIT	2,80	134,40
142	48	UNID	Tinta para carimbo, 25ml, preta	KIT	2,80	134,40
143	24	UNID	Tinta para carimbo, 25ml, vermelha	KIT	2,80	67,20
162	120	UNID	Umedecedor de dedos, em gel, pote redondo de plástico com 12g, contém glicerina e não mancha. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade	RAPH	2,80	336,00
TOTAL GERAL						18.141,84

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2018

Aos 20 vinte dias do mês de julho de 2018, A Prefeitura Municipal de Tanguá, situada na Rua Vereador Manoel de Macedo nº 680 – Centro - Tanguá, doravante designada CONTRATANTE, representada neste ato por seu Secretário Municipal de Saúde, o senhor MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 5254343-7 emitida pelo CRM-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 961.371.507-04, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no Pregão nº 060/2018, oriunda do processo administrativo nº 1035/2017, RESOLVE, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, dos Decretos nº 3.555/2000, 3.931/2001, e das demais normas legais aplicáveis, REGISTRAR OS PREÇOS, para eventual aquisição de Materiais de Escritório e Papelaria Para a Rede Municipal de Saúde, da empresa cujo fornecimento foi adjudicado na licitação, doravante designada CONTRATADA, em conformidade com o Edital do Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORNECEDORA

1.1. FOCCU'S COMERCIAL EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 09.644.575/0001-11, estabelecida à Avenida Assunção, 706 – sala 06 - Centro – Cabo Frio – Rio de Janeiro/RJ, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pela SR. Paulo Roberto de Oliveira Porto Junior, portador da carteira de identidade nº 08299751-1 DETRAN-RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 004.026.377-04, residente e domiciliada na Avenida dos Pescadores, S/N, Lote 38, Quadra 23, Casa 12 – Ogiva – Cabo Frio - RJ, Representante legalmente pela mesma.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Escritório e Papelaria Para a Rede Municipal de Saúde.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1. Os preços ofertados pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa no valor total de R\$ 237.689,40 (duzentos e trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos), obedecida a classificação no REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE PREGÃO PRE-SENCIAL nº 060/2018, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços,



constante às fls. 473/474.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE**

4.2. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

4.3. A vigência da presente Ata não obriga a Secretaria Municipal de Saúde, a firmar contratações.

**CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde será o Órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados.

5.2. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados por esta Secretaria e a empresa detentora desta Ata estejam de acordo.

**CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

6.1.1. Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

6.1.2. Observar, durante a vigência da presente Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

6.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

6.1.4. Consultar a empresa registrada quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

6.1.5. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Para a contratação será emitida Nota de Empenho em favor da empresa CONTRATADA, que deverá especificar a quantidade de cada material solicitado, respeitado o estabelecido no Termo de Referência.

7.2. Será exigido da CONTRATADA o cumprimento de todas as exigências relativas à prestação de serviços estabelecidas no Edital do Pregão nº 060/2018, no seu Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, que integrarão a Nota de Empenho independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CON-**

**TRATANTE**

8.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

8.1.1. Cumprir fielmente as cláusulas desta Ata;

8.1.2. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto desta Ata;

8.1.3. Zelar pelo bom andamento da presente Ata, dirimindo dúvidas porventura existentes, através do servidor que vier a ser designado Fiscal da Ata;

8.1.4. Relacionar-se com a CONTRATADA através de servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, o(s) qual(is) acompanhará(arão) e fiscalizará(arão) a execução do objeto contratado, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas;

8.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma e no prazo estabelecidos na Ata.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. A CONTRATADA obriga-se a:

9.1.1. Executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital do Pregão Presencial nº. 060/2018 e em seus anexos;

9.1.2. Manter todas as condições de habilitação durante o prazo de vigência da Ata;

9.1.3. Responder, independentemente da fiscalização e do acompanhamento pela CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados, direta ou indiretamente, a esta Municipalidade, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto desta Ata;

9.1.4. Responsabilizar-se, integralmente, pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, prestando-os de acordo com as especificações e os prazos constantes do Edital do Pregão Presencial nº. 060/2018;

9.1.5. Responsabilizar-se pela imediata substituição/resolução, quando constatado qualquer problema no serviço prestado;

9.1.6. Responsabilizar-se, integralmente, pelos seus empregados envolvidos na execução do objeto do contrato, arcando com todos os custos, salários, transporte, refeição, verbas legais, trabalhistas, fundiárias ou de qualquer natureza, nos termos da legislação vigente, prestando-lhe imediato socorro em caso de mal estar ou assemelhado;

9.1.7. Fornecer seus empregados envolvidos na exe-

cução do objeto da contratação todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) que se fizerem necessários, FISCALIZANDO-LHES o uso;

9.1.8. Designar preposto dentre os funcionários destacados para o fornecimento, apto a representar a CONTRATADA e com poderes suficientes para prestar e receber esclarecimentos;

9.1.9. É vedado à CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, as obrigações da presente Ata, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

**CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO DA EXECUÇÃO**

10.1. A execução do serviço se dará após emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento expedida pela SEMS, tendo a empresa até 07 (sete) dias para o início da entrega dos materiais.

10.2. Os materiais serão entregues conforme solicitação e indicação dos locais feitos pela Secretaria Municipal de Saúde de Tanguá.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO**

11.1. O documento fiscal correspondente da prestação do serviço deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Tanguá.

11.1.1. O documento de cobrança deverá ser emitido em nome da Prefeitura Municipal de Tanguá, CNPJ nº 01.612.089/00010-00, devidamente discriminado, sem emendas ou rasuras, contendo todos os dados da Nota de Empenho, fazendo menção expressa ao número desta. Após a entrega, o documento de cobrança será conferido e atestado pela Contratante.

11.1.2. Todos os tributos e contribuições incidentes sobre a aquisição dos serviços deverão estar incluídos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente aquela pertinente aos órgãos públicos federais.

11.2. O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até 30 (trinta) dias contados da execução do objeto contratado, mediante o ateste da Nota Fiscal por servidor designado, comprovando que as informações nela contidas estão corretas, bem como de que objeto contratado foi executado de acordo com as especificações do edital e seus anexos. No caso de qualquer falta ou incorreção, tal prazo será interrompido.

11.3. A emissão da Nota de Empenho e o pagamento ocorrerão desde que comprovada a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), bem como comprovação de quitação dos tributos Municipais, por meio das respectivas



certidões;

11.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero e o respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

11.5. No caso de empresa optante pelo “Simples Nacional”, deverá essa, ainda, providenciar declaração na forma do art. 4o, da IN 480 da Receita Federal, em duas vias originais, devidamente assinadas por seu representante legal, em papel timbrado da empresa, com carimbo da mesma e com seu CNPJ, bem como o extrato do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS relativo ao mês imediatamente anterior à emissão da nota fiscal, como condição para liberação do pagamento;

11.6. Serão retidos pela CONTRATANTE os impostos e contribuições conforme disposto na Lei nº 9.430/96, regulamentada pela IN/SRF/STN/SFC Nº 480, de 15/12/2004, atualizada, salvo se a licitante vencedora estiver dentre as exceções apontadas nos referidos atos normativos.

11.7. O valor a ser depositado pela CONTRATANTE será líquido, ou seja, após as retenções tributárias previstas na legislação pertinente.

11.8. A CONTRATADA enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 3º, bem como amparada por medida judicial constante do art. 30, ambos da Instrução Normativa SRF nº 480/2004, deverão apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

11.9. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura Municipal de Tanguá e a Secretaria Municipal de Saúde por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

11.10. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

11.11. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, a CONTRATANTE poderá deduzi-la do valor a ser pago à CONTRATADA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO**

12.1. O registro da CONTRATADA poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa e me-

diante despacho da autoridade competente da Secretaria Municipal de Saúde:

### **12.1.1. A pedido quando:**

a) comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

### **12.1.2. Por iniciativa desta Municipalidade, quando:**

a) a contratada não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) a contratada perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) houver razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

d) a contratada não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) a contratada não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

12.1.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, esta Municipalidade fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais participantes a nova ordem de registro.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará as consequências dos artigos 77 a 80 da lei 8.666/93, bem como do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e do artigo 14 do Anexo I do Decreto 3.555/2000.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES**

14.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

14.2. De acordo com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA:

a) advertência formal, na ocorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total atualizado da Ata, a critério da CONTRATANTE, na ocorrência de atraso injustificado na execução de quaisquer obrigações, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado até a data da efetiva execução,

limitado a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado, conforme o caso, descumprimento parcial ou total da obrigação;

c) multa penal de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial da contratação;

d) multa penal de 30% (trinta por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a CONTRATADA der causa à inexecução total da contratação;

e) multa compensatória do valor integral e atualizado, comprovado, incluindo-se custos diretos e indiretos, do prejuízo causado pela CONTRATADA à Municipalidade ou a terceiros;

f) impedimento de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo que a CONTRATANTE fixar, obedecidos os limites previstos no artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 ou, quando for o caso, no artigo 7º da Lei 10.520/2002, que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a habilitação e/ou contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata, e demais cominações legais;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. As multas estabelecidas nos itens “b” e “c” serão majoradas em 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de reincidência da CONTRATADA.

14.4. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA ou serão pagas mediante recolhimento de Tributos, cujo comprovante deverá ser apresentado à CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, serão cobradas judicialmente. Sobre as multas incidirão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, em caso de atraso no recolhimento.

14.4.1. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima enumeradas, e aplicadas com base no valor total atualizado do contrato;

14.4.2. Considera-se, para fins de aplicação da penalidade de multa, como valor total atualizado do contrato aquele total inicial atualizado pelo IGP-DI (FGV), ou, na sua ausência, por aquele que vier a substituí-lo, no período compreendido entre o mês da apresentação da proposta até o mês anterior ao fato que ensejou a penalidade.

14.5. As penalidades previstas não serão relevadas,



salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão nº. 060/2018 e seus anexos, bem como a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

15.2. Fica eleito foro da Comarca de Itaboraí para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

15.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 3.931/01, atualizados, e demais normas aplicáveis.

15.4. E por estarem assim justos e acordados, firmam a presente Ata de Registro de Preços, em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito legal, perante as testemunhas do ato, que este também subscrevem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DIVULGAÇÃO

16.1. A Publicação de Ata de Registro de Preços será feita em Imprensa Oficial do Município, e será providenciado pelo CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Tanguá, 10 de outubro de 2018.

CONTRATANTE:

MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL

Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA PORTO JUNIOR

Representante

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 018/2018 - PROCESSO 1035/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2018

EMPRESA: FOCCU'S COMERCIAL EIRELI  
CNPJ: 09.644.575/0001-11

ANEXO ARP 018/2018

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
006	480	UNID	Apontador de lápis de metal portátil com 1 furo.	KIT	0,41	196,80
008	120	BL	Bloco rascunho A4, papel branco, com pauta, 50 fls, medindo 210 x 297 cm, sendo largura e altura.	KAJOMA	2,90	348,00
010	720	UNID	Borracha apagadora, branca, sem capa, macia e suave, aplicável sobre diversos tipos de superfície e para qualquer graduação de grafite.	MERCUR	0,45	324,00
011	240	UNID	Caderno universitário, capa dura, espiral, 96 folhas, medida aproximada 140x210mm.	KAJOMA	11,50	2.760,00
012	120	UNID	Caixa arquivo morto, em plástico polionda, 140mm x 270mm x 390 mm, cor azul.	ALAPLAST	3,50	420,00
013	120	UNID	Caixa arquivo morto, papelão com forro corrugado, 140 mm x 270mm x 390 mm, parda, com visor lateral.	ARQUIVO	2,25	270,00
015	120	CX	Caneta esferográfica, cor preta, escrita média, corpo em plástico transparente, com perfuração lateral, medindo aproximadamente 130,5mm, esfera em tungstênio, caixa com 50	COMPACTOR	48,30	5.796,00

			unidades – embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.			
016	120	CX	Caneta esferográfica, cor azul, escrita média, corpo em plástico transparente, com perfuração lateral, medindo aproximadamente 130,5mm, esfera em tungstênio, caixa com 50 unidades – embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	COMPACTOR	48,30	5.796,00
017	60	CX	Caneta esferográfica, cor vermelha, escrita média, corpo em plástico transparente, com perfuração lateral, medindo aproximadamente 130,5mm, esfera em tungstênio, caixa com 50 unidades – embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	COMPACTOR	48,00	2.880,00
018	24	UNID	Caneta marca texto, largo, na cor azul, tinta fluorescente, corpo da caneta na cor azul, ponta de poliéster chanfrado, atóxico.	KIT	1,95	46,80
019	24	UNID	Caneta marca texto, largo, na cor laranja, tinta fluorescente, corpo da caneta na cor laranja, ponta de poliéster chanfrado, atóxico.	KIT	1,95	46,80
020	24	UNID	Caneta marca texto, largo, na cor verde, tinta fluorescente, corpo da caneta na cor verde, ponta de poliéster chanfrado, atóxico.	KIT	1,95	46,80
021	240	UNID	Caneta marca texto, na cor amarela, tinta fluorescente, corpo da caneta na cor amarela, ponta em poiéster chanfrado, atóxico.	KIT	1,95	468,00

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
022	24	UNID	Caneta para quadro branco, recarregável, secagem rápida, tinta inodora, com clipe, corpo e tampa de polipropileno para vida duradoura, fácil de recarregar, com caixa expositora, podendo permanecer até 48 horas destampado sem secar, ponta de traço redonda, aproximadamente 2mm, preto.	KIT	4,60	110,40
030	100	CX	Clipe, niquelado, nº 1, metal cromado, paralelo, caixa c/100 unidades	BACCHI	2,10	210,00
031	200	CX	Clipe, niquelado, nº 2, metal cromado, paralelo, caixa c/100 unidades	BACCHI	3,10	620,00
032	200	CX	Clipe, niquelado, nº 4, metal cromado, paralelo, caixa c/50 unidades	BACCHI	3,10	620,00
033	200	CX	Clipe, niquelado, nº 6, metal, cromado, paralelo, caixa c/50 unidades	BACCHI	3,10	620,00
034	240	UNID	Cola bastão, branca, 10g, para papel, instantânea.	KIT	1,45	348,00
035	48	UNID	Cola colorida, plástica, solúvel em água. Não tóxica, secagem rápida, 23g, embalagem contendo 6 unidades, com dados de identificação do produto e prazo de validade.	KIT	8,00	384,00
036	48	UNID	Cola com glitter 35g, lavável dourada, prata, vermelha, rosa, preta e branca, embalagem com 06 unidades.	KIT	11,50	552,00
037	480	UNID	Cola escolar, polivinil acetato – PVA, 90g, pastosa, branca, lavável, não tóxica.	KIT	1,90	912,00
038	120	UNID	Cola quente bastão 11,2mm x 30cm.	KIT	1,80	216,00
039	120	UNID	Cola quente bastão 7,5mm x 30cm.	KIT	0,90	108,00
040	24	CAIXA	Colchete fixação, aço, latonado, nº 14, caixa c/72 unidades	BACCHI	8,25	198,00
041	480	UNID	Corretivo líquido, à base de água, não tóxico, para correções de esferográfica, datilografia e fotocópia, conteúdo: 18ml.	KIT	2,00	960,00
048	60	PT	Elástico de borracha natural pacote com 250gr.	TEIDE	8,30	498,00
049	480	UNID	Envelope de papel Kraft , tamanho A4, 80gr, cor branca.	SCURITY	0,30	144,00
050	480	UNID	Envelope de papel Kraft, tamanho A3, 80gr, cor amarela.	SCURITY	0,35	168,00
051	480	UNID	Envelope de papel Kraft, tamanho A3, 80gr, cor amarela.	SCURITY	0,35	168,00



053	60	UNID	Extrator de grampo, aço inoxidável, tipo espátula, tratamento superficial niquelado. Tamanho aproximado 150x16mm.	CARBRINK	1,30	78,00
054	120	UNID	Fita adesiva crepe, 19 mm x 50m, multiuso, bege, monoface.	KIT	4,75	570,00
055	60	UNID	Fita adesiva crepe, 50 mm x 50m, multiuso, bege, monoface.	KIT	14,30	858,00
056	120	UNID	Fita adesiva, transparente, monoface, multiuso, 12mm x 40m.	KIT	1,30	156,00
062	96	UNID	Grampeador em estrutura metálica, com capacidade para até 25 folhas de papel 75g. Utiliza grampos 26/6. Embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	EAGLE	16,50	1.584,00
063	240	UNID	Grampo para grampeador, 26/6, galvanizado, fabricado com arame de aço, tratamento antiferrugem, caixa com 1000 unidades	BACCHI	6,90	1.656,00
064	80	CX	Lápis preto número 2, flexível, ultra-resistente, hexagonal c/144 unidades	KIT	49,00	3.920,00
067	150	UNID	Livro de ata, folhas pautadas sem margem, papel sulfite 75g/m2, capa preta e dura, contendo 200 folhas, medindo aproximadamente 203mm x 98mm.	TILIBRA	28,00	4.200,00
068	150	UNID	Livro de ata, papel sulfite, 75g/m², 100 folhas, 220 x 330 mm, vertical, capa dura, folhas brancas, pautadas e numeradas.	TILIBRA	13,90	2.085,00
ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
069	60	UNID	Livro de protocolo, em papel off-set, 100 folhas, 230mm x 160mm, capa dura, folhas pautadas.	TAMOI	13,90	834,00
070	30	UNID	Marcador permanente para CD/DVD, ponta média em poliéster, 1mm, na cor azul, tampa da caneta na cor da tinta.	PILOT	4,70	141,00
074	2000	RESMA	Papel A4, 297 x 210 mm, 75g/m², alcalino, ultra branco, 100% celulose de eucalipto, acabamento superficial homogêneo, para reprodução, impressão e escrita, embalagem de proteção impermeável original, contendo as informações do fabricante na embalagem. Embalagem contendo 500 folhas.	RINNO	21,00	42.000,00
075	60	BL	Papel adesivo para recados, celulose vegetal acrílica, 76 mm x 76 mm, cor amarela, bloco c/100 folhas, 90g/ m².	KIT	6,70	402,00
083	12	PT	Papel cartão, material papel fosco, tamanho 50x70, amarelo, pacote com 100 unidades.	VMP	152,00	1.824,00
084	12	PT	Papel cartão, material papel fosco, tamanho 50x70, azul, pacote com 100 unidades.	VMP	152,00	1.824,00
085	12	PT	Papel cartão, material papel fosco, tamanho 50x70, branco, pacote com 100 unidades.	VMP	152,00	1.824,00
086	12	PT	Papel cartão, material papel fosco, tamanho 50x70, rosa, pacote com 100 unidades.	VMP	152,00	1.824,00
087	12	PT	Papel cartão, material papel fosco, tamanho 50x70, verde, pacote com 100 unidades.	VMP	152,00	1.824,00
088	12	PT	Papel cartão, material papel fosco, tamanho 50x70, vermelho, pacote com 100 unidades.	VMP	152,00	1.824,00
100	24	PT	Papel para Desenho, branco, A3 (297 x 420mm), 140g/m². (tipo canson) Pct com 20 unidades	CANSON	23,50	564,00
101	120	UNID	Papel para embrulho, pardo, med. 0,66 x 0, 96, liso, 120g/ m².	CEPELMA	1,00	120,00
114	100	UNID	Pasta de cartolina plastificada com aba e elástico, gramatura 280 g/m2, tamanho ofício, com ilhoses de metal, cor azul.	GEKA	3,30	330,00
115	120	UNID	Pasta de cartolina plastificada com prendedor, dimensões 230 x 343 x 0,35mm, gramatura 280g/m2, na cor azul.	GEKA	3,30	396,00
116	120	UNID	Pasta plástica com elástico, na cor azul, formato 235x 360 mm.	PLASCONY	4,30	516,00
117	120	UNID	Pasta polionda, universitária, espessura/gramatura da linha (polionda) 2,3 /360, med.380 x 276 x 60 mm, na cor azul.	ALAPLAST	4,50	540,00

118	5000	UNID	Pasta suspensa com ferragens, para arquivo de gavetas, em papel cartão timbó marmorizado, 615g/m², plastificada, lombada ajustável de até 4 cm, na cor castanho, medindo: 260 mm x 365 mm x 0,35mm, com visor redondo na lateral, cabide em ferro com revestimento plástico inteiriço, projeção plástica, com etiqueta em papel e grampo plástico.	POLYCART	3,50	17.500,00
ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
119	48	UNID	Pen drive, interface usb 2.0, capacidade de armazenamento mínima de 16 (dezesseis) GB, deverá ser compatível com os seguintes sistemas operacionais: sistema operacional microsoft® windows xp® profissional; sistema operacional microsoft® windows 7® profissional; sistema operacional linux (kernel 2.4) ou versões superiores estáveis reconhecidas pelos responsáveis pela distribuição.	MULTILASER	45,00	2.160,00
120	48	UNID	Perfurador de papel, manual, médio, ferro pintado, na cor preta, capacidade de perfuração de 30 a 50 folhas, para furos redondos, com marginador indicativo e coletor removível de sobras de papel.	KIT	47,00	2.256,00
121	36	PT	Pilha alcalina, AA, ultra, longa duração, embalagem c/04 unidades.	EVEREADY	11,80	424,80
124	48	UNID	Pistola aplicadora para cola quente para bastão de cola termoplástica transparente 7mm diametro x 30cm, 110v	KIT	24,00	1.152,00
125	48	UNID	Pistola aplicadora para cola quente para bastão de cola termoplástica transparente 11,3mm diametro x 30cm, 110v	KIT	20,00	960,00
126	120	UNID	Placas de isopor, espessura de 1cm. Medindo 2cm x 1m x 50cm, no formato retangular, densidade p2, cor branca	ISOMIL	3,70	444,00
127	120	UNID	Placas de isopor, espessura de 2cm. Medindo 2cm x 1m x 50cm, no formato retangular, densidade p2, cor branca	ISOMIL	5,70	684,00
128	120	UNID	Placas de isopor, espessura de 5cm. Medindo 2cm x 1m x 50cm, no formato retangular, densidade p2, cor branca	ISOMIL	17,50	2.100,00
129	150	UNID	Prancheta, em fórmica, com prendedor metálico. Dimensões: 34cm de comprimento e 23,5cm de largura.	BACCHI	5,50	825,00
130	48	UNID	Quadro branco, medidas aproximadas, altura 90cm, largura 120cm, confeccionada em chapa de fibra branca resinada, moldura em alumínio com suporte para apagador arredondado, removível e deslizante, com aproximadamente 40cm, sistema de fixação invisível.	CORTIART	165,50	7.944,00
132	120	UNID	Régua comum, confeccionada em acrílico transparente rígido, com 3 mm de espessura e 30 cm de comprimento, com graduação milimetrada.	KIT	1,55	186,00
134	48	UNID	Tesoura escritório, aço inoxidável, médio, polipropileno, 7 polegadas, cabo na cor preta, extra corte, uso geral.	KIT	6,00	288,00
156	36	UNID	Toner para impressora Brother Laser Jet, modelo MFC 7860 DW	MULTILASER	121,00	4.356,00
157	240	UNID	Toner para Impressora HP Laser Jet 1102, modelo 85 A.	MULTILASER	121,00	29.040,00
158	150	UNID	Toner para Impressora HP Laser Jet 127fn, modelo 83 A.	MULTILASER	121,00	18.150,00
159	80	UNID	Toner para Impressora HP Laser Jet 2035, modelo 05 A.	MULTILASER	185,00	14.800,00
160	80	UNID	Toner para Impressora Samsung Laser Jet, modelo M2020w.	MULTILASER	241,00	19.280,00
161	60	UNID	Toner para Impressora Samsung Laser Jet, modelo M2070w.	MULTILASER	283,50	17.010,00
TOTAL GERAL						237.689,40



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2018

Aos 20 vinte dias do mês de julho de 2018, A Prefeitura Municipal de Tanguá, situada na Rua Vereador Manoel de Macedo nº 680 – Centro - Tanguá, doravante designada CONTRATANTE, representada neste ato por seu Secretário Municipal de Saúde, o senhor MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 5254343-7 emitida pelo CRM-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 961.371.507-04, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no Pregão nº 060/2018, oriunda do processo administrativo nº 1035/2017, RESOLVE, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, dos Decretos nº 3.555/2000, 3.931/2001, e das demais normas legais aplicáveis, REGISTRAR OS PREÇOS, para eventual aquisição de Materiais de Escritório e Papelaria Para a Rede Municipal de Saúde, da empresa cujo fornecimento foi adjudicado na licitação, doravante designada CONTRATADA, em conformidade com o Edital do Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORNECEDORA

1.1. STORE HOUSE DISTRIBUIDORA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 02.124.603/0001-20, estabelecida à Rua Wagno Nasciment Bento, nº 26 – apto 301, Ed. Rejane – Poço Fundo – São Pedro da Aldeia - RJ, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Aldo Gomes Miguel, portador da carteira de identidade nº 029.494.73-9 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 175.928.287-15, residente e domiciliado à Rua Wagno Nasciment Bento, nº 26 – apto 301, Ed. Rejane – Poço Fundo – São Pedro da Aldeia - RJ, Representante legalmente pela mesma.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Escritório e Papelaria Para a Rede Municipal de Saúde.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1. Os preços ofertados pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços são os constantes da planilha de preços anexa no valor total de R\$ 8.431,40 (oito mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta centavos), obedecida a classificação no REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 060/2018, especificadas, detalhadamente, na ata de julgamento de preços, constante às fls. 473/474.

### CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE

4.2. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

4.3. A vigência da presente Ata não obriga a Secretaria Municipal de Saúde, a firmar contratações.

### CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Secretaria Municipal de Saúde será o Órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados.

5.2. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados por esta Secretaria e a empresa detentora desta Ata estejam de acordo.

### CLÁUSULA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

6.1.1. Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

6.1.2. Observar, durante a vigência da presente Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

6.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

6.1.4. Consultar a empresa registrada quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

6.1.5. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO

7.1. Para a contratação será emitida Nota de Empenho em favor da empresa CONTRATADA, que deverá especificar a quantidade de cada material solicitado, respeitado o estabelecido no Termo de Referência.

7.2. Será exigido da CONTRATADA o cumprimento de todas as exigências relativas à prestação de serviços estabelecidas no Edital do Pregão nº 060/2018, no seu Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, que integrarão a Nota de Empenho independentemente de transcrição.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

8.1.1. Cumprir fielmente as cláusulas desta Ata;

8.1.2. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto desta Ata;

8.1.3. Zelar pelo bom andamento da presente Ata, dirimindo dúvidas porventura existentes, através do servidor que vier a ser designado Fiscal da Ata;

8.1.4. Relacionar-se com a CONTRATADA através de servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, o(s) qual(is) acompanhará(arão) e fiscalizará(arão) a execução do objeto contratado, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas;

8.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma e no prazo estabelecidos na Ata.

### CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA obriga-se a:

9.1.1. Executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital do Pregão Presencial nº. 060/2018 e em seus anexos;

9.1.2. Manter todas as condições de habilitação durante o prazo de vigência da Ata;

9.1.3. Responder, independentemente da fiscalização e do acompanhamento pela CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados, direta ou indiretamente, a esta Municipalidade, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto desta Ata;

9.1.4. Responsabilizar-se, integralmente, pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, prestando-os de acordo com as especificações e os prazos constantes do Edital do Pregão Presencial nº. 060/2018;

9.1.5. Responsabilizar-se pela imediata substituição/resolução, quando constatado qualquer problema no serviço prestado;

9.1.6. Responsabilizar-se, integralmente, pelos seus empregados envolvidos na execução do objeto do contrato, arcando com todos os custos, salários, transporte, refeição, verbas legais, trabalhistas, fundiárias ou de qualquer natureza, nos termos da legislação vigente, prestando-lhe imediato socorro em caso de mal estar ou assemelhado;

9.1.7. Fornecer seus empregados envolvidos na execução do objeto da contratação todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) que se fizerem necessários, FISCALIZANDO-LHES o uso;

9.1.8. Designar preposto dentre os funcionários destacados para o fornecimento, apto a representar a CONTRA-



TADA e com poderes suficientes para prestar e receber esclarecimentos;

9.1.9. É vedado à CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, as obrigações da presente Ata, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

## **CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO DA EXECUÇÃO**

10.1. A execução do serviço se dará após emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento expedida pela SEMS, tendo a empresa até 07 (sete) dias para o início da entrega dos materiais.

10.2. Os materiais serão entregues conforme solicitação e indicação dos locais feitos pela Secretaria Municipal de Saúde de Tanguá.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO**

11.1. O documento fiscal correspondente da prestação do serviço deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Tanguá.

11.1.1. O documento de cobrança deverá ser emitido em nome da Prefeitura Municipal de Tanguá, CNPJ nº 01.612.089/00010-00, devidamente discriminado, sem emendas ou rasuras, contendo todos os dados da Nota de Empenho, fazendo menção expressa ao número desta. Após a entrega, o documento de cobrança será conferido e atestado pela Contratante.

11.1.2. Todos os tributos e contribuições incidentes sobre a aquisição dos serviços deverão estar incluídos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente aquela pertinente aos órgãos públicos federais.

11.2. O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até 30 (trinta) dias contados da execução do objeto contratado, mediante o ateste da Nota Fiscal por servidor designado, comprovando que as informações nela contidas estão corretas, bem como de que objeto contratado foi executado de acordo com as especificações do edital e seus anexos. No caso de qualquer falta ou incorreção, tal prazo será interrompido.

11.3. A emissão da Nota de Empenho e o pagamento ocorrerão desde que comprovada a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), bem como comprovação de quitação dos tributos Municipais, por meio das respectivas certidões;

11.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero e o respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspon-

dente à natureza do bem ou serviço.

11.5. No caso de empresa optante pelo “Simples Nacional”, deverá essa, ainda, providenciar declaração na forma do art. 4º, da IN 480 da Receita Federal, em duas vias originais, devidamente assinadas por seu representante legal, em papel timbrado da empresa, com carimbo da mesma e com seu CNPJ, bem como o extrato do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS relativo ao mês imediatamente anterior à emissão da nota fiscal, como condição para liberação do pagamento;

11.6. Serão retidos pela CONTRATANTE os impostos e contribuições conforme disposto na Lei nº 9.430/96, regulamentada pela IN/SRF/STN/SFC Nº 480, de 15/12/2004, atualizada, salvo se a licitante vencedora estiver dentre as exceções apontadas nos referidos atos normativos.

11.7. O valor a ser depositado pela CONTRATANTE será líquido, ou seja, após as retenções tributárias previstas na legislação pertinente.

11.8. A CONTRATADA enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 3º, bem como amparada por medida judicial constante do art. 30, ambos da Instrução Normativa SRF nº 480/2004, deverão apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

11.9. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura Municipal de Tanguá e a Secretaria Municipal de Saúde por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

11.10. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

11.11. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, a CONTRATANTE poderá deduzi-la do valor a ser pago à CONTRATADA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO**

12.1. O registro da CONTRATADA poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa e mediante despacho da autoridade competente da Secretaria Municipal de Saúde:

12.1.1. A pedido quando:

a) comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

12.1.2. Por iniciativa desta Municipalidade, quando:

a) a contratada não aceitar reduzir o preço registrado,

na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) a contratada perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) houver razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

d) a contratada não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) a contratada não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

12.1.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, esta Municipalidade fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais participantes a nova ordem de registro.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará as consequências dos artigos 77 a 80 da lei 8.666/93, bem como do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e do artigo 14 do Anexo I do Decreto 3.555/2000.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES**

14.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

14.2. De acordo com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA:

a) advertência formal, na ocorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;

b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total atualizado da Ata, a critério da CONTRATANTE, na ocorrência de atraso injustificado na execução de quaisquer obrigações, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado até a data da efetiva execução, limitado a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado, conforme o caso, descumprimento parcial ou total da obrigação;

c) multa penal de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial da contratação;

d) multa penal de 30% (trinta por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a CONTRATADA der causa à inexecução total da contratação;

e) multa compensatória do valor integral e atualizado, comprovado, incluindo-se custos diretos e indiretos, do prejuízo causado pela CONTRATADA à Municipalidade ou a terceiros;

f) impedimento de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo que a CONTRATANTE fixar, obedecidos os limites previstos no artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 ou,



quando for o caso, no artigo 7º da Lei 10.520/2 002, que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a habilitação e/ou contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata, e demais cominações legais;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. As multas estabelecidas nos itens “b” e “c” serão majoradas em 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de reincidência da CONTRATADA.

14.4. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA ou serão pagas mediante recolhimento de Tributos, cujo comprovante deverá ser apresentado à CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, serão cobradas judicialmente. Sobre as multas incidirão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, em caso de atraso no recolhimento.

14.4.1. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima enumeradas, e aplicadas com base no valor total atualizado do contrato;

14.4.2. Considera-se, para fins de aplicação da penalidade de multa, como valor total atualizado do contrato aquele total inicial atualizado pelo IGP-DI (FGV), ou, na sua ausência, por aquele que vier a substituí-lo, no período compreendido entre o mês da apresentação da proposta até o mês anterior ao fato que ensejou a penalidade.

14.5. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão nº. 060/2018 e seus anexos, bem como a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

15.2. Fica eleito foro da Comarca de Itaboraí para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

15.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 3.931/01, atualizados, e demais normas aplicáveis.

15.4. E por estarem assim justos e acordados, firmam a presente Ata de Registro de Preços, em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito legal, perante as testemunhas do ato, que este também subscrevem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DIVULGAÇÃO

16.1. A Publicação de Ata de Registro de Preços será feita em Imprensa Oficial do Município, e será providenciado pelo CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Tanguá, 10 de outubro de 2018.

CONTRATANTE:

MARCELO SÁ BAGUEIRA LEAL  
Secretário Municipal de Saúde

CONTRATADA:  
ALDO GOMES MIGUEL  
Representante

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

EMPRESA: STORE HOUSE DISTRIBUIDORA LTDA  
CNPJ: 01.124.603/0001-20

ANEXO ARP 019/2018

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
001	60	CX	Alfinete, com cabeça plástica redonda, fabricado em metal, com tratamento superficial niquelado. embalagem com 50 unidades, comprimento total de aproximadamente 17mm. cor azul	EAGLE	5,55	333,00
005	48	UNID	Apagador para quadro branco base plástica, medindo 15cmx5,5cm com feltro macio.	JAPAN	5,70	273,60
007	12	ROLO	Barbante de algodão, 8 fios, rolo com 250g.	SÃO JOÃO	6,65	79,80
009	12	UNID	Bobina para fax, em papel termo-quecível, eletrostático, 30m x 63 G/m2, 216 mm, em embalagem laminada.	PRINT	7,50	90,00
023	20	PT	Canudinho fabricado em polipropileno, colorido. Pacote com 100 unidades.	S/M	3,55	71,00
042	120	UNID	E.V.A. (etilil vinil acetat), na cor amarela, medindo aproximadamente 40cm x 60cm, gramatura 2mm.	NEW	2,00	240,00
043	120	UNID	E.V.A. (etilil vinil acetat), na cor azul claro, medindo aproximadamente 40cm x 60cm, gramatura 2mm.	NEW	2,00	240,00
044	120	UNID	E.V.A. (etilil vinil acetat), na cor branca, medindo aproximadamente 40cm x 60cm, gramatura 2mm.	NEW	2,00	240,00
045	120	UNID	E.V.A. (etilil vinil acetat), na cor rosa, medindo aproximadamente 40cm x 60cm, gramatura 2mm.	NEW	2,00	240,00
046	120	UNID	E.V.A. (etilil vinil acetat), na cor verde, medindo aproximadamente 40cm x 60cm, gramatura 2mm.	NEW	2,00	240,00
047	120	UNID	E.V.A. (etilil vinil acetat), na cor vermelha, medindo aproximadamente 40cm x 60cm, gramatura 2mm.	NEW	2,00	240,00
076	120	UNID	Papel camurça, 40cm x 60cm, amarelo	VMP	1,40	168,00
077	120	UNID	Papel camurça, 40cm x 60cm, azul	VMP	1,40	168,00
078	120	UNID	Papel camurça, 40cm x 60cm, branco	VMP	1,40	168,00
079	120	UNID	Papel camurça, 40cm x 60cm, rosa	VMP	1,40	168,00
080	120	UNID	Papel camurça, 40cm x 60cm, verde	VMP	1,40	168,00
081	120	UNID	Papel camurça, 40cm x 60cm, vermelho	VMP	1,40	168,00
102	240	UNID	Papel tipo crepom, tamanho 48cm x 2m, amarelo	VMP	1,20	288,00
103	240	UNID	Papel tipo crepom, tamanho 48cm x 2m, azul	VMP	1,20	288,00
104	240	UNID	Papel tipo crepom, tamanho 48cm x 2m, branco	VMP	1,20	288,00
105	240	UNID	Papel tipo crepom, tamanho 48cm x 2m, rosa	VMP	1,20	288,00
106	240	UNID	Papel tipo crepom, tamanho 48cm x 2m, verde	VMP	1,20	288,00
107	240	UNID	Papel tipo crepom, tamanho 48cm x 2m, vermelho	VMP	1,20	288,00
108	240	UNID	Papel tipo seda 50 x 70, amarelo	VMP	0,25	60,00
109	240	UNID	Papel tipo seda 50 x 70, aaul	VMP	0,25	60,00
110	240	UNID	Papel tipo seda 50 x 70, branco	VMP	0,25	60,00
111	240	UNID	Papel tipo seda 50 x 70, rosa	VMP	0,25	60,00
112	240	UNID	Papel tipo seda 50 x 70, verde	VMP	0,25	60,00
113	240	UNID	Papel tipo seda 50 x 70, vermelho	VMP	0,25	60,00
144	48	UNID	Tinta para tecido, 37 ml, amarela	ACRILEX	3,00	144,00





145	48	UNID	Tinta para tecido, 37 ml, azul	ACRILEX	3,00	144,00
146	48	UNID	Tinta para tecido, 37 ml, branca	ACRILEX	3,00	144,00
147	48	UNID	Tinta para tecido, 37 ml, rosa	ACRILEX	3,00	144,00
148	48	UNID	Tinta para tecido, 37 ml, verde	ACRILEX	3,00	144,00
149	48	UNID	Tinta para tecido, 37 ml, vermelha	ACRILEX	3,00	144,00
150	4	UNID	TNT 1,40m de largura, rolo com 50m, amarelo	NEW TNT	91,00	364,00
151	4	UNID	TNT 1,40m de largura, rolo com 50m, azul	NEW TNT	91,00	364,00
152	4	UNID	TNT 1,40m de largura, rolo com 50m, branco	NEW TNT	91,00	364,00
153	4	UNID	TNT 1,40m de largura, rolo com 50m, rosa	NEW TNT	91,00	364,00
154	4	UNID	TNT 1,40m de largura, rolo com 50m, verde	NEW TNT	91,00	364,00
155	4	UNID	TNT 1,40m de largura, rolo com 50m, vermelho	NEW TNT	91,00	364,00
TOTAL GERAL						8.431,40

## SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº 1031/2018

Pregão Presencial nº 075/2018

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2018

Aos 17 (dezesete) dias do mês de outubro de 2018, A Prefeitura do Município de Tanguá, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, situada à Rua Demerval Garcia de Freitas, 88 - Centro – Tanguá – RJ, representada neste ato por seu Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, o senhor FELIPPE MATTOS MONTEIRO, brasileiro, portadora da cédula de identidade nº 20.892.512-3 expedida pelo DIC/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – sob o nº. 101.356.307-70, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no Pregão nº 0075/2018, consubstanciado na Ata da Sessão realizada no dia 28 de setembro de 2018, oriunda do processo administrativo nº 1031/2018, devidamente homologado pelo Secretário de Obras, RESOLVE, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), pelo Decreto Municipal no 1896 de 28 de junho de 2010, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no processo administrativo nº 1031/2018 e HOMOLOGADA o qual será publicado na Resenha Municipal, referente ao REGISTRO DE PREÇOS NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 075/2018, consoante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORNECEDORA

GEMAR LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, com sede na Rua Coronel Luiz Pereira dos Santos, 80, sala 101 – Centro - Tanguá/RJ, inscrita no CNPJ nº 15.576.413/0001-96, neste ato representada pelo Sr. MARCIO ANTUNES DA SILVA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 11.400.121-7 emitida pelo IFP/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF/MF sob o nº 074.272.567-78.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual Locação de Veículos e Equipamentos, para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme Termo de Referência e estimativa de preços.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação de seu Homologo.

3.2. A vigência da presente ata não obriga a Prefeitura do Município de Tanguá, a firmar contratações.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Secretaria de Obras e Serviços Públicos será o Órgão responsável pelos atos

de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará o fornecedor para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados.

4.2. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Prefeitura do Município de Tanguá e a(s) empresa(s) detentora(s) desta Ata estejam de acordo.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

5.1.1. Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

5.1.2. Observar, durante a vigência da presente ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

5.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

5.1.4. Consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

5.1.5. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO E DOS PREÇOS

6.1. Para a contratação será emitida Nota de Empenho em favor da empresa FORNECEDORA, que deverá especificar a quantidade de cada item a ser fornecido, respeitado o pedido mínimo estabelecido no Termo de Referência.

6.2. Será exigido da FORNECEDORA/CONTRATADA o cumprimento de todas as exigências relativas ao fornecimento estabelecidas no Edital do Pregão Presencial nº 075/2018, no seu Termo de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, que integrarão a Nota de Empenho independentemente de transcrição.

6.3. A prestação de serviço da presente Ata importa na sua totalidade em R\$ 1.879.152,00 (Um milhão, oitocentos e setenta e nove mil e cento e cinquenta e dois reais), sendo os preços, aqueles constantes da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 075/2018.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1. Cumprir fielmente as cláusulas desta Ata;

7.1.2. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela FORNECEDORA/CONTRATADA, pertinentes ao objeto desta Ata;

7.1.3. Zelar pelo bom andamento da presente Ata, dirimindo dúvidas porventura existentes, através do servidor que vier a ser designado Fiscal da Ata;

7.1.4. Relacionar-se com a FORNECEDORA/CONTRATADA através de servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, o(s) qual(is) acompanhará(rão) e fiscalizará(rão) a execução do objeto contratado, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à FORNECEDORA/CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte

da CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da FORNECEDORA/CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas;

7.1.5. Efetuar o pagamento à FORNECEDORA/CONTRATADA na forma e no prazo estabelecidos na Ata.



**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA/CONTRATADA**

8.1. A FORNECEDORA/CONTRATADA obriga-se a:

8.1.1. Executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital do Pregão Presencial nº. 075/2018 e em seus anexos;

8.1.2. Manter todas as condições de habilitação durante o prazo de vigência da Ata;

8.1.3. Responder, independentemente da fiscalização e do acompanhamento pela CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados, direta ou indiretamente, à Secretaria de Obras, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto desta Ata;

8.1.4. Responsabilizar-se, integralmente, pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, prestando-os de acordo com as especificações e os prazos constantes do Edital do Pregão Presencial nº. 075/2018;

8.1.5. Responsabilizar-se pela imediata substituição, quando constatadas quaisquer impropriedades nos veículos;

8.1.6. Responsabilizar-se, integralmente, pelos seus empregados envolvidos na execução do objeto do contrato, arcando com todos os custos, salários, transporte, refeição, verbas legais, trabalhistas, fundiárias ou de qualquer natureza, nos termos da legislação vigente, prestando-lhe imediato socorro em caso de mal estar ou assemelhado;

8.1.7. Fornecer seus empregados envolvidos na execução do objeto da contratação todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) que se fizerem necessários, FISCALIZANDO-LHES o uso;

8.1.8. Designar preposto dentre os funcionários destacados para o fornecimento, apto a representar a FORNECEDORA/CONTRATADA e com poderes suficientes para prestar e receber esclarecimentos;

8.1.9. É vedado à FORNECEDORA/CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, as obrigações da presente Ata, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

**CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA**

9.1. Os serviços, objeto desta Ata de Registro de Preços, deverão ser realizados de acordo com o Edital constante no processo administrativo nº 1031/18.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO**

10.1 O documento fiscal correspondente ao fornecimento deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

10.1.1 O documento de cobrança deverá ser emitido em nome da Prefeitura do Município de Tanguá, CNPJ nº 01.612.089/0001-00, devidamente discriminado, sem emendas ou rasuras, contendo todos os dados da Nota

de Empenho, fazendo menção expressa ao número desta. Após a entrega, o documento de cobrança será conferido e atestado pela Contratante.

10.1.2. Todos os tributos e contribuições incidentes sobre a aquisição dos materiais deverão estar incluídos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente aquela pertinente aos órgãos públicos federais.

10.2 O pagamento será efetuado à FORNECEDORA/CONTRATADA em até 30 (trinta) dias úteis contados da execução do objeto contratado, mediante o ateste da Nota Fiscal por servidor designado, comprovando que as informações nela contidas estão corretas, bem como de que objeto contratado foi executado de acordo com as especificações do edital e seus anexos. No caso de qualquer falta ou incorreção, tal prazo será interrompido.

10.3 A emissão da Nota de Empenho e o pagamento ocorrerão desde que comprovada a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), bem como comprovação de quitação dos tributos Municipais, por meio das respectivas certidões;

10.4 A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero e o respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

10.5. No caso de empresa optante pelo “Simples Nacional”, deverá essa, ainda, providenciar declaração

na forma do art. 4o, da IN 480 da Receita Federal, em duas vias originais, devidamente assinadas por seu representante legal, em papel timbrado da empresa, com carimbo da mesma e com seu CNPJ, bem como o extrato do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS relativo ao mês imediatamente anterior à emissão da nota fiscal, como condição para liberação do pagamento;

10.6. Serão retidos pela Contratante os impostos e contribuições conforme disposto na Lei nº 9.430/96, regulamentada pela IN/SRF/STN/SFC Nº 480, de 15/12/2004, atualizada, salvo se a licitante vencedora estiver dentre as exceções apontadas nos referidos atos normativos.

10.7. O valor a ser depositado pela Contratante será líquido, ou seja, após as retenções tributárias previstas na legislação pertinente.

10.8. A FORNECEDORA/CONTRATADA enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 3º, bem

como amparada por medida judicial constante do art. 30, ambos da Instrução Normativa SRF nº 480/2004, deverão apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

10.9 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à FORNECEDORA/CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a Secretaria Municipal de Obras por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

10.10. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.11. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, a Contratante poderá deduzi-la do valor a ser pago à Contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO DO VENCEDOR**

11.1. O registro da FORNECEDORA poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa e mediante despacho da autoridade competente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos:

11.1.1. A pedido quando:

a) comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

11.1.2. Por iniciativa da Prefeitura do Município de Tanguá, quando:

a) a fornecedora não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) a fornecedora perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) houver razões de interesses públicos devidamente motivados e justificados;

d) a fornecedora não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) a fornecedora não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

11.1.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Prefeitura do Município de Tanguá fará o



devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais participantes a nova ordem de registro.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**  
A inexecução total ou parcial do contrato ensejará as consequências dos artigos 77 a 80 da lei 8.666/93, bem como do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e do artigo 14 do Anexo I do Decreto 3.555/2000.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**  
13.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

13.2. De acordo com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à FORNECEDORA/CONTRATADA:  
a) advertência formal, na ocorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;  
b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total atualizado da Ata, a critério da CONTRATANTE, na ocorrência de atraso injustificado na execução de quaisquer obrigações, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado até a data da efetiva execução, limitado a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado, conforme o caso, descumprimento parcial ou total da obrigação;

c) multa penal de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a FORNECEDORA/CONTRATADA der causa à inexecução parcial da contratação;  
d) multa penal de 30% (trinta por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a FORNECEDORA/CONTRATADA der causa à inexecução total da contratação;  
e) multa compensatória do valor integral e atualizado, comprovado, incluindo-se custos diretos e indiretos, do prejuízo causado pela FORNECEDORA/CONTRATADA à Prefeitura do Município de Tanguá ou a terceiros;

f) impedimento de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo que a CONTRATANTE fixar, obedecidos os limites previstos no artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 ou, quando for o caso, no artigo 7º da Lei 10.520/2002, que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a habilitação e/ou contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata, e demais cominações legais;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. As multas estabelecidas nos itens “b” e “c” serão majoradas em 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de reincidência da FORNECEDORA/CONTRATADA.

13.4. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à FORNECEDORA/CONTRATADA ou serão pagas mediante recolhimento de DAM, cujo comprovante deverá ser apresentado à CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, serão cobradas judicialmente. Sobre as multas incidirão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, em caso de atraso no recolhimento.

13.4.1. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima enumeradas, e aplicadas com base no valor total atualizado do contrato;

13.4.2. Considera-se, para fins de aplicação da penalidade de multa, como valor total atualizado do contrato aquele total inicial atualizado pelo IGP-DI (FGV), ou, na sua ausência, por aquele que vier a substituí-lo, no período compreendido entre o mês da

apresentação da proposta até o mês anterior ao fato que ensejou a penalidade.  
13.5. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**  
14.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Presencial nº 011/2017 e seus anexos, bem como a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.  
14.2. Fica eleito foro da Comarca de Itaboraí para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.  
14.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 3.931/01, atualizados, e demais normas aplicáveis.

Tanguá, 17 de outubro de 2018.

**FELIPPE MATTOS MONTEIRO**  
**Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos**

**GEMAR LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**  
**CONTRATADA**  
**Testemunhas:**

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

**ANEXO I**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2018**  
**PROCESSO Nº 1031/2018**  
**Ref: Pregão Presencial nº 075/2018**

**Relação de Serviços.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
001	CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 11.130 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 5,36 M, POTÊNCIA 185 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO COM MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EPI's. AF_06/2014	H	4224	99,00	418.176,00
002	CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50M - CHM ENTRE CHP E CHI DIURNO COM MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EPI's.	H	2112	90,00	190.080,00
003	CARRETA PARA TRANSPORTE PESADO, COM CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL DE 60/80T, COM MOTORISTA OPERADOR, MATERIAL DE OPERAÇÃO E MATERIAL DE MANUTENÇÃO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MOTOR DIESEL DE 330CV, CHASSIS EXTENSÍVEL ATÉ 21M E SEMI-REBOQUE DE 4 EIXOS (DESONERADO)	H	1584	196,00	310.464,00
004	MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - CHM ENTRE CHP E CHI DIURNO COM OPERADOR DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EPI's.	H	4224	125,00	528.000,00
005	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 72 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 0,79 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,18 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 7.140 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,50 M - CHM ENTRE CHP E CHI DIURNO COM OPERADOR DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EPI's.	H	4224	78,00	329.472,00



006	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO TANDEM AÇO LISO, POTÊNCIA 58 HP, PESO SEM/COM LASTRO 6,5 / 9,4 T, LARGURA DE TRABALHO 1,2 M - CHM ENTRE CHP E CHI DIURNO COM OPERADOR DEVIDAMENTE HABILITADO E COM EPI's.	H	1584	65,00	102.960,00
-----	---	---	------	-------	------------

TOTAL: R\$ 1.879.152,00

Atenciosamente,

Tanguá, 17 de outubro de 2018

FELIPPE MATTOS MONTEIRO  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

HOMOLOGO

PROCESSO Nº 0841/2017 – V. 01

TOMEI CIÊNCIA da Ata de Julgamento referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2017 e dou o seguinte parecer:

HOMOLOGO e ADJUDICO a decisão da Comissão.

Autorizo empenho em favor da Empresa:

MAPYLAR CONSULTORIA E SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELLI-ME, o valor de R\$ 118.134,36 (Cento e dezoito mil, cento e trinta e quatro reais e trinta e seis centavos), referente a realização de Sondagem, Topografia e Projetos Executivos de Obras de Con-  
vênios.

Valor Total: R\$ 118.134,36 (Cento e dezoito mil, cento e trinta e quatro reais e trinta e seis centavos).

Tanguá, 19 de setembro de 2018.

FELIPPE MATTOS MONTEIRO  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

PORTARIA Nº 007 DE 11 DE OUTUBRO DE 2018.

Declara ponto facultativo na data que menciona e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, no uso das atri-  
buições legais.

RESOLVE:

Art. 1º – Em virtude do feriado do Dia dos Professores em 15 de outubro, fica consi-  
derado ponto facultativo nas repartições da Secretaria Municipal de Educação, Esporte  
e Lazer.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura

Tanguá, 11 de outubro de 2018.

Walkiria de Mello Moreira  
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA DE PORTARIAS

PORTARIA Nº 211/2018 de 20 de agosto de 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas  
pelo Art. 94, incisos VII e IX c/c o Art. 113, inciso II da Lei Orgânica Municipal promulgada de

15/11/97, RESOLVE: Nomear, RAFAELA DA COSTA BARBOSA para exercer o Cargo de Enfer-  
meiro PSF, , criado pela Lei 132 de 04 de maio de 1999, alterada pela Lei 1051 de 24 de fevereiro  
de 2017, com efeitos a contar de 23 de julho de 2018.

VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 212/2018  
de 20 de agosto de 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas  
pelo Art. 94, incisos VII e IX c/c o Art. 113, inciso II da Lei Orgânica Municipal promulgada de  
15/11/97, RESOLVE: Nomear, NAYARA DE CARVALHO MOSQUEIRA para exercer o Cargo de  
Enfermeiro PSF, , criado pela Lei 132 de 04 de maio de 1999, alterada pela Lei 1051 de 24 de  
fevereiro de 2017, com efeitos a contar de 23 de julho de 2018

VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 335/2018  
de 25 de setembro de 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas  
pelo Art. 94, incisos VII e IX c/c o Art. 113, inciso II da Lei Orgânica Municipal promulgada de  
15/11/97, RESOLVE: Nomear, LINDALVA KEIKO MIYAHIRA DA SILVA para exercer o Cargo de  
TÉCNICO DE ENFERMAGEM, , criado pela Lei 132 de 04 de maio de 1999, alterada pela Lei  
1051 de 24 de fevereiro de 2017, com efeitos a contar de 21 de agosto de 2018.

VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

PORTARIAS

PORTARIA Nº 350/2018  
de 26 de setembro de 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas  
pelo Art. 94, incisos VII e IX c/c o Art. 113, inciso II da Lei Orgânica Municipal promulgada de  
15/11/97, RESOLVE: Exonerar, SONIA FARIA DA COSTA para deixar de exercer o Cargo de  
Auxiliar de Cozinha, , criado pela Lei 132 de 04 de maio de 1999, alterada pela Lei 1051 de 24 de  
fevereiro de 2017, com efeitos a contar de 20 de fevereiro de 2018.

VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 385/2018  
de 02 de outubro de 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas  
pelo Art. 94, incisos VII e IX c/c o Art. 113, inciso II da Lei Orgânica Municipal promulgada de  
15/11/97, RESOLVE: Exonerar a pedido, MARLONE BATALHA SILVA DE SOUZA para deixar  
de exercer o Cargo de Professor II - Língua Portuguesa, , criado pela Lei 132 de 04 de maio de  
1999, alterada pela Lei 1051 de 24 de fevereiro de 2017, com efeitos a contar de 30 de setembro  
de 2018

VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 386/2018  
de 02 de outubro de 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas



pelo Art. 94, incisos VII e IX c/c o Art. 113, inciso II da Lei Orgânica Municipal promulgada de 15/11/97, RESOLVE: Exonerar a pedido, MOISES LEMOS TAVARES para deixar de exercer o Cargo de ASSESSOR III, DAS-07, criado pela Lei 132 de 04 de maio de 1999, alterada pela Lei 1039 de 20 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 30 de setembro de 2018

**VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 387/2018** **de 02 de outubro de 2018.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 94, incisos VII e IX c/c o Art. 113, inciso II da Lei Orgânica Municipal promulgada de 15/11/97, RESOLVE: Nomear, ALMIR LACERDA RITTA para exercer o Cargo de ASSESSOR III, DAS-07, criado pela Lei 132 de 04 de maio de 1999, alterada pela Lei 1039 de 20 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 01 de outubro de 2018

**VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 388/2018** **de 08 de outubro de 2018.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 94, incisos VII e IX c/c o Art. 113, inciso II da Lei Orgânica Municipal promulgada de 15/11/97, RESOLVE: Exonerar a pedido, PABLO FERNANDO CLASS LOIOLA para deixar de exercer o Cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, criado pela Lei 132 de 04 de maio de 1999, alterada pela Lei 1051 de 24 de fevereiro de 2017, com efeitos a contar de 05 de outubro de 2018

**VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 389/2018** **de 11 de outubro de 2018.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 94, incisos VII e IX c/c o Art. 113, inciso II da Lei Orgânica Municipal promulgada de 15/11/97, RESOLVE: Exonerar a pedido, MIRIAN CRISTINA SIQUEIRA DE CRISTO para deixar de exercer o Cargo de Professor Mediador para Estudantes (PNE), criado pela Lei 132 de 04 de maio de 1999, alterada pela Lei 1051 de 24 de fevereiro de 2017, com efeitos a contar de 10 de outubro de 2018

**VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 390/2018** **de 11 de outubro de 2018.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 94, incisos VII e IX

c/c o Art. 113, inciso II da Lei Orgânica Municipal promulgada de 15/11/97, RESOLVE: Exonerar a pedido, RENATO SERGIO GONÇALVES ANDRADE para deixar de exercer o Cargo de Professor II - MATEMÁTICA, criado pela Lei 132 de 04 de maio de 1999, alterada pela Lei 1051 de 24 de fevereiro de 2017, com efeitos a contar de 11 de outubro de 2018

**VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 391/2018** **de 15 de outubro de 2018.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 94, incisos VII e IX c/c o Art. 113, inciso II da Lei Orgânica Municipal promulgada de 15/11/97, RESOLVE: Exonerar, ALEXANDER ANTHONY BARRERA para deixar de exercer o Cargo de COORDENADOR DA COMDEC, DAS-10, criado pela Lei 132 de 04 de maio de 1999, alterada pela Lei 1051 de 24 de fevereiro de 2017, com efeitos a contar de 30 de setembro de 2018

**VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal

## **APOSTILAS**

### **APOSTILA Nº 057/2018**

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, amparado nos termos dos art. 165 a 168, da Lei Municipal Nº 0946/14, RESOLVE conceder o direito à "LICENÇA-PARA ACOMPANHAR O CONJUGE", a(o) servidor(a) ANA CÉLIA ARRULO VALIM DE CARVALHO, Matrícula nº 7105, através do processo administrativo nº 2127/2015, a ser gozada no período de 23 de novembro de 2018 a 22 de novembro de 2020.

Tanguá, 02 de outubro de 2018.

**BERNARDO GUIMARÃES MUNIZ NOGUEIRA**  
Secretário de Administração  
Mat. 4126-2

## **GABINETE DO PREFEITO**

### **DECRETO Nº 048 DE 01 DE** **OUTUBRO DE 2018.**

REFORMULA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ, no uso das atribuições Legais e de acordo com o disposto no art. 2º da Lei Nº 0645, de 27 de novembro de 2007

DECRETA:

Art. 1º – Fica reformulada a composição dos membros do CACS FUNDEB, cuja a formação, por motivos de vacância de representação nos segmentos, passa a ser a seguinte:

Representantes dos Servidores Técnicos administrativos das Escolas Básicas Públicas

Titular: Sônia Regina Fernandes

Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular: Ana Maria Batista de Souza

Art. 2º – A composição que trata o Art. 1º terá vigência no período de 01 de outubro de 2018 a 11 de abril de 2020, quando deverá ocorrer a nomeação de um novo conselho.

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Tanguá, 01 de outubro de 2018.

**Valber Luiz Marcelo de Carvalho**  
Prefeito Municipal

## **SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA** **SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

### **ATA DE REGISTRO DE** **PREÇOS Nº 004/2018**

Aos 09 (nove) de julho de dois mil e dezoito, o Município de Tanguá, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, situada na Rua Vereador Manoel Macedo, 680 – Centro – Tanguá - RJ, doravante designada CONTRATANTE, neste ato representada por sua Secretária, Ordenadora de Despesa Daiana Silveira Silva Izabel, portadora da Cédula de Identidade nº 20107382- Detran, inscrito no CPF/MF sob o nº 094.512.607-73, doravante denominado MUNICÍPIO, em conformidade com o resultado do julgamento das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 045/2018, consubstanciado na Ata da Sessão realizada no 09 (nove) dias do mês de julho de 2018 oriunda do processo administrativo nº 00295/2018, devidamente homologado pela Secretária, RESOLVE, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, dos Decretos nº 3.555/2000, 3.931/2001, e das demais normas legais aplicáveis, REGISTRAR OS PREÇOS, para eventual contratação de empresa especializada em aquisição de peças e prestação de serviços, da empresa cuja contratação foi adjudicada na licitação, doravante designada FORNECEDORA, em conformidade com o Edital do Pregão e com as cláusulas e condições que se seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FORNECEDORA**

MX NOVAXX COMÉRCIO E SERVIÇOS EM GERAL EIRELI ME com sede na Rua Vereador Manoel, S/n- Lt. 09 – Tanguá II – Tanguá – RJ – CEP 24.890-000, inscrita no CNPJ 04.714.840/0001-77, neste ato representada pelo Uanderson Tiburcio Xavier Cardoso, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 10.897.257-1, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – sob o nº 083.242.667-98.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DO VALOR GLOBAL**



2.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em aquisição de peças e prestação de serviços, conforme Termo de Referência e proposta de preços.

2.2 O valor global do presente consta na folha autuada sob o nº 389 à 403 (Proposta de Preços da empresa vencedora), cujo montante é de R\$ 175.803,20 (Cento e setenta e cinco mil oitocentos e três reais e vinte centavos).

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação de seu extrato.

3.2. A vigência da presente ata não obriga a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação do Município de Tanguá a firmar contratações.

## CLÁUSULA QUARTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, será o Órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará a empresa para o qual será emitido o pedido, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem contratados.

4.2. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados por esta Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, e a(s) empresa(s) detentora(s) desta Ata esteja(m) de acordo.

## CLÁUSULA QUINTA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

5.1.1. Efetuar o controle das empresas, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

5.1.2. Observar, durante a vigência da presente ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

5.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

5.1.4. Consultar a empresa registrada quanto ao interesse em realizar a prestação de serviço a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

5.1.5. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

## CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para a contratação será emitida Nota de Empenho em favor da empresa FORNECEDORA, que deverá especificar o serviço a ser prestado, respeitando o estabelecido no Termo de Referência.

6.2. Será exigido da FORNECEDORA CONTRATADA o cumprimento de todas as exigências relativas ao fornecimento estabelecidas no Edital do Pregão nº 063/2018, no seu Termo

de Referência e nesta Ata de Registro de Preços, que integra a Nota de Empenho independentemente de transcrição.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1 Cumprir fielmente as cláusulas desta Ata;

7.1.2 Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela FORNECEDORA/CONTRATADA, pertinentes ao objeto desta Ata;

7.1.3. Zelar pelo bom andamento da presente Ata, dirimindo dúvidas porventura existentes, através do servidor que vier a ser designado Fiscal da Ata;

7.1.4. Relacionar-se com a FORNECEDORA/CONTRATADA através de servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, o(s) qual(is) acompanhará(rão) e fiscalizará(rão) a execução do objeto contratado, verificando os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à FORNECEDORA/CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parteda CONTRATANTE, não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da FORNECEDORA/CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas;

7.1.6. Efetuar o pagamento à FORNECEDORA/CONTRATADA na forma e no prazo estabelecidos na Ata.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A FORNECEDORA/CONTRATADA obriga-se a:

8.1.1. Executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital do Pregão Presencial nº 063/2018 e em seus anexos;

8.1.2. Manter todas as condições de habilitação durante o prazo de vigência da Ata;

8.1.3. Responder, independentemente da fiscalização e do acompanhamento pela CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados, direta ou indiretamente, ao Município de Tanguá, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto desta Ata;

8.1.4. Responsabilizar-se, integralmente, pelo objeto da contratação, nos termos da legislação vigente, prestando-os de acordo com as especificações e os prazos constantes do Edital do Pregão Presencial nº063/2018;

8.1.5. Responsabilizar-se pela imediata substituição, quando constatadas quaisquer impropriedades nos veículos e/ou equipamentos;

8.1.6. Responsabilizar-se, integralmente, pelos seus empregados envolvidos na execução do objeto do contrato, arcando com todos os custos, salários, transporte, refeição, verbas legais, trabalhistas, fundiárias ou de qualquer natureza, nos termos da legislação vigente, prestando-lhe imediato socorro em caso de mal estar ou assemelhado;

8.1.7. Fornecer, a seus empregados envolvidos na execução do objeto da contratação, todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva

(EPCs) que se fizerem necessários, FISCALIZANDO-LHES o uso;

8.1.8. Designar preposto dentre os funcionários destacados para o fornecimento, apto a representar a FORNECEDORA/CONTRATADA e com poderes suficientes para prestar e receber esclarecimentos;

8.1.9. É vedado à FORNECEDORA/CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, as obrigações da presente Ata, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

## CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇOS

9.1. A execução dos serviços se dará após o empenho e assinatura do contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

10.1 O documento fiscal correspondente à prestação do serviço deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

10.1.1 O documento de cobrança deverá ser emitido em nome da GORI COMÉRCIO E SERVIÇOS - LTDA, CNPJ nº 14.231.487/0001-28, devidamente discriminado, sem emendas ou rasuras, contendo todos os dados da Nota de Empenho, fazendo menção expressa ao número desta. Após a entrega, o documento de cobrança será conferido e atestado pela Contratante.

10.1.2. Todos os tributos e contribuições incidentes sobre a prestação de serviços deverão estar incluídos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente aquela pertinente aos órgãos públicos federais.

10.2 O pagamento será efetuado à FORNECEDORA/CONTRATADA em até 30 (trinta) dias úteis contados da execução do objeto contratado, mediante o ateste da Nota Fiscal por servidor designado, comprovando que as informações nela contidas estão corretas, bem como de que objeto contratado foi executado de acordo com as especificações do edital e seus anexos. No caso de qualquer falta ou incorreção, tal prazo será interrompido.

10.3 A emissão da Nota de Empenho e o pagamento ocorrerão desde que comprovada a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF) e a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União, fornecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), bem como comprovação de quitação dos tributos Municipais, por meio das respectivas certidões;

10.4 A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero e o respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

10.5. No caso de empresa optante pelo “Simples Nacional”, deverá essa, ainda, providenciar declaração na forma do art. 4º, da IN 480 da Receita Federal, em duas vias originais, devidamente assinadas por seu representante legal, em papel timbra-



do da empresa, com carimbo da mesma e com seu CNPJ, bem como o extrato do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS relativo ao mês imediatamente anterior à emissão da nota fiscal, como condição para liberação do pagamento;

10.6 Serão retidos pela Contratante os impostos e contribuições conforme disposto na Lei nº 9.430/96, regulamentada pela IN/SRF/STN/SFC Nº 480, de 15/12/2004, atualizada, salvo se a licitante vencedora estiver dentre as exceções apontadas nos referidos atos normativos.

10.7 O valor a ser depositado pela Contratante será líquido, ou seja, após as retenções tributárias previstas na legislação pertinente.

10.8 A FORNECEDORA/CONTRATADA enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do art. 3º, bem como amparada por medida judicial constante do art. 30, ambos da Instrução Normativa SRF nº 480/2004, deverão apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

10.9 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à FORNECEDORA/CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo, o Município de Tanguá, por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

10.10 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.11 Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, a Contratante poderá deduzi-la do valor a ser pago à Contratada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO DO VENCEDOR**

11.1. O registro da FORNECEDORA poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa, mediante despacho da autoridade competente da Secretaria de Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação:

11.1.1. A pedido, quando:

- a) comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;
- b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inequívoco em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

11.1.2. Por iniciativa desta Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, quando:

- a) a fornecedora não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) a fornecedora perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) houver razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- d) a fornecedora não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

e) a fornecedora não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

11.1.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, esta Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais participantes a nova ordem de registro.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará as consequências dos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, bem como do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e do artigo 14 do Anexo I do Decreto 3.555/2000.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

13.1. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

13.2. De acordo com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à FORNECEDORA/CONTRATADA:

- a) advertência formal, na ocorrência de descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;
- b) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total atualizado da Ata, a critério da CONTRATANTE, na ocorrência de atraso injustificado na execução de quaisquer obrigações, a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo estipulado até a data da efetiva execução, limitado a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado, conforme o caso, descumprimento parcial ou total da obrigação;
- c) multa penal de 20% (vinte por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a FORNECEDORA/CONTRATADA der causa à inexecução parcial da contratação;
- d) multa penal de 30% (trinta por cento) do valor total atualizado da Ata, quando a CONTRATADA der causa à inexecução total da contratação;
- e) multa compensatória do valor integral e atualizado, comprovado, incluindo-se custos diretos e indiretos, do prejuízo causado pela CONTRATADA ao Município de Tanguá ou a terceiros;

f) impedimento de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo que a CONTRATANTE fixar, obedecidos os limites previstos no artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93 ou, quando for o caso, no artigo 7º da Lei 10.520/2002, que será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, quando a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a habilitação e/ou contratação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem

prejuízo das sanções previstas nesta Ata, e demais cominações legais;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. As multas estabelecidas nos itens “b” e “c” serão majoradas em 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese de reincidência da FORNECEDORA/CONTRATADA.

13.4. As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à FORNECEDORA/CONTRATADA ou serão pagas mediante recolhimento através de DAM, cujo comprovante deverá ser apresentado à CONTRATANTE, ou, ainda, quando for o caso, serão cobradas judicialmente. Sobre as multas incidirão juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, em caso de atraso no recolhimento.

13.4.1. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima enumeradas, e aplicadas com base no valor total atualizado do contrato;

13.4.2. Considera-se, para fins de aplicação da penalidade de multa, como valor total atualizado do contrato aquele total inicial atualizado pelo IGP-DI (FGV), ou, na sua ausência, por aquele que vier a substituí-lo, no período compreendido entre o mês da apresentação da proposta até o mês anterior ao fato que ensejou a penalidade.

13.5. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Presencial nº 063/2018 e seus anexos, bem como a proposta da empresa classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

14.2. Fica eleito foro da Comarca de Itaboraí para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

14.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 3.931/01, atualizados, e demais normas aplicáveis.

Tanguá, 24 de setembro de 2018.

**Daiana Silveira Silva Izabel**

**Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação**  
**Mat:4112-2**

**MX NOVAXX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**

**Uanderson Tiburcio Xavier Cardoso**

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

RG:

CPF:

2. \_\_\_\_\_

RG:

CPF:

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 04/2018.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE VEÍCULOS DE PEQUENO PORTE POR HORA HOMEM TRABALHADA	HS	686,15	XXX	R\$ 92,00	R\$ 63.125,80

R\$ 63.125,80

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 04/2018.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UND	VALOR UNITARIO	MARCA	TOTAL
Aditivo para conservar água do radiador	20,00	LITRO	22,00	DELCO	440,00
Aditivo STP complete fuel - 450ml.	20,00	UNIDADE	17,00	STP	340,00
Amortecedor dianteiro para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	8,00	JOGO	299,00	COFAP	2.392,00
Amortecedor dianteiro para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015).	4,00	JOGO	190,00	COFAP	760,00
Amortecedor dianteiro para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	JOGO	179,00	COFAP	716,00
Amortecedor dianteiro para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	4,00	JOGO	230,00	COFAP	920,00
Amortecedor traseiro para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015).	8,00	JOGO	339,00	COFAP	2.712,00
Amortecedor traseiro para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015).	4,00	JOGO	149,00	COFAP	596,00
Amortecedor traseiro para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	JOGO	139,00	COFAP	556,00
Amortecedor traseiro para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	4,00	JOGO	255,00	COFAP	1.020,00
Anel retentor do bujão do carter para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	6,00	UNIDADE	6,60	RENAULT	39,60
Anel retentor do bujão do carter para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	12,00	UNIDADE	9,50	GM	114,00
Anel retentor do bujão do carter para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	6,00	UNIDADE	8,70	FIAT	52,20
Anel retentor do bujão do carter para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	6,00	UNIDADE	9,60	FORD	57,60
Barra Axial para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	87,00	TRW	696,00
Barra Axial para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	77,00	TRW	308,00
Barra Axial para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	UNIDADE	78,00	TRW	312,00
Barra Axial para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	78,00	TRW	312,00
Bateria Automotiva 45 Ah 12 V para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	3,00	UNIDADE	230,00	KONDOR	690,00
Bateria Automotiva 45 Ah 12 V para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	3,00	UNIDADE	230,00	KONDOR	690,00
Bateria Automotiva 60 Ah 12 V para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	6,00	UNIDADE	299,00	KONDOR	1.794,00
Bateria Automotiva 60 Ah 12 V para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	3,00	UNIDADE	299,00	KONDOR	897,00
Bieletas para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	77,00	GM	616,00
Bieletas para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	77,00	FIAT	308,00
Bieletas para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	UNIDADE	74,00	FORD	296,00
Bieletas para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	75,00	RENAULT	300,00
Bucha da balança inferior para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	UNIDADE	87,00	AIXOS	348,00
Bucha da balança inferior para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	67,00	AIXOS	536,00
Bucha da balança inferior para Doblô Essence 1.8 ano					






# Resenha Municipal

Tanguá, 19 de outubro de 2018

69

(2014/2015) Bucha da balança inferior para Renault Clio 1.0 ano	4,00	UNIDADE	67,00	AIXOS	268,00
(2014/2015) Bucha da balança superior para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	UNIDADE	53,00	AIXOS	212,00
Bucha da balança superior para Chevrolet Spin 1.8 ano	4,00	UNIDADE	118,00	AIXOS	472,00
(2014/2015) Bucha da balança superior para Doblô Essence 1.8 ano	8,00	UNIDADE	52,00	AIXOS	416,00
(2014/2015) Bucha da balança superior para Renault Clio 1.0 ano	4,00	UNIDADE	23,00	AIXOS	92,00
(2014/2015) Bucha do amortecedor dianteiro para Chevrolet Spin 1.8 ano	4,00	UNIDADE	47,00	AIXOS	188,00
(2014/2015) Bucha do amortecedor dianteiro para Doblô Essence 1.8 ano	8,00	UNIDADE	32,00	AIXOS	256,00
(2014/2015) Bucha do amortecedor dianteiro para Renault Clio 1.0 ano	4,00	UNIDADE	28,00	AIXOS	112,00
(2014/2015) Bucha do amortecedor dianteiro para Fiesta 1.6 ano	4,00	UNIDADE	21,00	BFX	84,00
(2010/2011) Bucha do eixo dianteiro para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	UNIDADE	30,00	AIXOS	120,00
Bucha do eixo dianteiro para Chevrolet Spin 1.8 ano	4,00	UNIDADE	38,00	AIXOS	152,00
(2014/2015) Bucha do eixo dianteiro para Doblô Essence 1.8 ano	8,00	UNIDADE	47,00	AIXOS	376,00
(2014/2015) Bucha do eixo dianteiro para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	47,00	AIXOS	188,00
Bucha do eixo traseiro para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	UNIDADE	42,00	AIXOS	168,00
Bucha do eixo traseiro para Chevrolet Spin 1.8 ano	4,00	UNIDADE	74,00	AIXOS	296,00
(2014/2015) Bucha do eixo traseiro para Doblô Essence 1.8 ano	8,00	UNIDADE	83,00	AIXOS	664,00
(2014/2015) Bucha do eixo traseiro para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	74,00	AIXOS	296,00
Calço Lateral Caixa para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	64,00	AIXOS	256,00
Calço Lateral Caixa para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	194,00	GM	776,00
Calço Lateral Caixa para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	2,00	UNIDADE	105,00	BFX	210,00
Calço Lateral Caixa para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	2,00	UNIDADE	165,00	FORD	330,00
Calço Traseiro Caixa para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	2,00	UNIDADE	167,00	RENAULT	334,00
Calço Traseiro Caixa para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	2,00	UNIDADE	165,00	FORD	330,00
Calço Traseiro Caixa para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	183,00	FORD	732,00
Calço Traseiro Caixa para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	2,00	UNIDADE	157,00	FIAT	314,00
Cavalinho D` Água para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	2,00	UNIDADE	138,00	RENAULT	276,00
Cavalinho D` água para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	2,00	UNIDADE	87,00	AJE	174,00
Cavalinho D` água para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	200,00	GM	800,00
Cavalinho D` água para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	2,00	UNIDADE	180,00	AJE	360,00
Coifas para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	2,00	UNIDADE	185,00	RENAULT	370,00
Coifas para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	16,00	UNIDADE	32,00	SPICER	512,00
	8,00	UNIDADE	26,50	SPICER	212,00

<div> <div>70</div> <div>Tanguá, 19 de outubro de 2018</div> <div>Resenha Municipal</div> </div>					
					
Coifas para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	28,00	SPICER	224,00
Coifas para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	8,00	UNIDADE	28,00	SPICER	224,00
Coxim Amortecedor dianteiro para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	110,00	AIXOS	880,00
Coxim Amortecedor dianteiro para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	135,00	AIXOS	540,00
Coxim Amortecedor dianteiro para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	75,00	AIXOS	300,00
Coxim Amortecedor dianteiro para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	UNIDADE	88,00	AIXOS	352,00
Coxim Amortecedor traseiro para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	88,00	AIXOS	704,00
Coxim Amortecedor traseiro para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	88,00	AIXOS	352,00
Coxim Amortecedor traseiro para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	UNIDADE	78,00	AIXOS	312,00
Coxim Amortecedor traseiro para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	62,00	AIXOS	248,00
Cubo Roda dianteira para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	270,00	HIPER	2.160,00
Cubo Roda dianteira para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	175,00	VOBER	700,00
Cubo Roda dianteira para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	UNIDADE	128,00	VOBER	512,00
Cubo Roda dianteira para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	180,00	SKF	720,00
Filtro de ar para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	16,00	UNIDADE	52,00	TEC FIL	832,00
Filtro de ar para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	55,00	TEC FIL	440,00
Filtro de ar para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	8,00	UNIDADE	25,00	TEC FIL	200,00
Filtro de ar para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	35,00	WEGA	280,00
Filtro de combustível para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	16,00	UNIDADE	31,00	TEC FIL	496,00
Filtro de combustível para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	31,00	TEC FIL	248,00
Filtro de combustível para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	36,50	WEGA	292,00
Filtro de combustível para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	8,00	UNIDADE	31,00	TEC FIL	248,00
Filtro de óleo para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	16,00	UNIDADE	23,00	TEC FIL	368,00
Filtro de óleo para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	35,00	TEC FIL	280,00
Filtro de óleo para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	8,00	UNIDADE	23,00	TEC FIL	184,00
Filtro de óleo para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	31,00	TEC FIL	248,00
Fluido para freio de 500ml, Dot 3.-com dados de identificação do produto, marca do fabricante.	20,00	UNIDADE	17,00	VARGAS	340,00
Fluido para remover resíduo do motor, Engine Flush para veículos automotivos em geral. - 500ml	20,00	UNIDADE	20,00	STP	400,00
Kit Correia dentada para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	4,00	KIT	225,00	CONTINENTAL	900,00
Kit Correia dentada para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	2,00	KIT	250,00	RANALLE	500,00
Kit Corrente de distribuição para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	2,00	KIT	530,00	FIAT	1.060,00
Kit Corrente de distribuição para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	2,00	KIT	420,00	FORD	840,00
Lâmpada de Farol para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	20,00	UNIDADE	27,00	OSRAN	540,00
Lâmpada de Farol para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	10,00	UNIDADE	35,00	OSRAN	350,00
Lâmpada de Farol para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	10,00	UNIDADE	28,00	OSRAN	280,00
Lâmpada de Farol para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	10,00	UNIDADE	36,00	OSRAN	360,00
Mola de suspensão para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	570,00	GM	4.560,00



Mola de suspensão para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	970,00	FIAT	3.880,00
Mola de suspensão para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	UNIDADE	430,00	FORD	1.720,00
Mola de suspensão para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	467,00	RENAULT	1.868,00
Óleo lubrificante para motor 10w40,-embalagem plástica 1 Litro.	16,00	UNIDADE	27,00	LUBRAX	432,00
Óleo lubrificante para motor 5w30.	64,00	LITRO	29,00	AC DELCO	1.856,00
Paleta – limpador de para-brisa dianteiro para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	UNIDADE	17,00	BTR	68,00
Paleta – limpador de para-brisa dianteiro para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	129,00	VTO	1.032,00
Paleta – limpador de para-brisa dianteiro para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	129,00	VTO	516,00
Paleta – limpador de para-brisa dianteiro para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	17,00	BTR	68,00
Para-brisa dianteiro para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	720,00	SEKURIT	2.880,00
Para-brisa dianteiro para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	2,00	UNIDADE	599,00	SEKURIT	1.198,00
Para-brisa dianteiro para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	2,00	UNIDADE	599,00	SEKURIT	1.198,00
Para-brisa dianteiro para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	2,00	UNIDADE	560,00	SEKURIT	1.120,00
Para-brisa traseiro para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	750,00	SEKURIT	3.000,00
Para-brisa traseiro para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	2,00	UNIDADE	785,00	SEKURIT	1.570,00
Para-brisa traseiro para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	2,00	UNIDADE	770,00	SEKURIT	1.540,00
Para-brisa traseiro para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	2,00	UNIDADE	890,00	SEKURIT	1.780,00
Pastilha de freio para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	8,00	JOGO	120,00	JURID	960,00
Pastilha de freio para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	4,00	JOGO	110,00	JURID	440,00
Pastilha de freio para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	JOGO	83,00	JURID	332,00
Pastilha de freio para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	4,00	JOGO	82,00	JURID	328,00
Pivô da direção para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	110,00	TRW	880,00
Pivô da direção para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	69,50	TRW	278,00
Pivô da direção para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	69,50	TRW	278,00
Pivô da direção para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	UNIDADE	73,00	TRW	292,00
Pivô da suspensão inferior (direita e esquerda) para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	73,00	TRW	584,00
Pivô da suspensão inferior (direita e esquerda) para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	54,50	TRW	218,00
Pivô da suspensão inferior (direita e esquerda) para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	UNIDADE	58,50	TRW	234,00
Pivô da suspensão inferior (direita e esquerda) para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	67,00	TRW	268,00
Pneus - 175/65 R 14 radial para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	8,00	UNIDADE	279,00	DUNLOP	2.232,00
Pneus - 175/65 R 14 radial para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	279,00	DUNLOP	2.232,00
Pneus - 185/60 R 15 radial para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	328,00	DUNLOP	2.624,00
Pneus - 195/65 R 15 radial para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	16,00	UNIDADE	405,00	DUNLOP	6.480,00
Ponteira da direção para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	88,50	TRW	708,00
Ponteira da direção para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	70,00	TRW	280,00
Ponteira da direção para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	68,00	TRW	272,00
Ponteira da direção para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	UNIDADE	64,00	TRW	256,00
Reservatório de água do radiador para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	2,00	UNIDADE	107,00	GONEL	214,00
Reservatório de água do radiador para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	2,00	UNIDADE	97,50	GONEL	195,00
Reservatório de água do radiador para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	2,00	UNIDADE	145,00	GONEL	290,00
Reservatório de água do radiador para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	145,00	GONEL	580,00
Retrovisores para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	263,00	GM	2.104,00
Retrovisores para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	238,00	FIAT	952,00
Retrovisores para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	UNIDADE	139,50	FORD	558,00

Retrovisores para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	139,00	RENAULT	556,00
Rolamento roda dianteira para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	180,00	SKF	720,00
Rolamento roda dianteira para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	2,00	UNIDADE	178,00	SKF	356,00
Rolamento roda dianteira para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	2,00	UNIDADE	87,00	SKF	174,00
Rolamento roda dianteira para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	2,00	UNIDADE	87,00	SKF	174,00
Sapata com lona de freio traseira para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	205,00	JURID	1.640,00
Sapata com lona de freio traseira para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	178,00	FRAS-LE	712,00
Sapata com lona de freio traseira para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	UNIDADE	158,00	JURID	632,00
Sapata com lona de freio traseira para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	138,00	JURID	552,00
Sensor de Temperatura para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	95,00	GM	380,00
Sensor de Temperatura para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	2,00	UNIDADE	111,00	FIAT	222,00
Sensor de Temperatura para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	2,00	UNIDADE	88,00	FORD	176,00
Sensor de Temperatura para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	2,00	UNIDADE	88,00	RENAULT	176,00
Tampa do reservatório do radiador para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	24,00	GM	96,00
Tampa do reservatório do radiador para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	2,00	UNIDADE	19,50	FIAT	39,00
Tampa do reservatório do radiador para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	2,00	UNIDADE	19,50	FORD	39,00
Tampa do reservatório do radiador para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	2,00	UNIDADE	24,00	RENAULT	48,00
Trizeta para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	8,00	UNIDADE	137,00	VTO	1.096,00
Trizeta para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	88,00	VTO	352,00
Trizeta para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	4,00	UNIDADE	88,00	VTO	352,00
Trizeta para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	4,00	UNIDADE	88,00	VTO	352,00
Velas de Ignição para Chevrolet Spin 1.8 ano (2014/2015)	4,00	JOGO	138,00	NGK	552,00
Velas de Ignição para Doblô Essence 1.8 ano (2014/2015)	2,00	JOGO	201,00	NGK	402,00
Velas de Ignição para Fiesta 1.6 ano (2010/2011)	2,00	UNIDADE	88,00	NGK	176,00
Velas de Ignição para Renault Clio 1.0 ano (2014/2015)	2,00	JOGO	135,00	NGK	270,00
TOTAL					112.677,40

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ

AVISO DE EDITAL

A Prefeitura do Município de Tanguá, localizada à Rua Vereador Manoel Macedo, 680 – Centro comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial.

•Pregão Presencial nº 83/2018 – Contratação de empresa para a realização do desfile cívico em comemoração ao 23º aniversário de emancipação do município, no dia 31 de outubro de 2018, às 09:00 horas.

•Pregão Presencial nº 84/2018 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de buffet, para a realização de seminário, no dia 31 de outubro de 2018, às 11:00 horas.

•Pregão Presencial nº 85/2018 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de buffet para realização de capacitação de conselheiros municipais de assistência social, no dia 31 de outubro de 2018, às 14:00 horas.

•Pregão Presencial nº 86/2018 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de palestrantes para realização de capacitação, no dia 31 de outubro de 2018, às 16:00 horas.

•Pregão Presencial nº 87/2018 – Contratação de empresa para prestação de serviços de lavanderia hospitalar, no dia 01 de novembro de 2018, às 09:00 horas.

•Pregão Presencial nº 88/2018 – Registro de preços para even-

tual compra de peças e prestação de serviços de manutenção preventiva de veículos, no dia 01 de novembro de 2018, às 11:00 horas.

•Pregão Presencial nº 89/2018 – Contratação de empresa especializada para oferta de oficinas que visam capacitar pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, no dia 01 de novembro de 2018, às 14:00 horas.

•Pregão Presencial nº 90/2018 – Registro de Preço para Futuras Aquisições de medicamentos para demanda judicial, no dia 08 de novembro de 2018, às 10:00 horas.

Os editais completos poderão ser retirados no Departamento de Licitação, sito à Rua Vereador Manoel de Macedo, nº 680 – Centro – Tanguá - RJ. Outras informações através do telefone (21) 2747-1140.

Tanguá, 18 de setembro de 2018.

Andréia Pereira Rodrigues  
Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, estabele-

cida com sede na Rua Demerval Garcia de Freitas, 88 – Centro – Tanguá/RJ, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, Sr. FELIPPE MATTOS MONTEIRO, vem por meio deste NOTIFICAR a empresa TENHA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA-ME., com sede na Rua Prefeito Silvio Costa, 78 Cs. 02 – Centro – Itaboraí/RJ, por meio do seu representante legal Sr. Ricardo Morande Caldas Silva, pelo descumprimento da contratação celebrada entre as partes, sendo esta a não conclusão do serviço licitado, através da Tomada de Preços nº 04/2017.

Tal fato acarreta na rescisão do contrato nº 080/2017 e aplicação da penalidade de advertência.

Diante do exposto, abrir-se-á o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação deste ato, para apresentação de justificativa do inadimplemento, previsto na Lei nº 8.666/93.

Tanguá, 18 de outubro de 2018

Atenciosamente,

FELIPPE MATTOS MONTEIRO  
Secretário Mun. de Obras e Serviços Públicos